

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026– EMATER-DF**

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET

**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

**PROCESSO N.º:** 00072-00002664/2024-81

**INTERESSADO:** EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

**OBJETO:** Registro de Preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços Técnicos de Fábrica de Software para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos e portais, através de metodologia descrita no Anexo I – Termo de Referência - pelo período de 60 (sessenta) meses - contemplando todas as fases do ciclo de desenvolvimento de software, utilizando tecnologia do contratante, demandados mediante Ordens de Serviço (OS) dimensionadas pela técnica de contagem de Pontos de Função (PF), pagas por produto aceito e homologado, conforme condições e especificações constantes neste instrumento.

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39

**CÓDIGO UASG:** 926.241

**MODO DE DISPUTA:** Aberto e Fechado

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** Sigiloso nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016

**ENTREGA DE PROPOSTA:** A partir da publicação no Portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**DATA DA ABERTURA:** 16/07/2026.

**HORÁRIO DA ABERTURA:** 09h30.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

**ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, empresa pública integrante da Administração Pública indireta do Distrito Federal, criada pelo Decreto Distrital nº 4.140, de 7 de abril de 1978, conforme autorização contida na Lei Federal nº 6.500, de 7 de dezembro de 1977, com sede e foro nesta Capital, sediada no Parque Estação Biológica, Edifício EMATER-DF, CEP 70.770-915, no uso de suas atribuições legais, por meio da Pregoeira Gerarda da Silva Carvalho, designado(a) pela Instrução Normativa nº 32/2026 – EMATER-DF/COADM/COFIS/PRESI, datada de 21 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, na forma Eletrônica, por meio de Sistema Eletrônico *COMPRAS GOVERNAMENTAIS*, do tipo menor preço, para o Registro de Preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços Técnicos de Fábrica de Software para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos e portais, através de metodologia descrita no Anexo I – Termo de Referência - deste Termo de Referência, contemplando todas as fases do ciclo de desenvolvimento de software, utilizando tecnologia do contratante, demandados mediante Ordens de Serviço (OS) dimensionadas pela técnica de contagem de Pontos de Função (PF), pagas por produto aceito e homologado, descrito(s) no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-DF (RILC/EMATER-DF) e pelas disposições, no que for compatível, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2023, nos termos do art. 18, §4º, e do art. 58 do RILC, [Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022](#) por força do art. 269-A do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#), além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

O Edital estará disponível gratuitamente no site eletrônico no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços Técnicos de Fábrica de Software para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos e portais, através de metodologia descrita no Anexo I – Termo de Referência - deste Termo de Referência, contemplando todas as fases do ciclo de desenvolvimento de software, utilizando tecnologia do contratante, demandados mediante Ordens de Serviço (OS) dimensionadas pela técnica de contagem de Pontos de Função (PF), pagas por produto aceito e homologado, conforme condições e especificações constantes neste instrumento.

1.2. A licitação será realizada em item único, conforme tabela constante no Termo de Referência.

## 2. DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, em até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico [licitacoes@emater.df.gov.br](mailto:licitacoes@emater.df.gov.br).

2.2. Em até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, pelo endereço eletrônico [licitacoes@emater.df.gov.br](mailto:licitacoes@emater.df.gov.br).

2.3. A impugnação não possui efeito suspensivo.

2.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.4. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, parte integrante do edital, decidir sobre a impugnação e/ou do pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

2.7. As decisões sobre as impugnações, bem como os esclarecimentos, serão divulgados pelo pregoeiro a todos os interessados no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) nos Links: [Acesso Livre](#) > [Pregões](#) > [Agendados](#) e na tela principal, [acesso seguro](#), em: [visualizar impugnação/esclarecimento/aviso](#).

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão:

3.1.1. Os interessados do ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento

- 3.1.1.1. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 3.1.2. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
- 3.1.3. Os interessados em participar do presente Pregão e que não estejam cadastrados no SICAF poderão providenciar o cadastramento, ao menos no nível de credenciamento, na forma estabelecida na IN SLTI/MPOG nº 03/2018, em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades do Governo Federal, integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, ou pela Internet, conforme orientações constantes no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no link: *Acesso Livre > SICAF*.
- 3.1.4. Empresas, que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, desde que atendidas às exigências constantes do item 10 deste edital.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Não poderão participar direta ou indiretamente deste Pregão:
- 3.5.1. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica. (Inciso I Art. 14 da lei 14.133/21)
- 3.5.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. (§ 3º Art. 14 da lei 14.133/21)
- 3.5.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado. (Inciso II Art. 14 Lei 14.133/21)
- 3.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta. (Inciso III Art. 14 Lei 14.133/21)
- 3.5.4. Pessoa física ou jurídica que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emater-DF.
- 3.5.5. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:
- I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- II - suspensão pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 3.5.5.1. O impedimento de que trata o subitem acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante. (§ 1º, Art. 14 Lei 14.133/21)
- 3.5.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (Inciso IV Art. 14 Lei 14.133/21)
- 3.5.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si. (Inciso V Art. 14 Lei 14.133/21)
- 3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. (Inciso VI Art. 14 Lei 14.133/21)
- 3.5.9. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. (§ 1º, Art. 9º Lei 14.133/21)
- 3.5.9.1. A vedação acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica. (§ 2º, Art. 9º Lei 14.133/21)
- 3.5.10. Pessoa jurídica que se encontre em processo de dissolução e liquidação.
- 3.5.11. Pessoa jurídica estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- 3.5.12. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição e pessoas físicas não empresárias.
- 3.5.13. Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como a que esteja impedida de licitar e contratar com a Administração do Distrito Federal. (Art. 156, § 4º e 5º da Lei 14.133/21)
- 3.5.14. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente prestado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço, conforme item 22 deste edital.
- 3.5.15. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (Decreto-DF 32.751/2011, alterado pelo Decreto nº 37.843/2016):
- 3.5.15.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou
- 3.5.15.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.
- 3.5.16. Pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com: (Decreto-DF 39.978/2019)
- 3.5.16.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação; ou
- 3.5.16.2. autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.
- 3.6. Tendo em vista a necessidade de compatibilização e uniformidade dos itens que compõem a presente licitação, não haverá previsão de subcontratação compulsória, nem de cota reservada para as entidades preferenciais, prevista na Lei Distrital nº 4.611/2011, por ensejar prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, conforme justificativa constante do item 25 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 3.6.1. O licitante poderá participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz/sede ou filial, desde que cumpra as condições exigidas para habilitação e credenciamento, em relação ao estabelecimento com o qual pretenda participar do certame.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à EMATER/DF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 4.5. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.6. O Pregão será conduzido pela EMATER-DF com apoio técnico e operacional da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

#### 5. DA PROPOSTA

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de lances ou propostas, de julgamento, de verificação de efetividade dos lances e propostas e de negociação, nos termos art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 51 da [Lei nº 13.303/2016](#).
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública..
- 5.3. A licitante obriga-se ao cumprimento de todas as condições previstas neste Edital e seus Anexos.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4.5. declaração MEE/EPP/COOP (SIM OU NÃO)
- 5.4.6. declaração de inexistência de Fato Superveniente;
- 5.4.7. declaração Independente de Proposta;
- 5.4.8. declaração de Cota de Aprendizagem;
- 5.4.9. declaração de que não adota relação trabalhista caracterizando trabalho forçado ou análogo a trabalho escravo, conforme disposto no art. 149 do Código Penal.
- 5.5. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no item 20 deste Edital.
- 5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado o registro de valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 5.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. Para formular e encaminhar a proposta de preços, no idioma oficial do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço indicado no item 4.1 deste edital, a licitante deverá considerar, além das condições estabelecidas neste Edital, notadamente no Anexo I – Termo de Referência o seguinte:
- 6.1.1. Apresentar o valor total (60 meses) ofertado para o **item**, em moeda corrente nacional, constante do Termo de Referência, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- 6.1.2. O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de abertura da sessão pública, o qual será assim considerado, caso não conste expressamente na proposta;
- 6.2. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos e na história, caso seja necessário fazê-la, para conhecimento das informações e das condições locais, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de serviços, de quantidades e de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação;
- 6.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.4. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos.
- 6.5. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital..
- 6.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse título, devendo os serviços respectivos, serem fornecidos à EMATER-DF.

#### 7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme segue:
- 7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.14. Em caso de empate, prevalecerá o lance/proposta recebido e registrado primeiro.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.20. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, que será adotado os procedimentos a seguir, quando o menor lance não for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte que possa se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações previsto na mencionada Lei:
- 7.20.1. Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- 7.20.2. Para efeito do disposto no item 7.20.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.20.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada no intervalo estabelecido acima será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 7.20.2.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;
- 7.20.2.3. Não sendo declarada vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.20.2.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 7.20.2.5. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será analisada a documentação de habilitação da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance e, se regular, será declarada vencedora, sendo que na hipótese de não interposição de recurso, adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 7.20.2.6. O disposto no subitem 7.20.2.5, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.21. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.22. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão da sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.25. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.27. O pregoeiro não poderá desclassificar propostas em decorrência da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela EMATER/DF na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU nº 934/07 – 1ª Câmara).

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

- 8.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance ou ao valor negociado e demais documentos de habilitação, no prazo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema compras governamentais, em arquivo único.

8.1.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema compras governamentais poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

8.1.2. A forma física da proposta inserida no sistema a ser encaminhada no envelope deverá conter:

- a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;
- b) apresentar o preço unitário e total do item ofertado, em moeda corrente nacional, constante do Termo de Referência, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) conter a indicação de todas as características dos serviços cotados, com especificações claras e detalhadas, de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
- d) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data prevista para abertura da licitação;
- e) conter prazo de execução dos serviços nos termos do item 8.7 do Termo de Referência, contados a partir da Assinatura do Contrato;
- f) apresentar documento probatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei Distrital nº 4.770/2012, que poderá ser feito da seguinte forma:
  - i) Por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770/2012, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital, ou;
  - ii) Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc) emitido por Órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc no respectivo Órgão, ou;
  - iii) Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.
  - iv) No caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, conforme mencionado nas alíneas i e iii, poderá ser designada pela EMATER/DF uma Comissão de Avaliadores que juntamente com o Pregoeiro e sua Equipe poderá inspecionar/vistoriar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.
  - v) Caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou, que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.
- g) Declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 38 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante do Anexo VII deste edital.
- h) Declaração que, disponibilizará ferramentas, instalações, aparelhamento e pessoal técnico, para a prestação dos serviços de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital, conforme item 22.28 do Termo de Referência.

8.1.2.1. Os licitantes deverão apresentar a tabela resumo para demonstrar o atendimento aos requisitos de qualificação técnica definidos neste Termo de Referência.

8.1.2.2. Os licitantes deverão atender para a comprovação da qualificação técnica, todas as condições dispostas no item 22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do Termo de Referência, Anexo I do edital.

8.1.2.3. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazos divergentes dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos referidos prazos;

8.1.2.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2006, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- I - questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- II - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- III - pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- IV - verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- V - pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- VI - verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- VII - estudos setoriais;
- VIII – demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.1.3. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação solicitadas, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.1.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado, à conformidade com as especificações do objeto licitado e aos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, devendo ser desclassificada de forma motivada a que estiver em desacordo.

8.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da EMATER/DF ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

8.1.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

8.1.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

8.1.8. Será desclassificada a proposta que contenha preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que seja inferior ao custo de produção, acrescido dos encargos legais, desde que a licitante, depois de convocada nos termos do subitem 8.1.2.4, não tenha demonstrado a exequibilidade do preço ofertado;

8.1.9. Para efeito de aceitabilidade das propostas, não serão admitidos valores superiores aos preços global e unitários estimados pela EMATER/DF, caso em que importará na desclassificação da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

IV - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.2.1. Contiver vícios insanáveis;

9.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



- 9.2.6. A inexecução, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.2.7. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.2.8. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.3. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.4.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 10. DA HABILITAÇÃO

### 10.1. Comprovação da Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 10.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014 e demais alterações);
- e) Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela **Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal-SEEC/DF**, em plena validade, que poderá ser obtida através do site [www.receita.fazenda.df.gov.br](http://www.receita.fazenda.df.gov.br). (inteligência do art. 173, da LODF);
- f) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

### 10.3. Qualificação Técnica

- 10.3.1. Será considerada habilitada, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, a licitante que apresentar:

10.3.2. Atestados de Capacidade Técnica comprovando a experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas de informação com volume igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) dos pontos de função em período ininterrupto de 60 meses, utilizando processo de produção de software definidos de acordo com modelos de melhores práticas de mercado, tais como CMMI, ou o seu equivalente aqui no Brasil, o MPS-BR, de acordo também com o padrão PMBOK para as partes do processo que se referirem a gerenciamento de projetos. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para comprovar o volume exigido. Desta forma, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações:

- 10.3.3. Relação clara e inequívoca das ÁREAS e PROCESSOS abaixo relacionados, comprovando que eles foram utilizados na execução dos serviços por parte da empresa licitante:

- 10.3.3.1. Área de ENGENHARIA DE SOFTWARE
- 10.3.3.2. Processo de DESENVOLVIMENTO DE REQUISITOS
- 10.3.3.3. Processo de GESTÃO DE REQUISITOS
- 10.3.3.4. Processo de INTEGRAÇÃO DE PRODUTO
- 10.3.3.5. Processo de SOLUÇÃO TÉCNICA
- 10.3.3.6. Processo de VALIDAÇÃO
- 10.3.3.7. Processo de VERIFICAÇÃO
- 10.3.3.8. Área de GESTÃO DE PROJETO
- 10.3.3.9. Processo de GESTÃO INTEGRADA DE PROJETO
- 10.3.3.10. Processo de MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETO
- 10.3.3.11. Processo de PLANEJAMENTO DE PROJETO
- 10.3.3.12. Processo de GESTÃO DE RISCOS
- 10.3.3.13. Área de GESTÃO DE PROCESSO
- 10.3.3.14. Processo de DEFINIÇÃO DOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO
- 10.3.3.15. Processo de FOCO NOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO
- 10.3.3.16. Processo de TREINAMENTO NA ORGANIZAÇÃO
- 10.3.3.17. Área de SUPORTE
- 10.3.3.18. Processo de GESTÃO DE CONFIGURAÇÃO
- 10.3.3.19. Processo de MEDIÇÃO E ANÁLISE
- 10.3.3.20. Processo de GARANTIA DE QUALIDADE DE PROCESSO E PRODUTO

### 10.3.4. Fator de Conversão por Atestado UST x PF

- 10.3.4.1. Caso a empresa apresente um atestado de serviço prestado utilizando a métrica 'Unidade de serviço Técnico - UST' ou equivalente, será contabilizado que cada UST equivale a 1 hora de trabalho realizado;
- 10.3.4.2. Caso a empresa apresente um atestado de serviço prestado por 'ponto de função – PF', será contabilizado que cada PF equivale a 10 (dez) horas de trabalho;
- 10.3.4.3. Para cada PF temos uma produtividade máxima de 10 horas, resultando no deflator de 0,1. Exemplo: para 10.000 horas representa 1.000 pontos de função

10.3.5. Para cada PROCESSO acima a LICITANTE deverá demonstrar, ainda, que foram produzidas as evidências e os artefatos que comprovem que as PRÁTICAS ESPECÍFICAS, relacionadas abaixo, foram efetivamente utilizadas na execução dos serviços. A comprovação de que essas PRÁTICAS ESPECÍFICAS foram utilizadas

podará ser feita por meio da apresentação das evidências e artefatos produzidos, de forma anexa ao(s) atestado(s) apresentado(s).

10.3.6. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas com utilização de UML — Unified Modeling Language — ou metodologia equivalente de modelagem de sistemas, contemplando a elaboração de artefatos de análise, projeto, comportamento, estrutura, integração ou implantação, tais como Diagramas de Casos de Uso, Sequência, Transição de Estados, Atividades, Classes, Componentes e Implantação.

10.3.6.1. A exigência acima justifica-se pela natureza técnica, contínua e especializada do objeto, que envolve atividades de análise, especificação, modelagem, desenvolvimento, manutenção, integração, documentação e evolução de sistemas de informação.

10.3.7. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência da licitante na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas com utilização de Métrica de Pontos de Função, mediante aplicação da técnica de Análise de Pontos de Função — APF, conforme metodologia IFPUG ou Roteiro de Métricas do SISP, bem como experiência em Gerência de Projetos de Tecnologia da Informação.

10.3.8. Para fins de **execução contratual**, a contratada deverá disponibilizar profissional responsável pela contagem de Pontos de Função com certificação Certified Function Point Specialist — CFPS, emitida pelo IFPUG, válida no período da realização das contagens, bem como profissional responsável pela gerência do projeto com certificação PMP ou equivalente, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3.8.1. A exigência de atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência em Métrica de Pontos de Função e Gerência de Projetos justifica-se pela própria forma de execução, medição e remuneração contratual adotada para o objeto, uma vez que os pagamentos serão realizados principalmente com base na contagem de Pontos de Função — PF;

10.3.9. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas com utilização de ferramenta, sistema ou plataforma de controle de demandas, ordens de serviço, chamados ou itens equivalentes, em período ininterrupto de 12 meses, com registro de, no mínimo, 100 demandas, Ordens de Serviço ou chamados técnicos relacionados ao objeto, acompanhado de relatórios, telas, extratos, declarações ou demais evidências geradas pela ferramenta, aptas a demonstrar funcionalidades de acompanhamento da execução, controle de prazos, registro de erros, defeitos ou atrasos, acompanhamento de custos ou faturamento e emissão de relatórios gerenciais de demandas corretivas, evolutivas ou emergenciais.

10.3.9.1. A exigência justifica-se pela necessidade de comprovar que a licitante possui experiência na gestão contínua e rastreável de demandas de desenvolvimento ou manutenção de sistemas, bem como uso de ferramenta com registro mínimo de Ordens de Serviço permite verificar controle de prazos, erros, defeitos, custos, faturas e demandas corretivas ou emergenciais, reduzindo riscos de falhas na execução, fiscalização deficiente, pagamentos indevidos e ausência de evidências objetivas sobre os serviços prestados.

10.3.10. Com o objetivo de comprovar e aferir a capacidade em prestar os serviços com a qualidade e volume compatíveis com as especificações técnicas apresentadas neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar TODOS os atestados de capacidade técnica abaixo discriminados:

10.3.11. Atestado de Utilização de Processo Formal de Desenvolvimento de Software: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 100 Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde:

10.3.11.1. Utilizou-se um conjunto preestabelecido de atividades, métodos, práticas e tecnologias;

10.3.11.2. Os papéis e responsabilidades dos profissionais envolvidos estavam claramente definidos;

10.3.11.3. Foram aplicadas as melhores práticas de Gerenciamento de Projetos, Desenvolvimento de Software e Segurança da Informação (PMBOK, ITIL v.3, CMMI, MPSBR, COBIT 4.1, ISO/IEC 27002, ISO/IEC 27001, ISO/IEC 20000, ISO/IEC 17799, ISO/IEC 15504, ISO/IEC 12207, ISO/IEC 9196 ou equivalentes);

10.3.11.4. Foi implementado processo de Gerenciamento de Escopo, com práticas de planejamento, detalhamento, verificação, rastreabilidade e controle de mudanças do escopo;

10.3.11.5. Foi implementado processo de Gerenciamento de Custos, com práticas de estimativa, planejamento e controle de custos;

10.3.11.6. Foi implementado processo de Gerenciamento de Riscos, com práticas de planejamento do gerenciamento, identificação, análise, planejamento de resposta, monitoração e controle de riscos;

10.3.11.7. Foi implementado processo de Gerenciamento de Configuração, com práticas de planejamento do gerenciamento, estabelecimento de baselines e auditorias de configuração;

10.3.11.8. Foi implementado processo de Revisões Técnicas, com práticas de planejamento, execução e acompanhamento de revisões técnicas;

10.3.11.9. Foi implementado processo de Testes, com práticas de planejamento, elaboração de casos e roteiros de testes, registro de resultados de testes e validação de produtos;

10.3.11.10. Foi implementado processo de implantação, com práticas de elaboração de manuais de implantação, documentos de transferência de conhecimentos, processos de homologação e aceite de produtos;

10.3.11.11. Foi implementado processo de Manutenção, com definição de procedimentos de manutenção, indicadores de desempenho e registros de atualização de versões.

10.3.11.12. As exigências acima justificam-se pela necessidade de comprovar que a licitante possui maturidade técnica e capacidade operacional para executar serviços de fábrica de software em volume compatível com o contrato, com processo formal, papéis definidos e práticas padronizadas. Ainda, a adoção de processos de escopo, custos, riscos, configuração, revisões, testes, implantação e manutenção reduz riscos de retrabalho, falhas de qualidade, atrasos, ausência de rastreabilidade e dificuldade de fiscalização;

10.3.12. Atestado de Experiência em Bancos de Dados Relacionais e Tecnologia Java ou Python: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, onde:

10.3.12.1. Utilizou-se banco de dados relacional;

10.3.12.2. As regras de negócio foram implementadas exclusivamente fora dos bancos de dados;

10.3.12.3. Os sistemas foram desenvolvidos usando tecnologia Java.

10.3.12.4. As exigências justificam-se pela necessidade de comprovar experiência técnica compatível com o ambiente tecnológico da contratação.

10.3.13. Atestado de capacidade técnica comprovando experiência em serviços técnicos de projetos de Inteligência Artificial, envolvendo processamento de linguagem natural, uso ou ajuste de modelos de IA, criação de agentes ou fluxos automatizados de IA, importação, extração e tratamento de dados a partir de documentos em PDF, inclusive com OCR, e indexação ou armazenamento das informações em banco de dados vetorial, utilizando tecnologias como LangChain, PyTorch, BERT ou tecnologias/ferramentas equivalentes;

10.3.13.1. A exigência justifica-se pela necessidade de comprovar experiência em projetos de IA com tratamento documental, OCR, modelos de linguagem, agentes inteligentes e bancos de dados vetoriais, que são inerentes a demanda de desenvolvimento de projetos de IA da Contratante.

10.3.14. Atestado de Experiência em Acordo de Níveis de Serviço: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, durante período ininterrupto de, em volume igual ou superior a 100 Pontos de Função POR MÊS, no mínimo, 12 (doze) meses, onde utilizou-se Acordo de Níveis de Serviço ;

10.3.15. Atestado de Experiência em Diagramas UML: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 100 Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde foram utilizados diagramas UML para a elaboração/manutenção de Diagramas de Classes e Diagramas de Sequência;

10.3.16. Será permitido o cômputo de Pontos de Função em contratos e clientes distintos, desde que executados num mesmo período consecutivo de 12 (doze) meses.

10.3.17. A exigência de 12 (doze) meses consecutivos, para a comprovação da compatibilidade da quantidade de da licitante em executar o volume de serviços previsto. Trata-se de limitação de prazo relacionada à comprovação da capacidade de execução do objeto (TCU Acórdão nº 2.048/2006 – Plenário e Acórdão nº 1.287/2008 – Plenário).

10.3.18. Os atestados deverão ser emitidos por empresas privadas brasileiras ou órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, em papel timbrado do Atestante, devendo conter:

10.3.18.1. Identificação do órgão público ou empresa emissora do atestado, com dados de contato;

- 10.3.18.2. Nome do projeto, número de pontos de função e período de prestação dos serviços;
- 10.3.18.3. Informação sobre o uso do modelo de Fábrica de Software;
- 10.3.18.4. Etapas de Ciclo de Desenvolvimento/Manutenção Evolutiva executadas e metodologia formal utilizada;
- 10.3.18.5. Plataforma tecnológica (arquitetura, linguagem de programação e bancos de dados) utilizada;
- 10.3.18.6. Nome, cargo/função, CPF, dados do documento de identidade, telefone e e-mail do contato do seu representante, ou qualquer outra forma de que a CONTRATANTE possa se valer para estabelecer contato.;
- 10.3.18.7. Assinatura do representante legal do órgão público ou empresa emissora do atestado;
- 10.3.18.8. No caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá, ainda:
- 10.3.18.9. Ser reconhecida a firma do signatário;
- 10.3.18.10. Ser anexada cópia do contrato social, no caso de sócio-proprietário;
- 10.3.18.11. Ser anexada procuração com outorga de poderes, juntamente com documento que comprove a autoridade para a outorga.
- 10.3.19. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos e/ou documentos comprobatórios e, ainda, efetuar diligências, nos termos do Art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a fim de verificar as informações constantes nos atestados.
- 10.3.20. A recusa do emitente do atestado em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, desconstituirá o atestado de capacidade técnica e poderá configurar prática de falsidade ideológica, ensejando apuração de responsabilidades.
- 10.3.21. A licitante arrematante deverá fornecer, junto com os atestados de capacidade técnica, declaração(ões) do(s) emitente(s) dos atestados manifestando concordância em, a critério da CONTRATANTE, ser diligenciada com o objetivo de averiguar a veracidade, esclarecer ou complementar as informações neles constantes.
- 10.3.22. A licitante deverá apresentar junto com a documentação de habilitação, declaração que possui ferramenta de gestão dos serviços de desenvolvimento e manutenção, contemplando no mínimo os requisitos abaixo para o início da operação:
- 10.3.22.1. Registrar e acompanhar Ordens de Serviço;
- 10.3.22.2. Controlar prazos, entregas e aceite;
- 10.3.22.3. Gerar relatórios gerenciais;
- 10.3.22.4. Capacidade de medir o cumprimento do processo de desenvolvimento estabelecido;
- 10.3.22.5. Junto com esta declaração, deverá ser anexado imagens da ferramenta contemplando cada um dos requisitos acima mencionados, sob pena de inabilitação.
- 10.3.23. Documentação a ser apresentada para assinatura da Ata de Registro de Preços e para a assinatura dos contratos que sejam oriundos deste Certame:
- 10.3.24. Dentre a documentação a ser apresentada quando convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos contratos a serem celebrados, a licitante vencedora da etapa de lances do pregão, já devidamente habilitada e tendo cumprido todas as condições e exigências do edital para a fase de habilitação, deverá apresentar a documentação listada a seguir. Caso a documentação não seja apresentada, ou apresentada de forma incompleta, a licitante será desclassificada, sendo convocada a próxima licitante na ordem do resultado da etapa de lances, e assim sucessivamente:
- 10.3.24.1. Para contratos celebrados com Contratantes do Poder Público Estadual, a Licitante Vencedora deverá apresentar, até 30 (trinta) dias corridos após a homologação do Certame e antes da assinatura do primeiro contrato, um CNPJ logrado no Estado do Distrito Federal e os documentos que comprovem a existência de pelo menos um escritório próprio neste Estado (documento de propriedade do imóvel ou contrato de locação com período igual à contratação e possíveis prorrogações. O citado CNPJ será o usado nos contratos celebrados entre o Poder Público Estadual e a Licitante Vencedora, inclusive para fins de faturamento. Esta exigência é justificável devido a necessidade de presença física; atendimento no local, suporte contínuo e integração operacional com usuários;
- 10.3.24.2. A Licitante Vencedora deverá apresentar a relação dos funcionários que fazem parte da equipe contratada para compor o quadro do(s) Escritório(s) local (is) no momento da assinatura dos Contratos de Prestação de Serviços.
- 10.3.24.3. A equipe do escritório local da Licitante Vencedora deverá conter pelo menos 01 (um) gerente de relacionamento com disponibilidade para atendimento presencial na localidade da CONTRATANTE, quando solicitado.
- 10.3.24.4. Certificado de Maturidade de Processos Capability Maturity Model Integrator (CMMI) nível 3 ou superior, ou certificado do Programa de Melhoria de Processo do Software Brasileiro (MPS-Br) nível "C" ou superior, vigente e expedido por instituição devidamente qualificada e autorizada para este fim.
- 10.3.24.5. A Justificativa Técnica: A CONTRATANTE pretende assegurar que a qualidade dos serviços e produtos entregues atenda aos requisitos por ela estabelecidos e utilizados, exigindo que o processo padrão de desenvolvimento de software da Prestadora de Serviço inclua processos de gestão da engenharia de software, de forma planejada, medida e controlada, perfazendo um conjunto coerente e consistente.
- 10.3.25. Considerando a natureza e a complexidade dos serviços objeto da contratação, que envolvem o desenvolvimento, manutenção e evolução de sistemas de informação institucionais, bem como o tratamento e processamento de dados corporativos sensíveis, torna-se necessária a adoção de mecanismos que assegurem elevados padrões de qualidade, segurança da informação e gestão dos serviços de tecnologia da informação. Nesse contexto empresa deverá apresentar os seguintes certificados na assinatura do contrato, que são justificadas pela característica :
- 10.3.25.1. a ABNT NBR ISO 9001:2005 - Sistema de Gestão da Qualidade;
- 10.3.25.2. b ABNT NBR ISO 27.001:2013 – Sistema de Gestão de Segurança da Informação;
- 10.3.25.3. c ABNT NBR ISO 20.000:2018 – Sistema de Gestão de Serviços;
- 10.3.26. A exigência das certificações acima busca assegurar que a empresa contratada possua maturidade organizacional compatível com a complexidade dos serviços a serem executados, reduzindo riscos operacionais, melhorando a qualidade das entregas e garantindo maior confiabilidade na prestação dos serviços contratados.
- 10.3.27. Comprovação de que a empresa possui um Código de Ética, Guia de Conduta ou documentos correlatos que descrevem as condutas éticas que devem ser observadas pelos integrantes da Alta Administração, empregados próprios e/ou terceirizados.
- 10.3.28. Apresentar juntamente com o documento de habilitação, a declaração formal de disponibilidade. A licitante deverá comprovar a aptidão e entendimento obrigatório operacional mediante a apresentação, junto aos documentos de habilitação, sob as penas da lei e de desclassificação, relação explícita e declaração formal de disponibilidade, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, de acordo com as especificações.
- 10.3.29. Tabela Resumo
- 10.3.29.1. Os licitantes deverão apresentar a tabela resumo para demonstrar o atendimento aos requisitos de qualificação técnica definidos neste Termo de Referência.
- 10.3.29.2. Para cada atestado apresentado, deverá ser elaborada a respectiva tabela resumo de comprovação, conforme o lote ao qual a LICITANTE estiver concorrendo.
- 10.3.29.3. Cada tabela deverá ser devidamente preenchida com a indicação do tamanho dos projetos, expresso em pontos de função, a serem contabilizados;
- 10.3.30. Justificativa:
- 10.3.30.1. É necessário que a licitante demonstre capacidade de atendimento ao volume médio consumido pela EMATER-DF que representa 50% (cinquenta por cento) do total do contrato anual aderente às melhores práticas de mercado no quesito de gerenciamento de projetos, processos e referência na mensuração de projetos baseados em Pontos de Função regidos por regras internacionais de organismo próprio e competente;
- 10.3.30.2. O percentual de 50% foi definido considerando o risco operacional da continuidade dos serviços e a necessidade de capacidade comprovada compatível com a criticidade dos sistemas institucionais.
- 10.3.30.3. É necessário que a licitante demonstre capacidade de atendimento e aderência ao ambiente tecnológico da EMATER-DF, contemplando as principais tecnologias envolvidas face à maturidade desta Empresa tanto no processo de desenvolvimento quanto em seu ambiente tecnológico. Exigem também que a licitante detenha conhecimento prático das tecnologias e arquiteturas aplicadas às soluções existentes na Emater-DF ou comprove experiência em tecnologias equivalentes ou



compatíveis que estejam posicionadas entre as mais utilizadas atualmente .

10.3.30.4. A utilização de Acordos de Níveis de Serviços, aderência aos padrões de processo unificado, medições e outros, são necessários devido ao amadurecimento dos processos da Emater-DF os quais tendem a evoluir ainda mais neste padrão.

10.3.30.5. As exigências demonstram a necessidade da licitante dispor de experiência prática com a construção, implantação, administração e evolução de sistemas voltados para as áreas: tributária, contábil, finanças e orçamento público.

## 11. DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Deverá ser apresentada garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da aquisição, que deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis, em uma das modalidades previstas no art. 64, do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da EMATER-DF, e art. 70 da [Lei nº 13.303/2016](#) ou seja:

- 11.1.1. I - caução em dinheiro;
- 11.1.2. II - seguro-garantia, ou
- 11.1.3. III - fiança bancária.

## 11.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.2.1. A Prestadora de Serviços deverá apresentar garantia de execução equivalente nos termos do Art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

11.2.2. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

11.3. Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a garantia prestada será liberada ou restituída à CONTRATADA.

### 11.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

I) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

II) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

III) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o **item** cotado constante do Anexo I deste edital.

## 11.5. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

11.5.1. A licitante habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficará isenta de apresentar os documentos relacionados referentes à regularidade fiscal e trabalhista (item 10.1.2 com exceção da alínea “e”) e qualificação econômico-financeira (item 10.1.4 no que se refere à alínea “b”) somente se possuir índices de LG e LC e SG superior a 1 um).

11.5.2. A licitante com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, deverá apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela **Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal-SEEC/DF**, em plena validade, que poderá ser obtida através do site [www.receita.fazenda.df.gov.br](http://www.receita.fazenda.df.gov.br). (inteligência do art. 173, da LODF)

11.5.2.1. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices de LG e LC e SG, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I deste edital.

11.5.3. É assegurado à licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhar a documentação em plena validade, juntamente com a documentação não contemplada no SICAF prevista neste Edital.

11.5.4. Os documentos exigidos para a habilitação que não estiverem contemplados no SICAF ou das licitantes que não optarem pelo cadastramento do SICAF ou com cadastro desatualizado, poderão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços quando solicitado pelo Pregoeiro, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema compras.gov.br, no prazo mínimo de 02 (duas) horas.

11.5.4.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

11.5.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação.

11.5.5.1. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

11.5.6. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista com alguma restrição, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

11.5.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.5.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.

11.5.9. Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.5.10. Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.

11.5.11. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa)

dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

11.5.12. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11.5.13. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo Pregoeiro.

11.5.14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.

11.5.15. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.5.16. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora por apresentar o menor preço por ITEM.

## **12. DO RECURSO**

12.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação do licitante, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor..

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. A falta de manifestação imediata da licitante importará na decadência desse direito.

12.4. O recurso não acolhido pelo Pregoeiro será apreciado e decidido pela autoridade superior.

12.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na EMATER/DF e no SEI no site <https://sei.df.gov.br>.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo menor preço **DO ITEM**.

13.2. A homologação deste Pregão compete ao Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.

## **14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o Setor Gerenciador convocará formalmente o licitante vencedor, informando o local, data e hora para a assinatura da Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas legislações aplicáveis.

14.2. O prazo para que o licitante vencedor compareça, após ser convocado, poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela EMATER/DF.

14.3. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

14.4. No caso de o licitante classificado em primeiro lugar, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro.

14.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos dos termos do § 5º do art. 198 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, a EMATER-DF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

14.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela EMATER-DF caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor EMATER-DF.

14.7. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

14.8. A existência de preços registrados não obriga a EMATER-DF a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para o(s) material(is) pretendido(s), assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

14.8.1. Independente do direito de preferência a ser exercido pelo beneficiário da ata de que trata o item anterior, a EMATER-DF é obrigada a servir-se da ata se o preço obtido em outra licitação for superior ao registrado.

14.9. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual.

14.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do § 8º art. 198 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

14.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

## **15. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO**

15.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrados, nos termos dos art. 201 e 202 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, nas seguintes situações:

15.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 202 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

15.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os requisitos contemplados no art. 204 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

## **16. REVISÃO E CANCELAMENTO**

16.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à EMATER-DF promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), observados os termos do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

16.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os requisitos constante do art. 204 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

16.3. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata é superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao(s) fornecedor(es), mediante comunicação formal, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

16.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e o gerenciador da Ata convocará os demais fornecedores do cadastro reserva, caso existam, visando igual oportunidade de negociação.

16.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

16.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a EMATER-DF poderá:

16.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

- 16.5.2. Convocar os demais fornecedores do cadastro reserva, caso existam, visando igual oportunidade de negociação.
- 16.6. Não havendo êxito nas negociações a EMATER-DF deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 16.7. O registro do preço do fornecedor será cancelado, nos termos do art. 205 do Decreto Distrital nº 44.330./2023, quando:
- I - for liberado pelo EMATER-DF;
  - II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
  - III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - IV - sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
  - V - não aceitar o preço revisado pela EMATER-DF.
- 16.8. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela EMATER-DF:
- I - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados; e
  - II - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 16.9. O Registro de Preços será cancelado, ainda, por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.
- 16.10. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da EMATER-DF, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 16.11. O fornecedor será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
- 17. DO CADASTRO DE RESERVA**
- 17.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:
- 17.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
- 17.1.2. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
- I - O registro a que se refere o item 16.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212, todos do Decreto Distrital nº 44.330/2023;
  - II - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 16.1.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
  - III - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
- 17.1.3. O preço registrado e a indicação dos fornecedores será divulgado no site da EMATER-DF e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e
- 17.1.4. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 17.1.5. Serão registrados na ata de registro de preços na ordem que segue:
- I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
  - II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem cotado valor igual ao do licitante mais bem classificado, objetivando a formação do Cadastro de Reserva.
- 17.2. Se o fornecedor não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho, ou documento equivalente, a GEMAP poderá convocar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor - cadastro de reserva - na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.
- 17.3. *Na ausência de cadastro reserva, seguir-se-á as disposições do artigo 204, do Decreto Distrital nº 44.330./2023.*
- 18. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 18.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.
- 18.2. Quando da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 19. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTE**
- 19.1. Não serão admitidas adesões à presente ata de registro de preços, com fulcro no art. 197, inciso III, do Decreto nº 44.330/2023, e o artigo 58, inciso I, do RILC/EMATER-DF.
- 20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**
- 20.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, com eficácia a partir data de sua publicação, sendo seu extrato publicado no DODF, a expensas do Contratante.
- 20.2. A justificativa para o prazo de execução extenso, se dá pelas seguintes características:
- 20.2.1. natureza continuada e estratégica da solução;
  - 20.2.2. Amortização de curva de aprendizado;
  - 20.2.3. Complexidade e demanda reprimida referente ao desenvolvimento de sistemas da CONTRATANTE;
- 20.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a convocação, a LICITANTE adjudicatária deverá assinar o contrato.
- 20.4. A partir da assinatura do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, o contrato deverá ser iniciado, quando então as solicitações de serviço e ordens de serviço poderão ser demandadas.
- 20.5. Caso haja inconsistência entre componentes e/ou serviços previstos na documentação técnica apresentada pelo CONTRATADO e os de fato entregues à Emater-DF, esta notificará o CONTRATADO formalmente a respeito da inconsistência, ficando reservado a Emater-DF o direito de recusar-se a receber tais componentes, além da aplicação de eventuais sanções previstas no instrumento contratual.
- 20.6. Caso haja atrasos na entrega dos componentes de solução e/ou serviços conforme prazos descritos no Termo de Referência, caberá a Emater-DF notificar o CONTRATADO formalmente a respeito do referido atraso, e aplicação de eventuais sanções previstas no Anexo VI deste edital.
- 20.7. Todo componente entregue e/ou serviços prestados em desacordo com a proposta fornecida pelo CONTRATADO, deverá ser substituído/refeito, bem como deverão ser supridos aqueles componentes cuja falta seja verificada em relação à citada proposta técnica, obedecido, em ambos os casos, o prazo de entrega definido, sem quaisquer custos a CONTRATANTE.
- 20.8. O contrato deverá prever a possibilidade de reajuste anual, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme a Lei nº 13.303/2016;
- 20.9. O contratado deverá apresentar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis, em uma das modalidades previstas no art. 70 da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da EMATER-DF, ou seja:
- I - caução em dinheiro;
  - II - seguro-garantia, ou
  - III - fiança bancária.

- 20.10. A garantia contratual deverá ter validade igual ou superior a 30 dias úteis, após a vigência do Contrato.
- 20.11. A assinatura do Contrato ficará vinculada à manutenção das condições da habilitação, à plena regularidade fiscal e trabalhista da empresa vencedora e à inexistência de registro perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF que caracterize impedimento à contratação com a EMATER/DF, sendo aplicáveis as penalidades definidas neste Edital, em caso de descumprimento.
- 20.12. Se o licitante vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital, ou recusar-se, injustificadamente, a assinar o termo de Contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, poderá ser convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.
- 20.13. Farão parte integrante do contrato este Edital e seus anexos e a proposta apresentada pelo licitante vencedor.
- 20.14. O contrato poderá ser rescindido conforme as disposições disposta no Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da EMATER-DF.
- 20.15. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.
- 20.16. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **21. DO REAJUSTE**

- 21.1. Conforme o art. 24 da Instrução Normativa SGD/ME n.º 94, de 23 de dezembro de 2022, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 45.011, de 27 de setembro de 2023, será admitido o REAJUSTE do valor do contrato, com base no Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para apresentação a proposta.
- 21.2. O reajuste consiste em um direito disponível e, por essa razão, a sua concessão pela Emater- DF depende da apresentação de requerimento formal da contratada até a data da prorrogação subsequente ou, não existindo esta, até a data da extinção do contrato, sob pena de preclusão do direito.
- 21.3. A contagem do prazo de reajustamento será a data limite para a apresentação da proposta, sendo considerado o último dia do prazo para o cadastramento da proposta de preços no site: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), conforme orientado na Decisão TCDF nº 3.188/2023.

## **22. DO CONSÓRCIO, DA COOPERATIVA E DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 22.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente prestado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.
- 22.2. Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à Empresa. De acordo com a área demandante, a divisão do objeto poderia gerar fragmentação da execução contratual, multiplicação de interfaces de gestão, dificuldades de integração entre equipes, inconsistências metodológicas no desenvolvimento de software e aumento significativo do risco operacional, comprometendo a eficiência, a qualidade e a padronização dos serviços prestados.
- 22.3. Não será permitida a participação de cooperativas, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas do objeto da pretensão contratual, que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais).
- 22.4. A vedação à participação das cooperativas se reflete na impossibilidade do serviço ser executado com autonomia pelos cooperados, pois demanda relação de subordinação entre a Administração e os cooperados.
- 22.5. Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados, visto que cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.
- 22.6. Ainda, não podemos deixar de pontuar que a vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.

## **23. DO RECEBIMENTO**

- 23.1. O Recebimentos dos serviços será de acordo com as regras estabelecidas no item 8.6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 23.2. Depois de entregues pela CONTRATADA todos os artefatos referentes a uma etapa relacionados na OS e aprovados pela CONTRATANTE, inclusive os testes de integração, quando couber, a CONTRATANTE emite, em até 10 (dez) dias úteis, contados após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o Termo de Recebimento Definitivo da etapa e autoriza a CONTRATADA a emitir as Notas Fiscais e encaminhá-las ao Gestor do Contrato para dar início ao processo de pagamento;
- 23.3. Após o recebimento definitivo, pela CONTRATANTE, de todas as etapas definidas na OS, a CONTRATADA efetua uma Contagem Final de Pontos de Função(CFPF) da OS e submete à aprovação da CONTRATANTE. Ocorrendo divergência para mais ou para menos da contagem inicial, superior a 10% (dez por cento), essa deverá ser devidamente justificada na OS pela CONTRATADA;
- 23.4. A CONTRATANTE avalia a contagem final e, caso a aprove, procede aceite definitivo da OS. Caso haja divergência superior a 2% entre as contagens efetuadas pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, deverá ocorrer uma análise para identificar os pontos divergentes e estabelecer a contagem final; Caso a divergência seja igual ou inferior a 2%, prevalecerá a menor contagem;
- 23.5. A Contagem Final de Pontos de Função(CFPF) ou as atualizações da contagem de pontos de função previstas nas etapas de Projeto e Implementação poderão implicar no pagamento ou compensação de eventuais diferenças referentes a etapas pagas anteriormente.

## **24. DO PAGAMENTO**

- 24.1. A CONTRATADA deverá encaminhar expediente, conforme especificado no edital, solicitando o pagamento referente à prestação dos serviços para o endereço do Edifício Sede Emater-DF, situado em Parque Estação Biológica, CEP: 70.770.915 Brasília - DF, acompanhado dos seguintes documentos:
- 24.2. Nota Fiscal/Fatura emitida em nome da instituição, constando o valor mensal e os valores a serem retidos referentes aos impostos e contribuições, se for o caso, sem emendas ou rasuras, preenchida corretamente, em compatibilidade com os serviços executados, contendo:
- 24.3. a) Nome, Endereço e CNPJ da Emater-DF.
- 24.4. b) Nome, Inscrição Estadual e CNPJ do Estabelecimento e Natureza da operação.
- 24.5. c) Data de emissão da nota fiscal/fatura dentro do seu prazo de validade.
- 24.6. d) O número de controle da nota fiscal.
- 24.7. e) A discriminação do período em que os serviços foram realizados.
- 24.8. f) Dados do serviço (discriminação exata do serviço executado) com a quantidade total de Pontos de Função executados/realizados no período.
- 24.9. g) Valor total da nota fiscal/fatura.
- 24.10. h) Número do Processo na Emater-DF.
- 24.11. Verificada a execução do serviço em conformidade com as exigências contratuais, o fiscal do contrato encaminhará o processo, com o devido atesto na nota fiscal, para pagamento.
- 24.12. Antes do pagamento, ao receber da CONTRATADA a nota fiscal/fatura, serão conferidos, ainda, pela Contratante:
- 24.13. Se o serviço executado guarda conformidade com o estabelecido no contrato;
- 24.14. Se as certidões negativas de débito perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Previdência Social e junto ao FGTS, bem como CND Trabalhista, estão dentro do prazo de validade, devendo ser exigidos da CONTRATADA tais documentos quando estiverem com prazo de validade vencido;
- 24.15. Ao verificar situação de descumprimento contratual ou irregularidade fiscal, a Contratante devolverá, por ofício, a nota fiscal à CONTRATADA, expondo os motivos da devolução, solicitando a sua adequação às cláusulas contratuais e o prazo começará a correr após a nova apresentação da nota fiscal.
- 24.16. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo

24.17. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

24.18. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

24.19. Passados 30 (trinta) dias corridos sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), nos termos do art. 12, inciso XII, c/c art. 24 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022](#)

24.20. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão efetuados exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o decreto nº 32.767/2011;

24.21. Empresas de outros estados que não tenham filiais ou representações no Distrito Federal poderão indicar conta corrente de outro banco, conforme decreto nº 32.767/2011.

24.22. O pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal;

24.23. O pagamento dos itens de serviços serão feitos mensalmente, levando-se em consideração os descontos previstos no item 5.7 DOS INDICADORES DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO dispostos na tabela 08 - Níveis Mínimos de Serviço Nível Mínimo de Serviço (NMS) acordado em contrato, para o período de faturamento avaliado, deverá ser efetuado em até 30 dias corridos após o recebimento definitivo referente à ordem de serviço, em conformidade com a legislação vigente;

24.24. De forma a viabilizar a análise da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar, na forma de relatório, informações acerca da aferição dos níveis de serviço contratadas. Deverão ser detalhados todos os índices para verificação de atingimento de metas, conforme Nível Mínimo de Serviços exigidos. Além disso, os relatórios devem apresentar a descrição de todas as atividades realizadas no período, elencadas e o cálculo detalhado dos diversos fatores de abatimento previstos neste Termo de Referência.

24.25. O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade junto à fazenda pública federal, estadual e municipal, assim como regularidade junto à receita federal (CND), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), Tribunal Superior do Trabalho (CNDT) e apresentação de nota fiscal eletrônica conforme protocolo icms 42, de 3 de julho de 2009 e suas alterações.

## **25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

25.1. Fornecer produtos conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência, Anexos e Ordens de Serviço.

25.2. Adaptar-se a mudanças, quando da evolução da arquitetura, dos aspectos metodológicos e da estrutura da CONTRATANTE especificados no Termo de Referência, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados e sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE. Para isso deverá implementar em seu ambiente as evoluções tecnológicas necessárias para a execução plena dos serviços contratados.

25.3. Dimensionar, por etapas, o esforço dos serviços necessários para a fabricação dos produtos, não cabendo, posteriormente, acréscimos nos preços contratados por conta de eventuais desconhecimentos das condições previstas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos.

25.4. Recrutar e selecionar profissionais especializados com conhecimento e experiência nas diversas áreas de tecnologia da informação inerentes ao objeto de cada Ordem de Serviço emitida. A CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a qualquer momento as comprovações que se fizerem necessárias para verificação da especialização e experiência dos profissionais alocados.

25.5. Capacitar, às suas expensas, os profissionais utilizados na prestação dos serviços nas competências necessárias ao atendimento dos serviços contratados.

25.6. Substituir, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, qualquer um dos seus profissionais, cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, decorrente da execução do serviço, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

25.7. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do Contrato, dentro dos prazos e condições estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas contratualmente, caso os prazos e condições não sejam cumpridos.

25.8. Manter seus profissionais adequadamente trajados para o ambiente de trabalho na CONTRATANTE, com trajes em bom estado de conservação e portando crachá de identificação da CONTRATADA, arcando com o ônus de sua confecção.

25.9. Responder por quaisquer prejuízos que seus profissionais causarem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, por ocasião da prestação dos serviços, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

25.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATANTE referente a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades.

25.11. Utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e

25.12. contidas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos.

25.13. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato, todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do serviço contratado.

25.14. Arcar com os salários e todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do serviço contratado, bem como custos relativos ao deslocamento e estadia de seus profissionais, caso existam, inclusive nas situações nas quais se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.

25.15. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócios, devendo orientar seus profissionais nesse sentido. A quebra de sigilo caracterizará, ademais, a inexecução total do Contrato, com as consequências previstas no tópico “Sanções Administrativas”.

25.16. Garantir a qualidade dos produtos e assegurar que esses sejam eficientes quanto ao desempenho e consumo de recursos computacionais, de acordo com os requisitos definidos para os produtos.

25.17. Reparar, remover e reconstruir, às suas expensas, no total ou em parte, os artefatos elaborados durante o processo de desenvolvimento, bem como os serviços efetuados referentes ao objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.

25.18. Identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser instalado nas dependências da CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança etc.

25.19. Cumprir as normas regulamentadoras da Medicina e Segurança do Trabalho.

25.20. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

25.21. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

25.22. Registrar todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE para acompanhamento e controle da execução dos serviços;

25.23. Atender prontamente as orientações e exigências, do Gestor do Contrato, inerentes à execução do objeto do Contrato;

25.24. Indicar formalmente Preposto apto a representá-la junto a CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientar a equipe, bem como comparecer à CONTRATANTE sempre que convocado;

25.25. Não utilizar, na execução dos serviços, mão de obra de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE.

25.26. Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

25.27. A contratada deverá entregar os serviços em conformidade com as especificações do objeto, da legislação vigente visando sempre cumprir os prazos e datas

estabelecidas neste Termo de Referência.

25.28. Responder pelos danos causados à EMATER-DF e/ou a terceiros decorrentes da falha de equipamentos e/ou acessórios quando da sua montagem, ou mesmo pela culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos quando da manutenção dos referidos equipamentos.

25.29. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no cumprimento de suas obrigações;

25.30. Cumprir as normas internas da EMATER-DF, bem como aquelas que regulam as ações de higiene e segurança do trabalho;

25.31. Manter durante a execução do contrato todas as **condições de habilitação** e qualificação bem como as que comprovem sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

25.32. A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso aos documentos e registros contábeis, aos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como aos órgãos de controle interno e externo;

25.33. Informar na Nota Fiscal o valor de retenção do ISS, observado na forma do disposto na legislação vigente, compreendendo inclusive a Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, Lei Distrital Complementar nº 687, de 17 de dezembro de 2003 e Lei Distrital nº 3.247, de 17 de dezembro de 2003, bem como, o valor de retenção do Imposto de Renda, quando houver, conforme Lei 7.450/85, art. 52, e portaria 314/86(MF) e suas alterações. Caso haja a celebração de Convênio entre a Área Federal e o Distrito Federal, nos moldes do previsto no artigo 33 da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, o contratado deverá informar ainda, na Nota Fiscal, o valor da retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP;

25.34. Cumprir por si e por seus gestores, empregados, prestadores autônomos de serviços, colaboradores, parceiros ou pessoas que, por qualquer outra forma e sob sua designação, venham a atuar no âmbito do objeto deste contrato, a Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em qualquer tratamento de dados pessoais.

25.35. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

25.36. Permitir o livre acesso dos servidores do EMATER-DF e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; (ORÇAMENTO DE CONVÊNIO)

25.37. Inserir as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br. (ORÇAMENTO DE CONVÊNIO)

## **26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

26.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas no Contrato, e em especial:

26.2. Informar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento para a entrega dos serviços/subscrições;

26.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

26.4. Comunicar prontamente a Contratada toda e qualquer anormalidade verificada nos serviços e/ou problemas no acesso à plataforma;

26.5. Efetuar o recebimento dos serviços conforme especificações do objeto;

26.6. Designar empregado ou comissão para fiscalização da entrega e da prestação da garantia do objeto desse Termo de Referência;

26.7. **Rejeitar no todo ou em parte** os objetos entregue em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;

26.8. Verificar prazos, garantias, certidões e atestar notas fiscais;

26.9. Efetuar o pagamento em conformidade com a legislação vigente no Distrito Federal;

26.10. Ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto desta contratação;

26.11. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA;

26.12. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

26.13. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA cumpra com suas obrigações dentro das condições contratuais;

26.14. A falta de fiscalização não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, nem significará aceitação tácita por parte do CONTRATANTE.

26.15. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas tarefas dentro das normas e condições contratuais;

26.16. Comunicar à CONTRATADA eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços e/ou nos produtos entregues, para adoção das providências saneadoras;

26.17. Aplicar as penalidades previstas contratualmente no caso do não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

26.18. Executar a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

26.19. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA que estejam em conformidade com o contrato;

26.20. Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço entregue fora das especificações constantes no contrato;

26.21. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do contrato;

26.22. Atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega dos serviços;

26.23. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionado no Contrato.

## **27. DA FISCALIZAÇÃO**

27.1. A aquisição será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação e será exercida pelos empregados (titular e suplente) devidamente designados para os fins que se sugerem as referidas aquisições, conforme as regras previstas na Norma Operacional de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Contratos, aprovada pela Instrução Normativa nº 6/2023-EMATER-DF.

27.2. A Contratante indica o empregado Emerson Ferreira do Nascimento, matrícula 0000904-0, como executor titular, e Fernando Augusto da Silva - Matr.0001253-X, como suplente, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, conforme preceitua a legislação vigente.

27.3. A fiscalização será exercida no interesse da EMATER-DF e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quais não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

27.4. Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

27.5. A fiscalização do contrato verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Edital e seus anexos.

27.6. Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pelo gestor técnico do contrato e enviados para o pagamento.

27.7. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do contrato entregue, se em desacordo com a especificação do Edital e do Termo de Referência.

## **28. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

28.1. Comete infração, nos termos do RILC/EMATER-DF, o licitante que, com dolo ou culpa:

28.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

28.1.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

28.1.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

28.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- 28.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 28.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida neste edital ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 28.1.7. fraudar a licitação;
- 28.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 28.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação; ou
- 28.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 28.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 28.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 28.2.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 28.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 28.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 28.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 28.3. A sanção de suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Emater-DF será aplicada por quaisquer das infrações previstas no item 28.1 deste edital.

## **29. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 29.1. As instruções estabelecidas neste Edital de licitação determinam os procedimentos que orientarão o presente processo licitatório até a assinatura do respectivo CONTRATO. Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das disposições legais especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus documentos de habilitação e/ou propostas.
- 29.2. Qualquer condição descrita nos documentos que integram este Edital, embora, não expressa neste instrumento, devem ser observadas pelos interessados quando da elaboração de suas propostas comerciais.
- 29.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais para aferição de informação, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível avaliar sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta comercial.
- 29.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 29.5. Em caso de divergências entre as especificações do objeto descritas no COMPRAS.GOV – CATSERV e as especificações constantes neste Edital prevalecerão estas últimas.
- 29.6. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas ou outros, bem como os documentos necessários para atender qualquer exigência deste Edital.
- 29.7. Fica impedido de aceitação pelo Pregoeiro(a), na fase de negociação posterior à disputa de lances, de majoração (aumento) de preço unitário de item já definido na etapa de lances, pelo fornecedor, quer para os itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos, conforme disposto no Acórdão TCU 1872/2018-Plenário.
- 29.8. Deverá ser observada a obrigatoriedade de ofertar valores para todos os itens inseridos na tabela constante do Anexo I do Termo de Referência.
- 29.9. O valor mensal e total do item ofertado deverá estar igual ou abaixo dos valores estimados pela EMATER-DF.
- 29.10. A Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Distrito Federal e os licitantes interessados na prestação de serviços do objeto deste edital se comprometem a observar e zelar pelo mais alto padrão de ética durante todo o processo desta licitação, da sua contratação e futura execução contratual.
- 29.11. Qualquer cidadão é parte legítima para apresentar denúncias sobre possíveis atos da administração ou de participantes de processos licitatórios, que atentem contra a moralidade, ética e legalidade, podendo fazer tal denúncia por meio do Canal de Denúncias da EMATER-DF disponível no link <http://www.emater.df.gov.br>.
- 29.12. As empresas interessadas em participar desta licitação deverão observar o teor do Art. 7º do Decreto 7.203/2010, que estabelece vedação para que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.
- 29.13. A EMATER-DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 29.14. A anulação por constatada ilegalidade do pregão, induz à do contrato.
- 29.15. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 29.16. É facultado ao (à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 29.17. Os prazos estabelecidos neste edital só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na EMATER-DF.
- 29.18. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 29.19. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.20. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública, assegurada a ampla defesa.
- 29.21. Não será aceita a subcontratação dos serviços ofertados.
- 29.22. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da EMATER-DF.
- 29.23. Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória contra a mulher, que incutir a violência contra a mulher, que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou que represente qualquer tipo de discriminação, nos termos Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de cláusula de proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher nos contratos de aquisição de bens e serviços pelo Distrito Federal.
- 29.24. Nos termos do art. 10 do Decreto nº 46.174/2024, qualquer pessoa, identificada ou não, pode registrar denúncia de fato considerado assédio moral e sexual, devendo ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias, podendo sua existência ser registrada da seguinte forma, conforme regra constante do art. 10 do citado Decreto:
- I - no sistema eletrônico de registro de Ouvidoria;
- II - na central telefônica 162; ou
- III - presencialmente, em qualquer uma das ouvidorias dos órgãos ou entidades.
- 29.25. Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento das obrigações estabelecidas..
- 29.26. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas na Gerência de Material e Patrimônio - GEMAP/PREGÃO, por meio do Telefone: (61) 3311 9381.
- 29.27. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- ## **30. ANEXOS**
- 30.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:
- 30.1.1. ANEXO I - Termo de Referência

- 30.1.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de preços
- 30.1.3. ANEXO III - Modelo das Declarações
- 30.1.4. ANEXO IV - Das Penalidades
- 30.1.5. ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços
- 30.1.6. ANEXO VI - Minuta do Contrato

Gerarda da Silva Carvalho  
Pregoeira

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – EMATER-DF

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA EMATER-DF 00072-00002664/2024-81	
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
GRUPOS	40.08 - Desenvolvimento de Software

1. DO OBJETO

Registro de Preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços Técnicos de Fábrica de Software para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos e portais, através de metodologia descrita no Anexo I – Termo de Referência - deste Termo de Referência, contemplando todas as fases do ciclo de desenvolvimento de software, utilizando tecnologia do contratante, demandados mediante Ordens de Serviço (O.S) dimensionadas pela técnica de contagem de Pontos de Função (PF), pagas por produto aceito e homologado, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação está associada ao objetivo estratégico - 3. ASSEGURAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL COM QUALIDADE E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, bem como na necessidade (N008 - Contratação de fábrica de software para desenvolvimento de sistemas) amparadas pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2025-2026 00072-00004358/2024-80 e está inerente à [Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022](#).

De forma geral, observa-se uma relação cada vez mais direta entre os processos de negócio e a Tecnologia da Informação (TI), bem como a crescente necessidade de obtenção de informações precisas, confiáveis e oportunas para a tomada de decisão. A automação contínua dos processos de trabalho, com vistas à celeridade e à economicidade, é buscada constantemente, tanto por grandes empresas quanto por pequenos negócios. Nesse contexto, sistemas informatizados que possibilitem a gestão empresarial — como financeiro/contábil, controle de estoque, gestão de pessoas, entre outros — são fundamentais para o sucesso do negócio.

No meio rural, a realidade não é diferente. Grandes produtores têm acesso a tecnologias e a diversas plataformas que auxiliam na gestão, promovem economia e orientam a tomada de decisão, maximizando os resultados. Por outro lado, pequenos produtores e, principalmente, produtores familiares, em sua maioria, ainda realizam a administração do seu negócio rural de forma manual, na chamada “ponta do lápis”, ou, no máximo, por meio de planilhas eletrônicas sem recursos de inteligência analítica.

Nesse sentido, a Emater vem desenvolvendo um trabalho, por meio de alguns técnicos, utilizando uma planilha eletrônica voltada à gestão financeira e à definição do custo de produção do negócio rural. Contudo, a precariedade do instrumento utilizado exige revisões e acompanhamentos constantes por parte de um técnico da EMATER-DF, o que restringe o atendimento a um número reduzido de produtores. Ainda assim, o trabalho realizado tem transformado a realidade dos produtores assistidos e contribuído para a maximização de seus lucros.

O desenvolvimento de uma plataforma que permita a gestão do negócio rural possibilitará a ampliação do atendimento técnico, permitindo que o próprio produtor, após capacitação, realize a gestão de sua propriedade, com melhor definição dos custos de produção e acesso a informações estratégicas que favoreçam a tomada de decisão, tornando o negócio mais eficiente e rentável.

Nos últimos anos, as demandas por desenvolvimento de sistemas de apoio ao desempenho das atividades da EMATER-DF vêm crescendo. Entretanto, a Gerência de Tecnologia da Informação, em sua área de desenvolvimento de sistemas, possui seus recursos humanos majoritariamente alocados na sustentação de sistemas legados, o que inviabiliza o desenvolvimento das seguintes iniciativas:

- Desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis, voltado à captação de informações de atendimento de ATER, que atualmente é realizada em um formulário físico, bem como a ampliação de serviços digitais ao produtor rural;
- Desenvolvimento de uma nova versão do sistema institucional do sistema finalístico EmaterWeb, utilizando tecnologias, frameworks e linguagens de programação mais atualizadas;
- Desenvolvimento de uma plataforma/modelo de Inteligência artificial voltada a ATER Digital, propiciando aos produtores rurais obterem informações técnicas com alta confiabilidade;
- Implementação de outros sistemas e manutenções evolutivas que se fizerem necessárias.

Com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desenvolvimento de software, parte ou a totalidade dos sistemas elencados poderá ser desenvolvida e implantada, possibilitando a modernização de processos e atividades, com impactos positivos no desempenho do corpo técnico e na gestão e inteligência da informação.

Diante do exposto, considerando o levantamento de escopo e requisitos, bem como o ciclo de vida do desenvolvimento de sistemas, o presente procedimento licitatório tem por objetivo promover a modernização dos serviços e a automação de processos, por meio de futura contratação de empresa especializada em desenvolvimento de software, via registro de preços.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e evolução de sistemas de informação, sob o modelo de Fábrica de Software, visando atender às demandas institucionais da CONTRATANTE, assegurando alinhamento estratégico, modernização tecnológica e melhoria da eficiência operacional.

3.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços contemplando, no mínimo, levantamento e especificação de requisitos, análise, desenvolvimento, testes, implantação assistida e documentação técnica, mediante metodologia de mensuração previamente definida (Pontos de Função), observando os padrões tecnológicos e arquiteturais adotados pela CONTRATANTE.

3.3. Os serviços deverão atender a critérios objetivos de qualidade, incluindo controle de versionamento, rastreabilidade de requisitos, realização de testes e cumprimento de Acordos de Nível de Serviço (SLA), especialmente quanto a prazos, correção de falhas e conformidade das entregas.

3.4. A CONTRATADA deverá garantir a observância das normas de segurança da informação e proteção de dados aplicáveis, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas no âmbito contratual, inclusive mediante assinatura de Termo de Confidencialidade/LGPD por seus profissionais.

3.5. A execução contratual ocorrerá mediante emissão formal de Ordens de Serviço, com medição objetiva dos serviços realizados e pagamento condicionado à

validação e aceite pela área técnica da CONTRATANTE, observadas as regras de governança, fiscalização e controle estabelecidas neste Termo de Referência.

- 3.6. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 3.7. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 4.1. Os serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas abrangem a execução de todas as tarefas inerentes às disciplinas típicas de um processo de software:
- 4.1.1. Requisitos e Análise.
  - 4.1.2. Arquitetura de Software e de Dados.
  - 4.1.3. Implementação (codificação).
  - 4.1.4. Teste.
  - 4.1.5. Gestão de Configuração.
  - 4.1.6. Implantação.
  - 4.1.7. Apoio técnico, suporte e operação de software.
  - 4.1.8. Gestão de Projeto.
- 4.2. Ponto de Função (PF) é uma unidade de medida que segue um método padrão para medição funcional de tamanho de software a partir do ponto de vista do usuário, e não depende do número de linhas de código ou do tempo gasto no desenvolvimento.
- 4.3. O SNAP (Software Non-funtional Assessment Process/ Processo de avaliação não funcional de software) mede o software por meio da quantificação do tamanho dos requisitos não-funcionais o software que o usuário solicita e recebe.
- 4.4. Os serviços de novo desenvolvimento, manutenção de sistemas, documentação de sistemas e migração de dados serão medidos pela perspectiva funcional, considerando a aplicação do método de contagem detalhada, segundo a técnica de Análise em Pontos de Função - APF preconizada pelo Roteiro de Métricas CINEP V1.0 ou superior que se baseia na técnica de contagem do IFPUG – International Function Point Users Group ([www.ifpug.org](http://www.ifpug.org)), considerando as regras publicadas no Function Point Counting Practices Manual (CPM) e pela perspectiva não funcional pela aplicação do SNAP - Software Non-funtional Assessment Process, conforme definido pelo IFPUG no Manual de Práticas de Avaliação v2.3 ou superior.
- 4.5. Conforme o levantamento estimado da demanda e do tamanho e esforço a ser exigido por cada sistema proposto, considerando ainda, a experiência da equipe de desenvolvimento, foi estimado que a EMATER-DF tem necessidade de **4.828 pontos por função (PF)** aproximadamente, para desenvolvimento e manutenção evolutiva, corretiva e adaptativa de software durante a vigência de um contrato de 60 meses. Tendo como base o quadro a seguir:

Descrição da Atividade	Estimativa Pontos por Função	Custo Unitário PF	Custo total
Desenvolvimento de sistemas , portais , aplicativos para dispositivos móveis e manutenções evolutivas e corretivas para novos sistemas e legados, importação e tratamento de dados	4.828		

**VALOR ESTIMADO:** Sigiloso nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO:

- 5.1. MODELO DE CONTRATAÇÃO
- 5.1.1. A CONTRATADA deverá entregar os produtos requeridos pela CONTRATANTE conforme especificidades, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
  - 5.1.2. O modelo de prestação de serviço será por solicitação, ou seja, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE uma Ordem de Serviço para a elaboração dos produtos.
  - 5.1.3. Nesse modelo de contratação, não se caracteriza a subordinação direta e nem pessoalidade, visto que:
  - 5.1.4. Não se requer a exclusividade, pois não há óbice ao compartilhamento de qualquer profissional com outros contratos que porventura a CONTRATADA possua;
  - 5.1.5. Não haverá controle de frequência ou de número de horas de presença nas dependências da CONTRATANTE;
  - 5.1.6. Não haverá qualquer relação de subordinação jurídica entre os profissionais da equipe da CONTRATADA e a CONTRATANTE;
  - 5.1.7. A prestação de serviço não é baseada em horas de serviço ou posto de trabalho.
  - 5.1.8. A prestação de serviço deverá ser iniciada em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato.
- 5.2. FERRAMENTAS FORNECIDAS PELA CONTRATADA
- 5.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias úteis antes do início da prestação do serviço, as ferramentas descritas neste item, totalmente operacionais, e com os respectivos treinamentos e orientações que se fizerem necessárias à sua operação pela CONTRATANTE:
    - 5.2.1.1. Sistema para registro e acompanhamento das Ordens de Serviço, contendo todas as informações da Ordem de Serviço previstas neste Termo de Referência.
    - 5.2.1.2. Ferramenta de apoio à contagem de pontos de função que permita o registro e o acompanhamento da contagem dos PF, com o indicativo de complexidade dos elementos identificados, arquivos, interfaces e casos de uso relacionados.
    - 5.2.1.3. Sistema para abertura e acompanhamento dos chamados técnicos, ocorrências e defeitos com interfaces de avisos e a possibilidade de enviar, por e-mail, informações relativas aos chamados.
  - 5.2.2. Os sistemas descritos neste item deverão:
    - 5.2.2.1. Permitir acesso por meio de navegador WEB a partir de estações de trabalho Linux e Windows;
    - 5.2.2.2. Permitir consultas detalhadas e consolidadas às informações neles armazenadas;
    - 5.2.2.3. Permitir a emissão de relatórios operacionais e gerenciais;
    - 5.2.2.4. Possuir indicadores e métricas que permitam aferir a qualidade e o desempenho dos serviços prestados;
    - 5.2.2.5. Ser integrados, de forma que as informações de um alimentem automaticamente os outros e vice-versa, quando pertinente;
    - 5.2.2.6. Utilizar autenticação por meio de login e senha pessoais;
    - 5.2.2.7. Possuir perfis de acesso;
    - 5.2.2.8. Registrar e permitir consulta a logs de acesso;
  - 5.2.3. Algumas das funcionalidades acima exigidas poderão ser implementadas após o prazo de 10 (dez) dias úteis anteriores ao início da prestação de serviços, desde que justificado e com a anuência do Executor/Gestor do Contrato.

5.2.4. Os sistemas acima deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

5.2.5. As aplicações e os bancos de dados contendo os dados históricos deverão ser fornecidos à CONTRATANTE no encerramento do Contrato.

### 5.3. TIPOS DE DEMANDA

5.3.1. Desenvolvimento de novas funcionalidades

5.3.2. Refere-se à criação de novas funcionalidades de software do tipo nova transação, novo relatório, novo módulo, novo subsistema, novo sistema, novos sites ou páginas dinâmicas ou ainda ao desenvolvimento de software já implantado em outra linguagem de programação.

5.3.3. Engenharia Reversa

5.3.3.1. Refere-se à análise de um sistema em produção, extração de regras de negócio, requisitos funcionais, formulários, relatórios e demais componentes e construção de um novo sistema incluindo documentação e contemplando todas as fases do desenvolvimento.

5.3.4. Manutenção Evolutiva

5.3.4.1. Refere-se à alteração das características de funcionalidades de software já codificado, desde que não caracterizado como Manutenção Corretiva, sendo classificado como:

5.3.4.2. Adequações Perfectivas – representam alterações no software para melhorar desempenho, facilidade de manutenção e outros atributos do software; e

5.3.4.3. Adequações Adaptativas – correspondem às mudanças no software direcionadas à necessidade de acomodar modificações no ambiente (alterações arquiteturais, tecnológicas, de regras de negócio ou ainda de requisitos técnicos).

5.3.5. Manutenção Preventiva

5.3.6. Serão consideradas preventivas, manutenções que visam a evitar falhas e interrupções em serviços em execução (ex: migração de versão de banco de dados, compiladores, servidores web e de aplicação, sistemas operacionais, estruturas de componentes de sistemas, redundância de código etc).

5.3.7. Manutenção Corretiva

5.3.7.1. Consiste na correção de defeitos encontrados nos produtos de software ou soluções desenvolvidos pela CONTRATADA, com a respectiva atualização dos artefatos e da documentação correlata.

5.3.7.2. Para fins da prestação do serviço, entende-se por defeito o funcionamento inadequado de sistemas incluindo, entre outros identificados e reconhecidos como tal:

I - Funcionamento do sistema em desacordo com a especificação;

II - Erros de recuperação e/ou consolidação de dados;

III - Erros em cargas ou extrações de dados;

IV - Erros de cálculo;

V - Erros no conteúdo de sistemas, portais ou sítios;

VI - Problemas na arquitetura do sistema;

VII - Baixa performance do sistema em relação aos níveis de serviço estabelecidos para a demanda;

VIII - Funcionamento descontínuo do sistema.

5.3.8. Projetos de Inteligência Artificial

5.3.8.1. A solução deverá contemplar o desenvolvimento e implantação de modelos de Inteligência Artificial ou aprendizado de máquina capazes de processar dados institucionais, identificar padrões e gerar previsões ou recomendações automatizadas. Os modelos deverão ser treinados com dados fornecidos pela CONTRATANTE, possuir métricas de desempenho mensuráveis e permitir integração com os sistemas institucionais por meio de APIs ou serviços web, observando boas práticas de governança, explicabilidade e segurança da informação.

5.3.8.2. A solução deverá permitir:

I - análise automatizada de dados estruturados e/ou não estruturados

II - identificação de padrões e tendências

III - geração de previsões ou classificações

IV - apoio à tomada de decisão baseada em dados

V - Planejamento, especificação e treinamento de modelos de IA

5.3.8.3. Considerando que determinadas atividades relacionadas ao desenvolvimento de soluções de ciência de dados e inteligência artificial não são adequadamente capturadas pela métrica tradicional de Análise de Pontos de Função definida pelo IFPUG, será adotado catálogo de serviços com conversão em Pontos de Função Equivalentes, de forma a permitir mensuração objetiva do esforço e manter compatibilidade com o modelo de medição contratual.

5.3.8.4. A mensuração do esforço para execução dos serviços relacionados a projetos de Inteligência Artificial deverá obedecer às referências e equivalências em pontos de função descritas no ANEXO J - Catálogo de Serviços de Inteligência Artificial, correspondente ao conjunto de atividades especializadas necessárias para o desenvolvimento, treinamento, avaliação e implantação de modelos de Inteligência Artificial.

5.3.8.5. Os critérios mínimos de desempenho dos modelos deverão observar os parâmetros definidos no Anexo J – Catálogo de Serviços de Inteligência Artificial.

5.3.8.6. A medição dos serviços será realizada com base nas entregas efetivamente concluídas e aceitas pela CONTRATANTE, mediante apresentação de relatórios técnicos contendo a descrição das atividades executadas, os modelos desenvolvidos, as métricas de desempenho obtidas e a documentação técnica correspondente.

5.3.8.7. Nos projetos que envolvam treinamento ou ajuste de modelos de Inteligência Artificial, deverá ser considerado como produto obrigatório a entrega/publicação do dataset utilizado, devidamente estruturado, documentado e versionado.

5.3.8.8. O dataset deverá conter, no mínimo:

I - I – dados tratados e utilizados no treinamento ou ajuste do modelo;

II - II – documentação contendo descrição das fontes de dados utilizadas;

III - III – registro das etapas de tratamento, limpeza e transformação realizadas;

IV - IV – identificação da versão do dataset e data de geração;

V - V – metadados necessários à sua reutilização futura;

VI - VI – dicionário de dados contendo descrição dos atributos e variáveis utilizadas.

5.3.8.9. A entrega do dataset constitui condição obrigatória para aceite da respectiva etapa ou Ordem de Serviço.

5.3.8.10. Nos projetos de Inteligência Artificial que envolvam tratamento de dados pessoais, a EMATER-DF deverá avaliar previamente a base legal aplicável, a necessidade de anonimização ou pseudonimização dos dados, a eventual existência de dados pessoais sensíveis e a adequação do tratamento aos princípios da finalidade, necessidade, adequação, transparência, segurança e prevenção.

5.3.8.11. É vedada a utilização de dados pessoais, dados sensíveis ou bases institucionais da EMATER-DF para treinamento, ajuste fino, enriquecimento ou aperfeiçoamento de modelos externos à contratação, salvo autorização expressa da Controladora, justificativa técnica, base legal adequada e observância integral da LGPD.

5.3.8.12. Quando aplicável, deverá ser elaborado Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais — RIPD (a ser disponibilizado), especialmente nos casos que envolvam tratamento de dados sensíveis, decisões automatizadas, perfilamento, integração de bases ou risco relevante aos titulares.

#### 5.4. ETAPAS DAS DEMANDAS

5.4.1. O desenvolvimento de sistemas de informação, sítios e portais será dividido em etapas, compostas por artefatos de saída que deverão ser entregues e poderão compor um único documento.

5.4.2. As atividades que concorrem para a fabricação de um software serão agrupadas em etapas, com a produção de artefatos específicos para cada uma delas, visando a composição da solução final, quais sejam:

- I - Levantamento de Requisitos;
- II - Análise;
- III - Projeto;
- IV - Implementação;
- V - Homologação;
- VI - Implantação;
- VII - Transferência do Conhecimento;
- VIII - Estabilização.

5.4.3. A etapa de Levantamento de Requisitos tem como objetivo realizar levantamentos detalhados sobre o que o sistema de informação, sítio e portal deverá fazer, incluindo os processos de negócio, os requisitos funcionais e não funcionais, a partir das informações constantes da Ordem de Serviço. Será obtido o consentimento inicial entre os envolvidos, os riscos e estimativas de custos e de duração. Resultará na especificação das características operacionais do sistema ou módulo (função, dados e comportamento).

5.4.3.1. São artefatos de saída desta etapa:

- I - Documento de Definição de Requisitos;
- II - Fluxo de Processo de Negócio;
- III - Requisitos Funcionais;
- IV - Requisitos Não-Funcionais;
- V - Glossário.
- VI - Regras de negócio;
- VII - Protótipo Não Funcional;
- VIII - Modelo Conceitual de Dados;
- IX - Atas de Reunião;
- X - Planilha de Contagem de Ponto por Função;
- XI - Planilha de Contagem de Ponto por Função Revisada;
- XII - Termo de Entrega da Etapa.

5.4.3.2. As demandas referentes à etapa de Levantamento de Requisitos serão remuneradas por hora técnica efetivamente executada, em razão de sua natureza exploratória e investigativa, cuja mensuração não pode ser realizada de forma objetiva por meio da técnica de Pontos de Função (PF), conforme diretrizes estabelecidas no Roteiro de Métricas de Software do SISP e nas práticas reconhecidas pelo IFPUG.

5.4.3.3. A utilização da unidade de medida em horas técnicas deverá observar, obrigatoriamente:

- I - vinculação da execução às entregas previstas nesta etapa, especialmente aos artefatos definidos no item correspondente;
- II - apresentação prévia de estimativa técnica contendo escopo, premissas, quantidade estimada de horas e justificativa técnica;
- III - validação formal da estimativa pela CONTRATANTE antes do início da execução;
- IV - comprovação da execução por meio da entrega dos artefatos previstos e registros técnicos correspondentes;
- V - registro detalhado das atividades executadas, incluindo descrição das tarefas realizadas, profissionais envolvidos e resultados obtidos.

5.4.3.4. A utilização da medição por hora técnica não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade de entrega dos produtos previstos para a etapa, os quais constituem condição necessária para validação e aceite da demanda.

5.4.4. A etapa de Análise tem como objetivo entender os requisitos dos clientes e usar esse entendimento para conduzir o desenvolvimento do projeto e da implementação.

5.4.4.1. São artefatos de saída desta etapa:

- I - Casos de uso;
- II - Regras de apresentação;
- III - Protótipo Não Funcional Navegável;
- IV - Modelo Lógico de Dados;
- V - Atas de Reunião;
- VI - Termo de Entrega da Etapa.

5.4.5. A etapa de Projeto tem como objetivo elaborar um plano detalhado do projeto, o qual se possa levar adiante para implementação.

5.4.5.1. São artefatos de saída desta etapa:

- I - Diagrama de Classe do Projeto;
- II - Modelo de Interação (Diagrama de Sequência e de Colaboração), quando solicitado pela CONTRATANTE;
- III - Documento de Arquitetura;
- IV - Protótipo para prova de conceito, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- V - Modelo Físico de Dados;
- VI - Atas de Reunião;
- VII - Planilha de Contagem de Ponto por Função – Primeira Revisão e Atualização;
- VIII - Termo de Entrega da Etapa.

5.4.6. A etapa de Construção concentra os esforços para a codificação de versões operacionais dos produtos até a versão final a ser implantada no ambiente de produção da CONTRATANTE. Resultarão na geração, implementação e integração dos componentes projetados para o sistema ou módulo.

5.4.6.1. São artefatos de saída desta etapa:

- I - Códigos-Fonte;
- II - Classes de Testes Unitários;

- III - Roteiros de Testes Funcionais Automatizados;
- IV - Roteiros de Testes de Performance Automatizados;
- V - Scripts de Carga de Dados;
- VI - Plano de Implantação;
- VII - Help On-line, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- VIII - Manual do Usuário;
- IX - Atas de Reunião;
- X - Planilha de Contagem de Ponto por Função – Segunda Revisão e Atualização;
- XI - Termo de Entrega da Etapa.

5.4.7. A etapa de Homologação enfatiza a qualidade dos produtos, envolvendo rotinas necessárias para identificar e expor desconformidades. Serão verificados todos os requisitos especificados para o sistema ou módulo.

5.4.7.1. São artefatos de saída desta etapa:

- I - Relatório de Solução de Ocorrências; Termo de Homologação do Projeto;
- II - Atas de Reunião;
- III - Termo de Entrega da Etapa.

5.4.8. A etapa de Implantação visa a instalação da versão final dos produtos no ambiente de produção da CONTRATANTE.

5.4.8.1. São artefatos de saída desta etapa:

- I - Relatório de Implantação;
- II - Manual de Instalação/Operação;
- III - Atas de Reunião;
- IV - Termo de Entrega da Etapa.

5.4.9. A etapa de Transferência de Conhecimento visa a instalação da versão final dos produtos no ambiente de produção da CONTRATANTE.

5.4.9.1. São artefatos de saída desta etapa:

- I - Relatório de Implantação;
- II - Manual de Instalação/Operação;
- III - Atas de Reunião;
- IV - Termo de Entrega da Etapa.

5.4.10. A etapa de Estabilização garante as manutenções dos produtos em ambiente de produção da CONTRATANTE.

5.4.10.1. São artefatos de saída desta etapa:

- I - Plano de Manutenção;
- II - Relatório de Solução de Ocorrências;
- III - Atas de Reunião;
- IV - Termo de Encerramento do Projeto.

5.4.11. Em cada etapa, poderá haver a necessidade natural de revisão e atualização de alguns artefatos construídos nas etapas anteriores. A CONTRATADA deverá manter, dessa forma, os artefatos compatíveis e coerentes com o produto final gerado.

5.4.12. A geração de produtos/artefatos poderá ser excepcionalizada pela CONTRATANTE, a seu critério, quando o tamanho do projeto, a complexidade, a natureza ou outra característica justificar a exceção, mediante justificativa técnica formal registrada.

5.4.13. A dispensa, pela CONTRATANTE, de qualquer produto ou artefato somente poderá ser feita formalmente e com o registro da devida motivação técnica.

5.4.14. Nos casos que envolvam treinamento de modelos de Inteligência Artificial, o aceite da etapa somente ocorrerá após a validação formal do dataset entregue.

## 5.5. MÉTRICA

5.5.1. As métricas do contrato estão definidas no item 5.4 (ETAPAS DAS DEMANDAS) e no ANEXO I deste documento.

## 5.6. REQUISITOS TÉCNICOS DOS PRODUTOS

5.6.1. REQUISITO 1: Atendimento a normas e padrões.

5.6.1.1. Os produtos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA e entregues à CONTRATANTE, deverão:

- I - Atender às normas de segurança definidas ou adotadas pela CONTRATANTE para sistemas informatizados;
- II - Seguir as boas práticas definidas no PMBOK, ITIL, CMM, CMMI, MPS-BR e nas normas ABNT e ISO/IEC relacionadas a Tecnologia da Informação;
- III - Ser elaborados, fabricados ou evoluídos de maneira a permitir sua perfeita integração aos sistemas de informação, sítios e portais existentes no ambiente da CONTRATANTE, buscando a eliminação de redundâncias, a integridade das informações e o reuso de objetos, classes e componentes;

5.6.2. REQUISITO 2: Qualidade de Software

5.6.2.1. Os produtos entregues deverão, ainda, atender aos seguintes requisitos de qualidade de software:

- I - Funcionalidade: adequação, acurácia, segurança de acesso;
- II - Confiabilidade: maturidade, tolerância a falhas, recuperabilidade;
- III - Usabilidade: inteligibilidade, apreensibilidade, operacionabilidade, atratividade; ser de fácil entendimento, aprendizagem, uso e controle.
- IV - Eficiência: tempo de resposta aceitável, consumo racional de recursos computacionais;
- V - Manutenibilidade: analisabilidade, modificabilidade, estabilidade, testabilidade, baixo acoplamento e alta coesão; códigos-fonte bem estruturados e documentados;
- VI - Portabilidade: adaptabilidade a diferentes plataformas.

5.6.3. REQUISITO 3: Arquitetura, tecnologias e padrões técnicos.

5.6.3.1. Na fabricação dos produtos, a CONTRATADA deverá observar as especificações a seguir indicadas ou tecnologias equivalentes que estejam classificadas como padrão de mercado e garantam a interoperabilidade com o ambiente existente:

- I - Desenvolvimento sob o paradigma de orientação a objetos;
- II - ANGULAR JS
- III - PHP



IV - FLUTTER

V - HTML5

VI - IONIC

VII - JAVA

VIII - JS

IX - NODE JS

X - PYTHON

XI - REACT

XII - TYPESCRIPT

XIII - Implementação de web services;

XIV - Importação e tratamento de dados;

XV - Construção dos componentes da camada de persistência de forma independente dos recursos específicos do banco de dados, garantindo o perfeito funcionamento do sistema de informação, sítio ou portal em caso de mudança posterior do SGBD da CONTRATANTE;

XVI - Implementação de regras de negócios exclusivamente na camada de negócios da aplicação. Deverá ser evitada a implementação de regras de negócio dentro do banco de dados;

XVII - Os componentes de negócio desenvolvidos deverão ser projetados de forma a permitir, quando possível, o reúso em outros sistemas de informação, sítios ou portais;

XVIII - Adesão aos padrões definidos e utilizados pela CONTRATANTE para estrutura de pacotes, nomenclatura de classes, numeração das versões, telas, leiaute web e de dados, e padrões e convenções para código-fonte, na fabricação do sistema de informação, sítio ou portal.

5.6.4. REQUISITO 4: Compatibilidade com o Ambiente Computacional da CONTRATANTE

30.1.6.1. Os sistemas de informação, sítios e portais desenvolvidos deverão ser compatíveis com o seguinte:

I - Linux (Ubuntu LTS ou equivalente), Windows 11, navegadores modernos compatíveis com HTML5

II - Navegador: navegadores modernos compatíveis com HTML5;

III - Bancos de Dados: PostgreSQL 9.1.4, MySQL 8.4.3 e versões posteriores;

IV - Servidor de aplicação: JBoss Application Server 6 e versões posteriores.

V - Servidor WEB: Apache.

5.6.5. REQUISITO 5: Aspectos Metodológicos

5.6.5.1. Metodologia de Desenvolvimento – A CONTRATADA poderá aplicar metodologia de desenvolvimento de software própria, desde que gere os artefatos exigidos no Termo de Referência e seus anexos.

5.6.5.2. Modelo de Equipe – a CONTRATADA deverá especificar o(s) papel(is) de cada profissional envolvido.

5.6.5.3. Modelo de Documentação – a CONTRATADA deverá utilizar técnica de modelagem orientada a objetos, usando notação UML (Unified Modeling Language), a qual servirá para complementar a documentação do sistema de informação, sítio ou portal. Para esta função, deverá ser utilizada, preferencialmente, a ferramenta StarUML (<http://staruml.sourceforge.net>) ou outra ferramenta baseada em Software Livre, com geração de documentação na notação UML 2.0, ou superior.

5.6.5.4. Modelo de Dados – para esta função, a CONTRATADA deverá utilizar, preferencialmente, ferramenta baseada em Software Livre.

5.6.5.5. Para a modelagem UML e a modelagem de dados a CONTRATADA poderá utilizar outras ferramentas desde que os artefatos finais gerados e entregues sejam compatíveis e integráveis com as ferramentas preferenciais acima elencadas. Entenda-se por “compatíveis e integráveis” os artefatos entregues que não requeiram intervenção manual para ajustes, adequações e/ou configurações por parte dos técnicos da CONTRATANTE, para torná-los acabados e prontos para utilização através das ferramentas preferenciais;

5.6.5.6. Sistema para controle de Versões, Modelos e Componentes – para esta função, a CONTRATANTE utiliza a ferramenta GIT;

5.6.6. REQUISITO 6: Possibilidade de funcionamento sem internet

5.6.6.1. Considerando a precariedade da conexão à internet na Área Rural, alguns módulos ou componentes que integrarão a plataforma, por exemplo, um aplicativo para dispositivo móvel, que poderá ser operado em áreas remotas, deverá captar informações de forma off-line e sincronizá-las quando houver conexão à internet.

5.6.7. Os manuais do sistema de informação, sítio e portal a serem desenvolvidos ou evoluídos deverão estar de acordo com os padrões de editoração adotados pela CONTRATANTE. Os manuais e demais documentos originados nas etapas de construção, deverão ainda ser atualizados permanentemente pela CONTRATADA até o encerramento da Etapa de Estabilização.

5.7. REQUISITOS DA EQUIPE DA CONTRATADA

5.7.1. A equipe técnica da CONTRATADA envolvida diretamente na execução dos serviços deverá contar, no mínimo, com os seguintes profissionais:

5.7.2. Gerente de Projetos

I - Especialização na área de TI, que some no mínimo 360hs e seja reconhecido pelo MEC;

II - Experiência comprovada em gerenciamento de projetos de desenvolvimento de software baseada em metodologia de Processo Unificado ou similar;

III - Experiência comprovada em contagem de pontos de função;

IV - Certificação Project Management Professional (PMP) em vigor emitida pelo Project Management Institute (PMI);

5.7.3. Analista de Métricas

I - Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou qualquer curso superior com especialização na área de TI, que some no mínimo 360hs e seja reconhecido pelo MEC;

II - Experiência comprovada em desenvolvimento em J2EE;

III - Experiência comprovada em projetos com utilização de modelos em linguagem UML;

IV - Experiência comprovada em ciclo de produção baseada em metodologia Rational Unified Process (RUP);

V - Certificação Certified Function Points Specialist (CFPS), emitida por instituição qualificada e autorizada para este fim.

5.7.4. Preposto

I - Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou qualquer curso superior com especialização na área de TI, que some no mínimo 360hs e seja reconhecido pelo MEC;

II - Experiência comprovada em projetos de desenvolvimento e gerenciamento de sistemas baseado em métodos reconhecidos pelo mercado;

III - Experiência comprovada em contagem de pontos de função;

- IV - A experiência exigida nos papéis acima deverá ser comprovada através de documentos que demonstrem a participação do profissional em projetos nos quais a atividade em questão foi executada.
- V - Os papéis de Preposto, Gerente de Projetos e Especialista em Métricas poderão ser exercidos cumulativamente, desde que o profissional indicado atenda simultaneamente a todos os requisitos técnicos de cada um dos papéis acumulados, e que tal acúmulo não implique em prejuízo para boa execução do Contrato e para os prazos de entrega dos produtos.
- VI - Os documentos de comprovação de experiência profissional, certificados técnicos e acadêmicos deverão ser apresentados à CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da requisição formal desses.
- VII - Os profissionais a serem disponibilizados pela CONTRATADA para a execução dos serviços objeto dessa contratação deverão estar integralmente contratados ou sob o regime CLT ou com contrato formalizado na modalidade Pessoa Jurídica e atender aos requisitos de qualificação profissional estabelecidos nesse Edital.

5.7.5. A exigência dos perfis/papeis acima é justificada pela complexidade dos produtos a serem entregues, visando garantir que o processo de desenvolvimento de software seja cumprido na íntegra, garantindo o mínimo de qualidade dos entregáveis , evitando o retrabalho e prejuízos de tempo e custo do projeto. Os perfis poderão ser desempenhados cumulativamente por um único colaborador, desde que comprovados as exigências e certificados.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos da Emater-DF, a ser informada quando da lavratura do instrumento contratual.

7. DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO SERVIÇOS

7.1. Os objetos constantes deste Termo deverão ser entregues e/ou prestados integralmente na sede da Emater-DF, situada em: Parque Estação Biológica, CEP: 70.770.915 Brasília - DF.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

8.1.1. Participam da execução do Contrato os seguintes profissionais da CONTRATANTE: Gestor/Executor do Contrato, Líder Técnico de Projeto e Detentor de Requisitos e Negócio .

8.1.1.1. O Gestor/Executor do Contrato é responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução contratual, pelo encaminhamento de glosas e sanções, verificação de aderência às normas do Contrato, comunicação às autoridades competentes sobre a proximidade do término do Contrato, manutenção dos registros de aditivos, encaminhamento às autoridades competentes de eventuais pedidos de modificação contratual, manutenção de registros formais de todas as ocorrências da execução do Contrato.

8.1.1.2. O Líder Técnico de Projeto é o profissional da CONTRATANTE envolvido diretamente no recebimento dos produtos e na prestação de serviço relativo a uma Ordem de Serviço (OS). É responsável pela elaboração da OS, estabelecimento das métricas iniciais do serviço (tamanho, prazo, custo); validação e aceite dos artefatos recebidos da CONTRATADA, validação, ajustes e/ou aceite das métricas finais (tamanho, prazo custo) da OS para fins de pagamento, identificação de não conformidades e solicitação de correções, acompanhamento das atividades previstas na OS, acompanhamento técnico-operacional e de chamados, bem como pelo fornecimento dos subsídios necessários ao ateste dos produtos e serviços, elaboração dos artefatos em todas as etapas do ciclo de desenvolvimento. É responsável também pela validação dos produtos entregues sob o ponto de vista dos requisitos funcionais.

8.1.1.3. Detentor de Requisitos e Negócio é o profissional da CONTRATANTE que detém os requisitos funcionais e regras de negócio, que juntamente com o Líder Técnico do Projeto , será responsável pela elucidação e definição de requisitos funcionais e não funcionais do projeto.

8.1.2. A execução do serviço almejado pressupõe, ainda, a existência dos seguintes papéis e responsabilidades da CONTRATADA:

8.1.2.1. Preposto da CONTRATADA: profissional indicado pela CONTRATADA, na Reunião Inicial, responsável pela coordenação operacional da execução dos serviços contratados e pela interlocução com o Gestor do Contrato da CONTRATANTE. Os requisitos de qualificação técnica desse profissional estão especificados no Termo de Referência.

8.1.2.2. Gerente de Projeto: profissional indicado pela CONTRATADA para representá-la tecnicamente e responder pela coordenação operacional das atividades previstas na execução de cada Ordem de Serviço (OS), de forma a solucionar qualquer dúvida, conflito ou desvio técnicos que possa comprometer a execução da OS. Os requisitos de qualificação técnica desse profissional estão especificados no Termo de Referência.

8.1.2.3. Equipe Técnica da CONTRATADA: são os profissionais envolvidos diretamente na prestação dos serviços e execução das etapas. Serão os responsáveis por desempenhar atividades sob sua competência.

8.2. REUNIÃO INICIAL

8.2.1. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

8.2.2. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor do Contrato, o Líder Técnico do Projeto e representante da equipe técnica da CONTRATANTE e, pela CONTRATADA, o Preposto e o Gerente de Projetos.

8.2.3. A reunião realizar-se-á na sede da CONTRATANTE em até 5(cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, mediante convocação do Gestor do Contrato.

8.2.4. Nessa reunião a CONTRATADA deverá apresentar oficialmente seu Preposto, mediante Carta de Preposição.

8.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE o seu modelo e infraestrutura de fabricação de software antes do início da execução dos serviços contratados.

8.2.6. Ao final deverá ser produzida Ata de Reunião, que consignará todos os assuntos tratados e que deverá ser assinada, na ocasião, por todos os participantes.

8.3. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

8.3.1. Os serviços serão estruturados em etapas a serem realizadas nas locais indicados na tabela abaixo:

Etapas e Locais de Execução		
Etapas	Nome da Etapa	Local da Prestação do Serviço
I	Levantamento de Requisitos	Dependências da CONTRATANTE ou naquelas por ela indicada
II	Análise	Dependências da CONTRATADA
III	Projeto	Dependências da CONTRATADA
IV	Construção	Dependências da CONTRATADA
V	Homologação	Dependências da CONTRATANTE ou naquelas por ela indicada
VI	Implantação	Dependências da CONTRATANTE ou naquelas por ela indicada
VII	Transferência de Conhecimento	Dependências da CONTRATANTE ou naquelas por ela indicada
VIII	Estabilização	Dependências da CONTRATANTE ou naquelas por ela indicada

8.3.2. Os serviços cujo local de execução esteja definido como sendo as dependências da CONTRATADA, poderão, eventualmente, ser prestados nas dependências da CONTRATANTE. Isso poderá ocorrer nos casos em que se requeira intervenção pessoal e direta de representantes da CONTRATANTE junto a colaboradores da CONTRATADA. A CONTRATANTE deverá comunicar a necessidade formalmente à CONTRATADA com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

8.3.3. Os serviços prestados nas dependências da CONTRATANTE deverão ser executados sob a supervisão técnica e administrativa da CONTRATADA, através de preposto formalmente designado para tal fim.

8.3.4. Os prazos e custos estabelecidos no Termo de Referência não sofrerão qualquer modificação decorrente da transferência do local de execução dos serviços para as dependências da CONTRATANTE.

8.3.5. A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, realizar inspeção técnica nas dependências da CONTRATADA para verificar o andamento dos trabalhos solicitados e analisar conformidades definidas.

8.3.6. A CONTRATADA cumprirá as instruções complementares da CONTRATANTE quanto à execução e horário de realização do serviço, permanência e circulação de seu(s) técnico(s) nas dependências da CONTRATANTE.

#### 8.4. Recursos e Infraestrutura para execução dos serviços

8.4.1. Será, integralmente, da CONTRATADA o ônus com o estabelecimento das condições para prestação dos serviços nas suas próprias instalações físicas, abrangendo, inclusive, infraestrutura de hardware (equipamentos), software (ferramentas de trabalho), suporte ao uso de sua infraestrutura de hardware e software para seus próprios colaboradores, comunicação de dados (se for necessário, para conexão com o ambiente informatizado da CONTRATANTE) e pessoal (colaboradores da CONTRATADA).

#### 8.5. ORDEM DE SERVIÇO

8.5.1. Todos os serviços demandados pela CONTRATANTE são formalizados por meio de Ordens de Serviço (OS), documento que deve conter, no mínimo, os dados relacionados a seguir:

- 8.5.1.1. Número da OS;
- 8.5.1.2. Data/hora de abertura;
- 8.5.1.3. Nome do Projeto ao qual a OS está vinculada;
- 8.5.1.4. Solicitante da OS (nome, telefone, e-mail);
- 8.5.1.5. Líder Técnico de Projeto (nome, telefone, e-mail);
- 8.5.1.6. Gerente de Projeto e demais componentes da equipe da CONTRATADA que participarão da execução da OS (nome, telefone, e-mail);
- 8.5.1.7. Plataforma Tecnológica;
- 8.5.1.8. Etapas contratadas (conforme definido no item 10.3 – Tabela de Percentual de Esforço e Pagamento por Etapa deste Termo de Referência);
- 8.5.1.9. Descrição dos serviços (é necessário permitir anexar arquivos de artefatos que detalham os serviços);
- 8.5.1.10. Ciência e anuência da OS pela CONTRATADA;
- 8.5.1.11. Data/hora da ciência/anuência;
- 8.5.1.12. Estimativa de tamanho da OS (é necessário permitir anexar Planilha de Métrica);
- 8.5.1.13. Custo da OS (conforme definido neste documento);
- 8.5.1.14. Relação de artefatos a serem entregues, dentre os artefatos definidos para cada etapa;
- 8.5.1.15. Justificativa técnica para a eventual dispensa de algum artefato previsto nas etapas contratadas;
- 8.5.1.16. Definição dos pontos de controle;
- 8.5.1.17. Cronograma de entrega (detalhado por artefato e informando prazo final de entrega da OS);
- 8.5.1.18. Autorização da execução;
- 8.5.1.19. a Data/hora da autorização;
- 8.5.1.20. Aceite provisório de cada artefato;
- 8.5.1.21. a Data/hora do aceite provisório de cada artefato;
- 8.5.1.22. b Responsável pelo aceite (nome, telefone, e-mail);
- 8.5.1.23. Registros de homologação;
- 8.5.1.24. a Registro dos artefatos aferidos;
- 8.5.1.25. b Registro dos indicadores de qualidade e desempenho aferidos;
- 8.5.1.26. c Data/hora da homologação;
- 8.5.1.27. d Responsável pela homologação (nome, telefone, e-mail);
- 8.5.1.28. e Equipe participante da homologação (nome, telefone, e-mail);
- 8.5.1.29. Cancelamento da OS;
- 8.5.1.30. a Motivo do Cancelamento;
- 8.5.1.31. b Data/hora do Cancelamento;
- 8.5.1.32. c Responsável pelo cancelamento (nome, telefone, e-mail);
- 8.5.1.33. Aceite definitivo de cada artefato;
- 8.5.1.34. a Data/hora do aceite definitivo de cada artefato;
- 8.5.1.35. b Responsável pelo aceite (nome, telefone, e-mail);

#### 8.6. ENCAMINHAMENTO E CONTROLE DAS SOLICITAÇÕES, ENTREGA, AVALIAÇÃO E RECEBIMENTO.

8.6.1. O Líder Técnico de Projeto emite a Ordem de Serviço (OS) definindo, a seu critério, quais etapas serão contempladas, uma vez que haverá demandas que não necessitarão da execução de todas as etapas previstas. A CONTRATADA será remunerada pelas etapas definidas na OS, de acordo com os percentuais estabelecidos definido no item 10.3 – Tabela de Percentual de Esforço e Pagamento por Etapa;

8.6.2. O Gerente de Projeto avalia a demanda e procede a análise preliminar, interagindo com o Líder Técnico de Projeto para eventuais esclarecimentos sobre a especificação;

8.6.3. A CONTRATADA detalha o escopo; define os produtos a serem gerados, faz a estimativa do número de pontos de função, define as atividades a serem executadas, os responsáveis, os pontos de controle, informa data prevista para início do atendimento, custo e data estimada de término com base na quantidade de pontos de função, respeitando os prazos máximos definidos no item 8.7 - Prazos para Avaliação e Execução das Ordens de Serviço. Ao dar o aceite da OS, a CONTRATADA assume deter todos os insumos e conhecimentos necessários para execução dos serviços dentro dos prazos, padrões de qualidade e custos apresentados, não podendo, posteriormente, justificar atrasos ou defeitos por ausência ou insuficiência da especificação;

8.6.4. A CONTRATANTE avalia a contagem de pontos de função apresentada e os prazos das entregas. Caso verifique alguma inconsistência ou divergência no planejamento, retorna para replanejamento pela CONTRATADA, a qual deverá apresentar novo plano aderente à OS, em um prazo adicional de até 5 (cinco) dias úteis,

a contar da comunicação da reprovação, podendo, neste caso, serem aplicadas penalidades previstas contratualmente;

8.6.5. Havendo concordância com o planejamento, a CONTRATANTE autoriza a execução do serviço, registrando-a adequadamente na OS. Qualquer alteração nas definições descritas na OS deverá gerar uma nova ordem a ser preenchida indicando que se trata de uma OS adicional, fazendo referência à anterior que originou os serviços;

8.6.6. A CONTRATADA executa os serviços e entrega todos os artefatos produzidos referentes a uma etapa, dentro do prazo de entrega estabelecido para a etapa e dos parâmetros de qualidade contratados;

8.6.7. A CONTRATANTE emite, imediatamente após a entrega supracitada, Termo de Recebimento Provisório da etapa entregue e avalia os artefatos produzidos, registrando essa avaliação em Termo de Avaliação de Qualidade;

8.6.8. Caso a CONTRATANTE encontre não-conformidades ou deficiências nos artefatos entregues, esta solicita à CONTRATADA sua correção ou apresentação de justificativas;

8.6.9. Caso a CONTRATADA apresente justificativas das não-conformidades, a CONTRATANTE avalia as justificativas apresentadas. Nessa avaliação, será considerado fato agravante se o ciclo de avaliação dos artefatos da etapa ocorrer mais de uma vez, com consequente retrabalho para a CONTRATANTE e impacto no prazo;

8.6.10. A CONTRATADA executa os ajustes das não-conformidades registradas pela CONTRATANTE. O prazo máximo para esta execução é de 30% (trinta por cento) do prazo estabelecido para a execução da respectiva etapa na OS;

8.6.11. Depois de entregues pela CONTRATADA todos os artefatos referentes a uma etapa relacionados na OS e aprovados pela CONTRATANTE, inclusive os testes de integração, quando couber, a CONTRATANTE emite, em até 10 (dez) dias contados após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o Termo de Recebimento Definitivo da etapa e autoriza a CONTRATADA a emitir as Notas Fiscais e encaminhá-las ao Gestor do Contrato para dar início ao processo de pagamento;

8.6.12. Após o recebimento definitivo, pela CONTRATANTE, de todas as etapas definidas na OS, a CONTRATADA efetua uma Contagem Final de Pontos de Função(CFPF) da OS e submete à aprovação da CONTRATANTE. Ocorrendo divergência para mais ou para menos da contagem inicial, superior a 30% (dez por cento), essa deverá ser devidamente justificada na OS pela CONTRATADA;

8.6.13. A CONTRATANTE avalia a contagem final e, caso a aprove, procede aceite definitivo da OS. Caso haja divergência superior a 2% entre as contagens efetuadas pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, deverá ocorrer uma análise para identificar os pontos divergentes e estabelecer a contagem final; Caso a divergência seja igual ou inferior a 2%, prevalecerá a menor contagem;

8.6.14. A Contagem Final de Pontos de Função(CFPF) ou as atualizações da contagem de pontos de função previstas nas etapas de Projeto e Implementação poderão implicar no pagamento ou compensação de eventuais diferenças referentes a etapas pagas anteriormente.

## 8.7. PRAZOS PARA AVALIAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ORDENS DE SERVIÇO

8.7.1. Os prazos de entregas se dão por fórmula de Capers Jones previsto no manual de métricas;

8.7.2. Os prazos acima referem-se a Ordens de Serviço que contemplem todas as etapas do ciclo de desenvolvimento. Ordens de Serviço que contemplem apenas alguma(s) etapa(s) terão como prazos máximos o resultado da multiplicação do prazo máximo da tabela acima pelos percentuais correspondente(s) da(s) etapa(s) definidos na tabela "Percentual por Etapa".

8.7.3. A quantidade de PF e o prazo máximo de execução definidos numa OS poderão ser redimensionados, com a possibilidade de exclusão de tarefas não realizadas, inclusão de novas tarefas ou ajustes referentes à complexidades, não identificadas no momento da emissão da OS, desde que as partes estejam de comum acordo e devidamente justificadas em ata de reunião. Os ajustes serão formalizados através de OS adicional ou aditivo à OS original, conforme o caso.

8.7.4. O redimensionamento só poderá ser pactuado com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos antes da data de conclusão das atividades relacionadas na OS. Nos Planos com prazo igual ou inferior a 30 (trinta) dias corridos, esse prazo será de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis.

8.7.5. Os prazos máximos serão utilizados apenas como prazo limite para o estabelecimento das entregas dos produtos requeridos. O prazo de cada atividade ou serviço solicitado será sempre formalizado na OS.

8.7.6. O descumprimento do prazo definido na OS implicará na aplicação das penalidades previstas contratualmente. Não será considerado descumprimento de prazo, o atraso motivado por falta de disponibilidade de recursos humanos ou infraestrutura da contratante. Serão avaliadas as situações em que for comprovado que a contratada não foi a causadora do atraso da entrega dos produtos.

## 8.8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.8.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor/Executor do Contrato da CONTRATANTE, especialmente designado, cumprindo-lhe acompanhar e fiscalizar os serviços, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação para a fiel execução dos serviços durante toda a vigência do Contrato.

8.8.2. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE e/ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora e em todos os locais. A presença do Gestor não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade da CONTRATANTE.

8.8.3. Eventuais irregularidades de caráter urgente, identificadas pela CONTRATADA, deverão ser comunicadas, por escrito, ao Gestor de Contrato da CONTRATANTE com os esclarecimentos necessários, as informações sobre possíveis paralisações de serviços, uma proposta de plano para recuperação de cronograma dos projetos afetados e a apresentação de relatório técnico ou razões justificadoras a serem apreciadas e decididas pela CONTRATANTE.

8.8.4. O Gestor de Contrato da CONTRATANTE acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços contratados, registrando todas as ocorrências e determinando prazo para a correção de possíveis falhas cujo prazo de correção não esteja definido no Contrato. Além disso, deverá conferir os documentos entregues pela CONTRATADA e, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, atestando ou recusando a prestação dos serviços, para fins de pagamento.

8.8.5. A CONTRATANTE designará os Líderes Técnicos de Projeto de cada OS e sua equipe técnica que farão, ao longo dos trabalhos, a inspeção das atividades, a avaliação, a aprovação e a entrega dos produtos definidos no Termo de Referência, assim como o acompanhamento do cumprimento das condições técnicas e critérios de qualidade, desempenho e de segurança requeridos.

8.8.6. Poderão ser realizadas, a critério da CONTRATANTE, reuniões periódicas entre o Gestor do Contrato da CONTRATANTE, o Preposto e os Gerentes de Projetos da CONTRATADA para avaliação da execução das OS emitidas.

8.8.7. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente e quando solicitado pelo Gestor do Contrato da CONTRATANTE, Relatório de Progresso das OS (RPOS) onde deverá informar o andamento consolidado da OS, suas atividades previstas e executadas, alterações, medidas corretivas tomadas e outras informações pertinentes. Havendo incidentes que prejudiquem o andamento da OS, esses devem ser informados imediatamente, independente do prazo para entrega do RPOS e respectivas conclusões, prazos, pendências e outras informações pertinentes.

## 8.9. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

8.9.1. Haverá a necessidade de repasse dos conhecimentos utilizados para o desenvolvimento e manutenção dos produtos entregues à CONTRATANTE pela CONTRATADA.

8.9.2. A CONTRATADA deverá repassar os conhecimentos relacionados com as técnicas empregadas na fabricação do sistema de informação, sítio ou portal, bem como nas manutenções efetuadas. Entende-se por repasse de conhecimento todas as explicações técnicas detalhadas para a demonstração aos técnicos da CONTRATANTE das formas, funcionalidades, requisitos, classes, configurações, dependências e outros elementos ou características dos produtos, necessários à posterior manutenção destes.

8.9.3. A CONTRATADA deverá apresentar o Relatório de Transferência de Conhecimento (RTC), onde deverão estar descritas todas as atividades realizadas, participantes e outras informações pertinentes.

## 8.10. ESTABILIZAÇÃO

8.10.1. A CONTRATADA garantirá, para os sistemas que desenvolver ou alterar, durante a vigência do contrato, todo e qualquer tipo de manutenção decorrente de erros ou falhas cometidos na realização dos serviços, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE. O atendimento à execução das correções deverá ser imediato. Essas manutenções compreendem a correção de erros ou falhas cometidas pela CONTRATADA no decorrer do desenvolvimento e/ou implementação/manutenção dos serviços e que estejam cobertos no período de garantia. Esses tipos de manutenção não estão associados a novas Ordens de Serviço e seus ônus serão cobertos pela

CONTRATADA.

8.10.2. A CONTRATADA garantirá por um prazo de 03 (três) meses, a partir do aceite final do CONTRATANTE, de cada Ordem de Serviço, todas as manutenções corretivas decorrentes de erros ou falhas, sem ônus para o CONTRATANTE, independente da vigência contratual.

8.10.3. Em casos de emergência a CONTRATANTE poderá efetuar correções nos produtos, sem prejuízo de sua Garantia, desde que sejam estritamente necessárias para assegurar o seu pleno funcionamento. Para tanto, quaisquer alterações efetuadas deverão ser comunicadas à CONTRATADA até o quinto dia útil após a alteração. A CONTRATANTE deverá manter cópias de segurança do produto original para eventual análise posterior.

8.10.4. A Etapa de Estabilização somente será concluída após o encerramento do prazo de garantia e após a solução definitiva de todas as eventuais pendências de correção do sistema.

#### 8.11. CHAMADOS TÉCNICOS

8.11.1. Durante as etapas de Homologação e Estabilização, as não conformidades encontradas serão registradas na ferramenta definida no Termo de Referência como Chamados Técnicos de Correção. Em caso de indisponibilidade da ferramenta, os chamados serão enviados por e-mail (ou outra forma de comunicação eletrônica) ao Gerente de Projetos da CONTRATADA, ou pessoa designada por este, sem prejuízo à apuração dos indicadores.

8.11.2. Os Chamados Técnicos de Correção visam recolocar o sistema de informação, sítio ou portal em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados.

8.11.3. Deverão ser atendidos em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário de 7 (sete) às 19 (dezenove) horas, por profissionais especializados.

8.11.4. O atendimento aos Chamados Técnicos de Correção deverá ser feito nas dependências da CONTRATANTE sempre que a natureza do serviço exigir a presença de técnicos especializados.

8.11.5. Cada Chamado Técnico de Correção aberto será avaliado individualmente pela equipe técnica da CONTRATANTE. Serão considerados, no mínimo, os seguintes critérios para efeito de avaliação do serviço prestado:

- 8.11.5.1. disponibilidade conforme períodos e horários exigidos;
- 8.11.5.2. agilidade, cortesia e presteza no atendimento dos chamados técnicos;
- 8.11.5.3. eficiência das soluções definitivas apresentadas;
- 8.11.5.4. eficiência no desenvolvimento dos requisitos adaptativos, perfectivos e evolutivos solicitados pela CONTRATANTE;
- 8.11.5.5. atendimento às demais exigências contratuais.

8.11.6. O Chamado Técnico de Correção será considerado fechado após atendimento e apresentação de solução definitiva dentro das condições e prazos estabelecidos conforme severidade da ocorrência.

8.11.6.1. Será considerada uma ocorrência de severidade ALTA o incidente que afete a disponibilidade do sistema de informação, sítio ou portal e/ou comprometimento grave de funcionalidade, ou de dados ou de ambiente, devendo ser atendido em até 24 (vinte e quatro) horas úteis.

8.11.6.2. Será considerada uma ocorrência de severidade MÉDIA o incidente que não afete a disponibilidade do sistema de informação, sítio ou portal, porém apresenta problemas que comprometem funcionalidade, de dados ou de ambiente, devendo ser atendido em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.

8.11.6.3. Será considerada uma ocorrência de severidade BAIXA o incidente do sistema de informação, sítio ou portal com pequeno ou nenhum comprometimento de funcionalidade, de dados ou de ambiente, devendo ser atendido em até 72 (setenta e duas) horas úteis.

8.11.7. Para que ocorra o fechamento dos Chamados Técnicos de Correção, a CONTRATADA deverá fornecer, em detalhes e por escrito, as informações técnicas acerca da solução do problema detectado.

8.11.8. Será considerado para efeito de prazo, o tempo, em horas úteis, decorrido entre a abertura do Chamado Técnico de Correção efetuado pela equipe técnica da CONTRATANTE, no sistema de controle dos chamados técnicos, e a efetiva solução do incidente, extinguindo a causa do comportamento inadequado do sistema de informação, sítio ou portal.

8.11.9. Os prazos em questão serão considerados encerrados apenas se houver aceite da solução pela equipe técnica da CONTRATANTE. Não ocorrendo o aceite, a solução apresentada será desconsiderada e os prazos continuarão correndo.

8.11.10. A correção dos erros e desconformidades do sistema de informação, sítio ou portal compreenderá as atividades de diagnóstico, análise e implantação de nova versão corrigida, se for o caso.

8.11.11. Todas as decisões e entendimentos que impliquem em modificações das Ordens de Serviço, bem como dos produtos entregues, deverão ser prévia e formalmente autorizados pelo Gestor do Contrato com a emissão de OS adicional ou aditamento da OS original, conforme o caso.

8.11.12. Caso seja excedido o prazo de atendimento de um chamado, esse será considerado não atendido dentro do prazo e iniciar-se-á nova contagem de prazo correspondente à severidade do chamado. Cada novo descumprimento de prazo no mesmo chamado será contabilizado como um chamado não atendido dentro do prazo e considerado no Indicador de Descumprimento de Prazos (IDP).

8.11.13. A cada apuração do Indicador de Descumprimento de Prazos, havendo prazos descumpridos, o Gestor do Contrato emitirá notificação à CONTRATADA, que terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para apresentar as justificativas para o atraso verificado.

8.11.14. Caso não haja manifestação dentro desse prazo, ou caso a CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, serão aplicadas as penalidades previstas no Termo de Referência.

#### 8.12. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

8.12.1. Para a execução do objeto deste Termo de Referência serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

- 8.12.1.1. Ordem de Serviço: Documento que formaliza o serviço demandado pela CONTRATANTE.
- 8.12.1.2. Termo de Recebimento Provisório: Indica que o recebimento para posterior avaliação, pelo Líder Técnico, de um conjunto de artefatos referentes a uma ou mais fases do processo de desenvolvimento.
- 8.12.1.3. Termo de Recebimento Definitivo: Indica que o Líder Técnico e o Gestor atestaram que os artefatos cumprem com todas as exigências contratuais e ensejam o pagamento.
- 8.12.1.4. E-mail, telefone e sítio na internet: abertura de chamados de serviços de suporte técnico e garantia;
- 8.12.1.5. Ata de reunião: registro de as reuniões realizadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

#### 9. CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMUM

9.1. No inciso IV, art. 32, a Lei nº 13.303/2016, considera bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

9.2. De modo geral e complementar o inciso XXXI do art. 2º do RILC/EMATER-DF, também, define bens e serviços comuns, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

9.3. O objeto da contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado, com utilização de métricas consagradas, tais como Pontos de Função, e critérios claros de medição, aceite e pagamento por produto entregue.

#### 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A métrica utilizada na medição e esforço será a de Pontos de Função;

10.2. A CONTRATADA deverá considerar o Roteiro de Contagem de Pontos de Função aderente ao CPM 4.3.1 a ser seguido, que está disponível no ANEXO I

10.3. A tabela abaixo demonstra o percentual de esforço e pagamento por etapa.

PERCENTUAL ESFORÇO E PAGAMENTO POR ETAPA		
Etapa	Nome da Etapa	%
I	Levantamento de Requisitos	Conforme regra abaixo
II	Análise	20%
III	Projeto	15%
IV	Construção	50%
V	Homologação	5%
VI	Implantação	5%
VII	Transferência de Conhecimento	3%
VIII	Estabilização	2%
TOTAL		100%

#### 10.4. REGRAS RELATIVAS A ETAPA I – Levantamento de Requisitos

10.4.1. As demandas referentes a Etapa I serão remuneradas em hora de serviço efetivamente executadas.

10.4.2. As demandas relacionadas a Etapa I serão sempre vinculadas à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.

10.4.3. A utilização, para Etapa I, de itens não mensuráveis previsto no manual de métricas de Ponto de Função IFPUG, justifica-se pelo caráter exploratório e especialista para as fases/etapas executadas nos serviços deste item.

10.5. Os itens não mensuráveis serão regidos pela métrica SNAP definida no item 4.3 e 4.4 deste documento e também conforme roteiro de métricas utilizado pela EMATER-DF no ANEXO I.

#### 10.6. PRAZOS

10.6.1. Deverão ser definidos pela CONTRATADA, nas OS, os prazos para a conclusão e entrega dos produtos, os quais deverão ser avaliados pela CONTRATANTE, respeitando as condições e etapas estabelecidas no Termo de Referência e nas próprias OS.

10.6.2. Os eventuais atrasos que não ocorrerem por culpa da CONTRATADA não serão considerados para efeito de contagem de prazos e cálculo dos indicadores definidos no Nível de Serviço.

10.6.3. Caso a CONTRATANTE demande, em um único momento, duas ou mais OS, a CONTRATADA deverá entregar os produtos na medida em que forem sendo construídos ou de acordo com as prioridades estabelecidas pela CONTRATANTE.

10.6.4. As datas para a Homologação e Implantação de cada produto deverão ser definidas pela CONTRATANTE.

10.6.5. O prazo utilizado pela CONTRATANTE para a etapa de Homologação será de no máximo 15% (quinze por cento) do prazo para execução da OS, respeitando-se o período mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

10.6.6. O prazo utilizado pela CONTRATANTE para a avaliação e aceite dos artefatos das demais etapas será de no máximo 10 (dez) dias úteis.

10.6.7. A Transferência de Conhecimento deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após a etapa de Implantação de cada produto.

10.6.8. A CONTRATANTE informará a CONTRATADA, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a data em que o produto entrará em produção. A partir dessa data, inicia-se a etapa de Estabilização.

10.7. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, relativos às etapas concluídas no período correspondente. Entende-se por etapa concluída, aquela para a qual todos os artefatos e produtos da etapa, previstos nas respectivas Ordens de Serviço, foram entregues e receberam aceite do Gestor do Contrato, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

10.8. O valor a ser pago pelos serviços de Desenvolvimento de Novas Funcionalidades será calculado mediante a aplicação do percentual estabelecido no item 10.3 – Tabela de Percentual de Esforço e Pagamento por Etapa, pelo Valor Unitário do Ponto de Função(VUPF), ajustado pelos fatores constantes na Tabela de Pontuação Tecnológica (PT) abaixo, multiplicado pelo quantitativo verificado na Análise de Ponto de Função(APF) do produto. Para o cálculo, será utilizada última contagem de PFB realizada, com eventuais descontos ou acréscimos aos pagamentos efetuados anteriormente caso essa contagem tenha ajustado para baixo ou para cima, respectivamente, a contagem inicial:

Plataformas Tecnológicas	Pontuação Tecnológica (PT)
Java, PHP, Node.js e JavaScript, Typescript, VueJs, Kafka, Redis, Elasticsearch, Keycloak, NextJs, bem como as seguintes tecnologias: Spring Boot, Spring Cloud, Laravel, Docker, Docker Compose, MySQL, PostgreSQL, JSON, PostGIS, Python, ArcGIS, QGIS, HTML e CSS	1,00

10.9. O valor a ser pago pelos serviços relativos a Manutenção Evolutiva de sistemas ou funcionalidades preexistentes, será calculado mediante a aplicação do percentual estabelecido no item 10.3 – Tabela de Percentual de Esforço e Pagamento por Etapa(PEE), pelo Valor Unitário do Ponto de Função(VUPF), ajustado pelos fatores constantes na Tabela de Pontuação Tecnológica (PT) e pelo Fator de Ajuste (FA), multiplicado pelo quantitativo verificado na Análise de Ponto de Função(APF) do produto. Para o cálculo, será utilizada última contagem de PF realizada, com eventuais descontos ou acréscimos aos pagamentos efetuados anteriormente caso essa contagem tenha ajustado para baixo ou para cima, respectivamente, a contagem inicial:

10.10. Pagamento de Manutenção Evolutiva = (VUPF x PEE x PT x FA x APF)

I - O Fator de Ajuste (FA) a que se refere o item anterior é definido conforme manual de métricas;

II - Os pagamentos serão glosados de acordo com as diferenças decorrentes entre as contagens de PF e penalidades imputadas à CONTRATADA durante a execução do Contrato, conforme o Termo de Referência.

III - Não será pago qualquer tipo de adicional a título de diárias, passagens, locomoção, alimentação, encargos e quaisquer outros itens não previstos no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos.

IV - O valor a ser pago pelos serviços relativos à itens não mensuráveis será realizado conforme roteiro de métricas utilizado pela EMATER-DF no ANEXO I. e aplicação das regras definidas no Roteiro de Métricas de Software do CINEP.

V - Toda execução remunerada por hora técnica deverá resultar na entrega de artefatos técnicos definidos previamente, tais como relatórios de levantamento, modelos conceituais, diagramas ou documentação técnica equivalente.

#### 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

##### 11.1. Forma e critério de seleção e critério de julgamento das propostas:

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO do item.

##### 11.2. REGIME DE EXECUÇÃO

11.2.1. Execução Indireta por preço unitário.



## 12. DO PAGAMENTO

- 12.1. A CONTRATADA deverá encaminhar expediente, conforme especificado no edital, solicitando o pagamento referente à prestação dos serviços para o endereço do Edifício Sede Emater-DF, situado em Parque Estação Biológica, CEP: 70.770.915 Brasília - DF, acompanhado dos seguintes documentos:
- 12.2. Nota Fiscal/Fatura emitida em nome da instituição, constando o valor mensal e os valores a serem retidos referentes aos impostos e contribuições, se for o caso, sem emendas ou rasuras, preenchida corretamente, em compatibilidade com os serviços executados, contendo:
- 12.3. a) Nome, Endereço e CNPJ da Emater-DF.
- 12.4. b) Nome, Inscrição Estadual e CNPJ do Estabelecimento e Natureza da operação.
- 12.5. c) Data de emissão da nota fiscal/fatura dentro do seu prazo de validade.
- 12.6. d) O número de controle da nota fiscal.
- 12.7. e) A discriminação do período em que os serviços foram realizados.
- 12.8. f) Dados do serviço (discriminação exata do serviço executado) com a quantidade total de Pontos de Função executados/realizados no período.
- 12.9. g) Valor total da nota fiscal/fatura.
- 12.10. h) Número do Processo na Emater-DF.
- 12.11. Verificada a execução do serviço em conformidade com as exigências contratuais, o fiscal do contrato encaminhará o processo, com o devido atesto na nota fiscal, para pagamento.
- 12.12. Antes do pagamento, ao receber da CONTRATADA a nota fiscal/fatura, serão conferidos, ainda, pela Contratante:
- 12.13. Se o serviço executado guarda conformidade com o estabelecido no contrato;
- 12.14. Se as certidões negativas de débito perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Previdência Social e junto ao FGTS, bem como CND Trabalhista, estão dentro do prazo de validade, devendo ser exigidos da CONTRATADA tais documentos quando estiverem com prazo de validade vencido;
- 12.15. Ao verificar situação de descumprimento contratual ou irregularidade fiscal, a Contratante devolverá, por ofício, a nota fiscal à CONTRATADA, expondo os motivos da devolução, solicitando a sua adequação às cláusulas contratuais e o prazo começará a correr após a nova apresentação da nota fiscal.
- 12.16. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo
- 12.17. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 12.18. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.
- 12.19. Passados 30 (trinta) sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "pro rata tempore" do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto 37.121/2016
- 12.20. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão efetuados exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o decreto nº 32.767/2011;
- 12.21. Empresas de outros estados que não tenham filiais ou representações no Distrito Federal poderão indicar conta corrente de outro banco, conforme decreto nº 32.767/2011.
- 12.22. O pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal;
- 12.23. O pagamento dos itens de serviços serão feitos mensalmente, levando-se em consideração os descontos previstos no item 5.7 DOS INDICADORES DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO dispostos na tabela 08 - Níveis Mínimos de Serviço Nível Mínimo de Serviço (NMS) acordado em contrato, para o período de faturamento avaliado, deverá ser efetuado em até 30 dias após o recebimento definitivo referente à ordem de serviço, em conformidade com a legislação vigente;
- 12.24. De forma a viabilizar a análise da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar, na forma de relatório, informações acerca da aferição dos níveis de serviço contratadas. Deverão ser detalhados todos os índices para verificação de atingimento de metas, conforme Nível Mínimo de Serviços exigidos. Além disso, os relatórios devem apresentar a descrição de todas as atividades realizadas no período, elencadas e o cálculo detalhado dos diversos fatores de abatimento previstos neste Termo de Referência.
- 12.25. O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade junto à fazenda pública federal, estadual e municipal, assim como regularidade junto à receita federal (CND), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), Tribunal Superior do Trabalho (CNDT) e apresentação de nota fiscal eletrônica conforme protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009 e suas alterações.

## 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Pregão, serão aplicadas as penalidades estabelecidas nos arts. 94 a 98 do Regulamento de Licitações e Contratos - EMATER-DF.
- 13.2. Em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, o contratado estará sujeito à multa de mora.
- 13.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Emater-DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emater-DF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 13.4. As sanções previstas poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:
- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Emater-DF em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Emater-DF, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. As multas e sanções durante a execução do contrato deverão obedecer os critérios definidos no item **ANEXO A - SANÇÕES E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS**

#### 14. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a modificação de objeto, com amparo no art. 81, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF;

14.2. A alteração de valor contratual decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementar, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

#### 15. ABREVIATURAS, DEFINIÇÕES E CONCEITOS

15.1. Para fins deste Termo de Referência, considera-se:

- 15.1.1. **APF** (Análise de Pontos de Função): método utilizado para medir o tamanho funcional de aplicações conforme orientações estabelecidas pelo IFPUG;
- 15.1.2. **Aplicação mobile**: aplicação para dispositivos eletrônicos móveis, tais como computador de bolso, PDA e smartphone, utilizando tecnologias compatíveis com os sistemas operacionais Android e iOS;
- 15.1.3. **Contagem estimada**: contagem de pontos de função realizada no ciclo de desenvolvimento e manutenção de soluções de software, podendo ser, a critério da Emater-DF, do tipo indicativa ou do tipo estimativa, conforme definição da NESMA;
- 15.1.4. **Dono do Produto**: responsável da área de negócio, representa as partes interessadas no produto. É quem define o que vai ser feito (requisitos) e prioriza-o com base na importância e dependências;
- 15.1.5. **ASGTI**: Assessoria em Gestão de Tecnologia da Informação da Emater-DF;
- 15.1.6. **Gestão de configuração**: “conjunto de atividades projetadas para controlar as mudanças pela identificação dos produtos do trabalho que serão alterados, estabelecendo um relacionamento entre eles, definindo o mecanismo para o gerenciamento de diferentes versões destes produtos, controlando as mudanças impostas, e auditando e relatando as mudanças realizadas” (Roger Pressman). Suas principais atribuições são o controle de versão, o controle de mudança e a auditoria das configurações;
- 15.1.7. **IFPUG** (International Function Point Users Group): entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover e suportar a técnica de análise de pontos de função e outras medidas de software;
- 15.1.8. **Integração contínua**: “prática de desenvolvimento de software onde os membros de um time integram seu trabalho frequentemente, geralmente cada pessoa integra pelo menos diariamente – podendo haver múltiplas integrações por dia. Cada integração é verificada por um build automatizado (incluindo testes) para detectar erros de integração o mais rápido possível.” (Martin Fowler);
- 15.1.9. **Item de trabalho**: trabalho a ser realizado no projeto durante uma sprint;
- 15.1.10. **Líder de Projeto**: responsável técnico pela Ordem de Serviço que acompanhará a execução do serviço, emitindo o aceite dos produtos e artefatos da sprint, registrando eventuais falhas de procedimento, problemas de qualidade e rejeição de artefatos e produtos, atrasos e eventuais outros problemas inerentes à Ordem de Serviço, de forma a auxiliar a Comissão de Fiscalização do contrato;
- 15.1.11. **Ordem de Serviço (OS)**: instrumento formal pelo qual a Emater-DF encaminha a demanda de serviço à CONTRATADA contendo o detalhamento necessário para o seu atendimento;
- 15.1.12. **Plano de Entrega**: documento que contempla as previsões de entrega, e pode se referir a Product Backlog, a Release Backlog ou a Sprint Backlog, a depender da fase do PES a que se refere;
- 15.1.13. **Processo de Entrega de Soluções (PES)**: processo de desenvolvimento de software ágil e disciplinado, que integra os valores e métodos ágeis com outros frameworks de boas práticas de engenharia de software, gerenciamento de projetos e governança de TI, quais sejam: PMBOK, RUP, entre outros. Tem como objetivo orientar a estruturação, execução, gestão e governança dos Projetos de Entrega de Soluções da ASGTI;
- 15.1.14. **Product Backlog**: lista de itens priorizados a serem desenvolvidos para uma solução de software;
- 15.1.15. **Produto Preparado**: definição expressa por meio da especificação suficiente do produto de forma que se saiba o que deve ser feito. Pode englobar uma simples descrição, quando couber, ou pode ser necessário maior detalhamento ou a complementação com outros artefatos:
  - 15.1.15.1. Trabalhado em sessões de Refinamento do Backlog; o Estimado;
  - 15.1.15.2. Pequeno o suficiente (idealmente, estimativa não superior a 8 pontos de história);
  - 15.1.15.3. Com critérios de aceitação (apresentados como cenários) definidos.
- 15.1.16. **Produto Pronto**: definição expressa por meio de funcionalidades desenvolvidas em cada Sprint com 100% de completude demonstrada por:
  - 15.1.16.1. Atendimento à descrição e à definição de pronto do item de backlog;
  - 15.1.16.2. Atendimento aos critérios de aceitação (apresentados como cenários) da história de usuário;
  - 15.1.16.3. código completo;
  - 15.1.16.4. Testes unitários escritos e executados com sucesso (conforme cobertura dos testes definida na OS);
  - 15.1.16.5. Teste de integração executado com sucesso; a documentação escrita; a aprovação do Dono do Produto.
- 15.1.17. **Redmine**: plataforma de gerenciamento de projetos adotada pela ASGTI na qual se realizam a gestão de demandas com fornecedores, o registro de informações dos projetos e o arquivamento de documentos relacionados a estes;
- 15.1.18. **Refinamentos**: “são quaisquer mudanças ocorridas sobre uma função transacional ou de dados já previamente trabalhada na release corrente (seja por meio de uma inclusão, alteração ou exclusão), provocadas pelo aprofundamento, detalhamento e complementação de requisitos durante o processo de desenvolvimento.” (Roteiro de Métricas de Software do SISP, versão 2.3);
- 15.1.19. **Release Backlog**: lista de itens priorizados a serem desenvolvidos para uma solução de software durante a implementação de uma release;
- 15.1.20. **Release**: um ciclo de desenvolvimento que perpassa sequencialmente pelas fases de iniciação, de construção e de transição, nessa ordem, com o objetivo de entregar, ao final do ciclo, um produto pronto para implantação em produção;
- 15.1.21. **Requisitos funcionais**: “Um subconjunto dos Requisitos do Usuário (RU). Requisitos que descrevem o que o software deve fazer, em termos de tarefas e serviços.” (ISO/IEC 14143-1);
- 15.1.22. **Requisitos não funcionais**: “Um requisito de software que descreve não o que o software irá fazer, mas como o software irá fazer.” (ISO/IEC 24765, Systems and Software Engineering Vocabulary);
- 15.1.23. **Smoke test**: subconjunto de casos de testes que cobrem as funcionalidades mais importantes de um componente ou sistema, para verificar se as funções cruciais do software executam corretamente;
- 15.1.24. **Solicitação de mudança**: alteração ou inclusão de requisitos solicitada durante a execução da release;
- 15.1.25. **Sprint Backlog**: lista de itens de trabalho selecionados do Product Backlog, contendo as tarefas necessárias para a realização de tais itens e que deverão ser executadas durante a próxima sprint;
- 15.1.26. **Sprint**: unidade de período dentro da qual é executado um conjunto de atividades previamente definidas, com duração de duas semanas corridas, podendo variar, a critério da ASGTI, a depender de especificidade do projeto;
- 15.1.27. **Teste de carga**: processo que testa e mede a alteração no desempenho da solução de software sob um volume maior de carga, como, por exemplo, a carga máxima esperada em um determinado momento no ambiente de produção;
- 15.1.28. **Teste de desempenho**: processo que testa e mede o desempenho da solução de software em uma situação normal de uso, bem como o quanto a solução

requer de recursos de hardware e o tempo de espera necessário entre as ações e transações, com base no cenário esperado normalmente para ambiente de produção;

- 15.1.29. **Teste de estresse:** processo que busca descobrir qual a carga máxima suportada pela solução de software. Esse limite pode ser um valor muitas vezes acima do esperado na carga máxima;
- 15.1.30. **Teste de exploração:** processo em que o ser humano explora as funcionalidades da aplicação;
- 15.1.31. **Teste de integração:** processo de teste de software onde partes, ou módulos, do sistema são testadas em conjunto;
- 15.1.32. **Teste de interface:** verifica se a navegabilidade e os objetivos das telas funcionam como especificados;
- 15.1.33. **Teste de regressão:** consiste em se aplicar, a cada nova versão do software ou a cada ciclo, todos os testes que já foram aplicados nas versões ou ciclos de teste anteriores;
- 15.1.34. **Teste de segurança:** permite avaliar as vulnerabilidades do software em relação à segurança, tais como ataques de negação de serviço, Cross-Site Scripting (XSS) e SQL Injection, dentre outros, para que sejam corrigidas antes de ser operacionalizado em ambiente de produção;
- 15.1.35. **Teste unitário:** processo em que se verificam as menores unidades de software desenvolvidas (pequenas partes ou unidades da aplicação). O objetivo é encontrar falhas de funcionamento dentro de uma pequena parte da aplicação funcionando independentemente do todo.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. Fornecer produtos conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência, Anexos e Ordens de Serviço.
- 16.2. Adaptar-se a mudanças, quando da evolução da arquitetura, dos aspectos metodológicos e da estrutura da CONTRATANTE especificados no Termo de Referência, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados e sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE. Para isso deverá implementar em seu ambiente as evoluções tecnológicas necessárias para a execução plena dos serviços contratados.
- 16.3. Dimensionar, por etapas, o esforço dos serviços necessários para a fabricação dos produtos, não cabendo, posteriormente, acréscimos nos preços contratados por conta de eventuais desconhecimentos das condições previstas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos.
- 16.4. Recrutar e selecionar profissionais especializados com conhecimento e experiência nas diversas áreas de tecnologia da informação inerentes ao objeto de cada Ordem de Serviço emitida. A CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a qualquer momento as comprovações que se fizerem necessárias para verificação da especialização e experiência dos profissionais alocados.
- 16.5. Capacitar, às suas expensas, os profissionais utilizados na prestação dos serviços nas competências necessárias ao atendimento dos serviços contratados.
- 16.6. Substituir, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, qualquer um dos seus profissionais, cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, decorrente da execução do serviço, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.
- 16.7. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do Contrato, dentro dos prazos e condições estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas contratualmente, caso os prazos e condições não sejam cumpridos.
- 16.8. Manter seus profissionais adequadamente trajados para o ambiente de trabalho na CONTRATANTE, com trajes em bom estado de conservação e portando crachá de identificação da CONTRATADA, arcando com o ônus de sua confecção.
- 16.9. Responder por quaisquer prejuízos que seus profissionais causarem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, por ocasião da prestação dos serviços, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- 16.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATANTE referente a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades.
- 16.11. Utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e
- 16.12. contidas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos.
- 16.13. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato, todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do serviço contratado.
- 16.14. Arcar com os salários e todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do serviço contratado, bem como custos relativos ao deslocamento e estadia de seus profissionais, caso existam, inclusive nas situações nas quais se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.
- 16.15. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócios, devendo orientar seus profissionais nesse sentido. A quebra de sigilo caracterizará, ademais, a inexecução total do Contrato, com as consequências previstas no tópico "Sanções Administrativas".
- 16.16. Garantir a qualidade dos produtos e assegurar que esses sejam eficientes quanto ao desempenho e consumo de recursos computacionais, de acordo com os requisitos definidos para os produtos.
- 16.17. Reparar, remover e reconstruir, às suas expensas, no total ou em parte, os artefatos elaborados durante o processo de desenvolvimento, bem como os serviços efetuados referentes ao objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.
- 16.18. Identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser instalado nas dependências da CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança etc.
- 16.19. Cumprir as normas regulamentadoras da Medicina e Segurança do Trabalho.
- 16.20. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.21. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
- 16.22. Registrar todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE para acompanhamento e controle da execução dos serviços;
- 16.23. Atender prontamente as orientações e exigências, do Gestor do Contrato, inerentes à execução do objeto do Contrato;
- 16.24. Indicar formalmente Preposto apto a representá-la junto a CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientar a equipe, bem como comparecer à CONTRATANTE sempre que convocado;
- 16.25. Não utilizar, na execução dos serviços, mão de obra de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE.
- 16.26. Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 16.27. A contratada deverá entregar os serviços em conformidade com as especificações do objeto, da legislação vigente visando sempre cumprir os prazos e datas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 16.28. Responder pelos danos causados à EMATER-DF e/ou a terceiros decorrentes da falha de equipamentos e/ou acessórios quando da sua montagem, ou mesmo pela culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos quando da manutenção dos referidos equipamentos.
- 16.29. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no cumprimento de suas obrigações;
- 16.30. Cumprir as normas internas da EMATER-DF, bem como aquelas que regulam as ações de higiene e segurança do trabalho;
- 16.31. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação bem como as que comprovem sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 16.32. A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso aos documentos e registros contábeis, aos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou

contratantes, bem como aos órgãos de controle interno e externo;

16.33. Informar na Nota Fiscal o valor de retenção do ISS, observado na forma do disposto na legislação vigente, compreendendo inclusive a Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, Lei Distrital Complementar nº 687, de 17 de dezembro de 2003 e Lei Distrital nº 3.247, de 17 de dezembro de 2003, bem como, o valor de retenção do Imposto de Renda, quando houver, conforme Lei 7.450/85, art. 52, e portaria 314/86(MF) e suas alterações. Caso haja a celebração de Convênio entre a Área Federal e o Distrito Federal, nos moldes do previsto no artigo 33 da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, o contratado deverá informar ainda, na Nota Fiscal, o valor da retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP;

16.34. Cumprir por si e por seus gestores, empregados, prestadores autônomos de serviços, colaboradores, parceiros ou pessoas que, por qualquer outra forma e sob sua designação, venham a atuar no âmbito do objeto deste contrato, a Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em qualquer tratamento de dados pessoais.

## 17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas no Contrato, e em especial:

17.2. Informar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento para a entrega dos serviços/subscrições;

17.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

17.4. Comunicar prontamente a Contratada toda e qualquer anormalidade verificada nos serviços e/ou problemas no acesso à plataforma;

17.5. Efetuar o recebimento dos serviços conforme especificações do objeto;

17.6. Designar empregado ou comissão para fiscalização da entrega e da prestação da garantia do objeto desse Termo de Referência;

17.7. **Rejeitar no todo ou em parte** os objetos entregue em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;

17.8. Verificar prazos, garantias, certidões e atestar notas fiscais;

17.9. Efetuar o pagamento em conformidade com a legislação vigente no Distrito Federal;

17.10. Ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto desta contratação;

17.11. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA;

17.12. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

17.13. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA cumpra com suas obrigações dentro das condições contratuais;

17.14. A falta de fiscalização não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, nem significará aceitação tácita por parte do CONTRATANTE.

17.15. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas tarefas dentro das normas e condições contratuais;

17.16. Comunicar à CONTRATADA eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços e/ou nos produtos entregues, para adoção das providências saneadoras;

17.17. Aplicar as penalidades previstas contratualmente no caso do não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

17.18. Executar a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

17.19. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA que estejam em conformidade com o contrato;

17.20. Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço entregue fora das especificações constantes no contrato;

17.21. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do contrato;

17.22. Atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega dos serviços;

17.23. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionado no Contrato.

## 18. MODELO DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. A aquisição será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação e será exercida pelos empregados (titular e suplente) devidamente designados para os fins que se sugerem as referidas aquisições, conforme as regras previstas na Norma Operacional de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Contratos, aprovada pela Instrução Normativa nº 6/2023-EMATER-DF.

18.2. A Contratante indica o empregado Emerson Ferreira do Nascimento, matrícula 0000904-0, como executor titular, e Fernando Augusto da Silva - Matr.0001253-X, como suplente, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, conforme preceitua a legislação vigente.

18.3. A fiscalização será exercida no interesse da EMATER-DF e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quais não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

18.4. Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

18.5. A fiscalização do contrato verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Edital e seus anexos.

18.6. Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pelo gestor técnico do contrato e enviados para o pagamento.

18.7. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do contrato entregue, se em desacordo com a especificação do Edital e do Termo de Referência.

## 19. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

19.1. As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da EMATER-DF, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. A CONTRATADA deverá seguir as instruções recebidas da EMATER-DF em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. A CONTRATADA se responsabilizará como “Controladora de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização EMATER-DF, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. A CONTRATADA deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela CONTRATADA, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação;

VIII. A CONTRATADA dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para tratamento dos dados;

IX. A EMATER-DF possui direito de regresso em face da CONTRATADA em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais;

XI. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à EMATER-DF todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela EMATER-DF e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas;

XII. A CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela EMATER-DF, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

XIII. Qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à EMATER-DF, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada;

XIV. Ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

19.2. As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a EMATER-DF será considerada “Controladora de Dados”, e a CONTRATADA “Operadora” ou “Processadora de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário neste Contrato.

19.3. Contudo, caso a CONTRATADA descumpra as obrigações previstas na legislação de proteção de dados ou as instruções da EMATER-DF, será equiparada a “Controladora de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

19.4. Caso a CONTRATADA disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no caput desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a EMATER-DF venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da CONTRATADA, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da EMATER-DF, sem prejuízo das penalidades deste contrato.

19.5. A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à CONTRATADA, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela EMATER-DF, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela EMATER-DF dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

19.6. Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional da EMATER-DF e em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

19.7. As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

## **20. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

20.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, contados a partir da data da sua assinatura, de acordo com a Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC)

## **21. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

21.1. O prazo de vigência e de execução será de 60 (sessenta) meses.

21.2. A justificativa para o prazo de execução extenso, se dá pelas seguintes características:

21.2.1. natureza continuada e estratégica da solução;

21.2.2. Amortização de curva de aprendizado;

21.2.3. Complexidade e demanda reprimida referente ao desenvolvimento de sistemas da CONTRATANTE;

21.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a convocação, a LICITANTE adjudicatária deverá assinar o contrato.

21.4. A partir da assinatura do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, o contrato deverá ser iniciado, quando então as solicitações de serviço e ordens de serviço poderão ser demandadas.

21.5. Caso haja inconsistência entre componentes e/ou serviços previstos na documentação técnica apresentada pelo CONTRATADO e os de fato entregues à Emater-DF, esta notificará o CONTRATADO formalmente a respeito da inconsistência, ficando reservado a Emater-DF o direito de recusar-se a receber tais componentes, além da aplicação de eventuais sanções previstas no instrumento contratual.

21.6. Caso haja atrasos na entrega dos componentes de solução e/ou serviços conforme prazos descritos neste Termo, caberá a Emater-DF notificar o CONTRATADO formalmente a respeito do referido atraso, e aplicação de eventuais sanções previstas;

21.7. Todo componente entregue e/ou serviços prestados em desacordo com a proposta fornecida pelo CONTRATADO, deverá ser substituído/refeito, bem como deverão ser supridos aqueles componentes cuja falta seja verificada em relação à citada proposta técnica, obedecido, em ambos os casos, o prazo de entrega definido, sem quaisquer custos a CONTRATANTE.

21.8. O contrato deverá prever a possibilidade de reajuste anual, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme a Lei nº 13.303/2016;

21.9. O Contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no RLC da Emater-DF, de acordo com a Lei nº 13.303/16 e demais legislações, atualmente, vigentes; e,

21.10. A Contratada pode optar por aceitar ou não, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões nos termos do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016 e demais legislações, atualmente, vigentes.

## **22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

22.1. Será considerada habilitada, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, a licitante que apresentar:

22.2. Atestados de Capacidade Técnica comprovando a experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas de informação com volume igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) dos pontos de função em período ininterrupto de 12 meses, utilizando processo de produção de software definidos de acordo com modelos de melhores práticas de mercado, tais como CMMI, ou o seu equivalente aqui no Brasil, o MPS-BR, de acordo também com o padrão PMBOK para as partes do processo que se referirem a gerenciamento de projetos. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para comprovar o volume exigido. Desta forma, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações:

22.3. Relação clara e inequívoca das ÁREAS e PROCESSOS abaixo relacionados, comprovando que eles foram utilizados na execução dos serviços por parte da empresa licitante:

22.3.1. Área de ENGENHARIA DE SOFTWARE

22.3.2. Processo de DESENVOLVIMENTO DE REQUISITOS

22.3.3. Processo de GESTÃO DE REQUISITOS

22.3.4. Processo de INTEGRAÇÃO DE PRODUTO

22.3.5. Processo de SOLUÇÃO TÉCNICA

22.3.6. Processo de VALIDAÇÃO

22.3.7. Processo de VERIFICAÇÃO

22.3.8. Área de GESTÃO DE PROJETO

- 22.3.9. Processo de GESTÃO INTEGRADA DE PROJETO
- 22.3.10. Processo de MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETO
- 22.3.11. Processo de PLANEJAMENTO DE PROJETO
- 22.3.12. Processo de GESTÃO DE RISCOS
- 22.3.13. Área de GESTÃO DE PROCESSO
- 22.3.14. Processo de DEFINIÇÃO DOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO
- 22.3.15. Processo de FOCO NOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO
- 22.3.16. Processo de TREINAMENTO NA ORGANIZAÇÃO
- 22.3.17. Área de SUPORTE
- 22.3.18. Processo de GESTÃO DE CONFIGURAÇÃO
- 22.3.19. Processo de MEDIÇÃO E ANÁLISE
- 22.3.20. Processo de GARANTIA DE QUALIDADE DE PROCESSO E PRODUTO
- 22.4. Fator de Conversão por Atestado UST x PF
  - 22.4.1. Caso a empresa apresente um atestado de serviço prestado utilizando a métrica 'Unidade de serviço Técnico - UST' ou equivalente, será contabilizado que cada UST equivale a 1 hora de trabalho realizado;
  - 22.4.2. Caso a empresa apresente um atestado de serviço prestado por 'ponto de função – PF', será contabilizado que cada PF equivale a 10 (dez) horas de trabalho;
  - 22.4.3. Para cada PF temos uma produtividade máxima de 10 horas, resultando no deflator de 0,1. Exemplo: para 10.000 horas representa 1.000 pontos de função
- 22.5. Para cada PROCESSO acima a LICITANTE deverá demonstrar, ainda, que foram produzidas as evidências e os artefatos que comprovem que as PRÁTICAS ESPECÍFICAS, relacionadas abaixo, foram efetivamente utilizadas na execução dos serviços. A comprovação de que essas PRÁTICAS ESPECÍFICAS foram utilizadas poderá ser feita por meio da apresentação das evidências e artefatos produzidos, de forma anexa ao(s) atestado(s) apresentado(s).
- 22.6. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas com utilização de UML — Unified Modeling Language — ou metodologia equivalente de modelagem de sistemas, contemplando a elaboração de artefatos de análise, projeto, comportamento, estrutura, integração ou implantação, tais como Diagramas de Casos de Uso, Sequência, Transição de Estados, Atividades, Classes, Componentes e Implantação.
  - 22.6.1. A exigência acima justifica-se pela natureza técnica, contínua e especializada do objeto, que envolve atividades de análise, especificação, modelagem, desenvolvimento, manutenção, integração, documentação e evolução de sistemas de informação.
- 22.7. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência da licitante na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas com utilização de Métrica de Pontos de Função, mediante aplicação da técnica de Análise de Pontos de Função — APF, conforme metodologia IFPUG ou Roteiro de Métricas do SISP, bem como experiência em Gerência de Projetos de Tecnologia da Informação.
- 22.8. Para fins de **execução contratual**, a contratada deverá disponibilizar profissional responsável pela contagem de Pontos de Função com certificação Certified Function Point Specialist — CFPS, emitida pelo IFPUG, válida no período da realização das contagens, bem como profissional responsável pela gerência do projeto com certificação PMP ou equivalente, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.
  - 22.8.1. A exigência de atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência em Métrica de Pontos de Função e Gerência de Projetos justifica-se pela própria forma de execução, medição e remuneração contratual adotada para o objeto, uma vez que os pagamentos serão realizados principalmente com base na contagem de Pontos de Função — PF;
- 22.9. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas com utilização de ferramenta, sistema ou plataforma de controle de demandas, ordens de serviço, chamados ou itens equivalentes, em período ininterrupto de 12 meses, com registro de, no mínimo, 100 demandas, Ordens de Serviço ou chamados técnicos relacionados ao objeto, acompanhado de relatórios, telas, extratos, declarações ou demais evidências geradas pela ferramenta, aptas a demonstrar funcionalidades de acompanhamento da execução, controle de prazos, registro de erros, defeitos ou atrasos, acompanhamento de custos ou faturamento e emissão de relatórios gerenciais de demandas corretivas, evolutivas ou emergenciais.
  - 22.9.1. A exigência justifica-se pela necessidade de comprovar que a licitante possui experiência na gestão contínua e rastreável de demandas de desenvolvimento ou manutenção de sistemas, bem como uso de ferramenta com registro mínimo de Ordens de Serviço permite verificar controle de prazos, erros, defeitos, custos, faturas e demandas corretivas ou emergenciais, reduzindo riscos de falhas na execução, fiscalização deficiente, pagamentos indevidos e ausência de evidências objetivas sobre os serviços prestados.
- 22.10. Com o objetivo de comprovar e aferir a capacidade em prestar os serviços com a qualidade e volume compatíveis com as especificações técnicas apresentadas neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar TODOS os atestados de capacidade técnica abaixo discriminados:
- 22.11. Atestado de Utilização de Processo Formal de Desenvolvimento de Software: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 100 Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde:
  - 22.11.1. Utilizou-se um conjunto preestabelecido de atividades, métodos, práticas e tecnologias;
  - 22.11.2. Os papéis e responsabilidades dos profissionais envolvidos estavam claramente definidos;
  - 22.11.3. Foram aplicadas as melhores práticas de Gerenciamento de Projetos, Desenvolvimento de Software e Segurança da Informação (PMBOK, ITIL v.3, CMMI, MPSBR, COBIT 4.1, ISO/IEC 27002, ISO/IEC 27001, ISO/IEC 20000, ISO/IEC 17799, ISO/IEC 15504, ISO/IEC 12207, ISO/IEC 9196 ou equivalentes);
  - 22.11.4. Foi implementado processo de Gerenciamento de Escopo, com práticas de planejamento, detalhamento, verificação, rastreabilidade e controle de mudanças do escopo;
  - 22.11.5. Foi implementado processo de Gerenciamento de Custos, com práticas de estimativa, planejamento e controle de custos;
  - 22.11.6. Foi implementado processo de Gerenciamento de Riscos, com práticas de planejamento do gerenciamento, identificação, análise, planejamento de resposta, monitoração e controle de riscos;
  - 22.11.7. Foi implementado processo de Gerenciamento de Configuração, com práticas de planejamento do gerenciamento, estabelecimento de baselines e auditorias de configuração;
  - 22.11.8. Foi implementado processo de Revisões Técnicas, com práticas de planejamento, execução e acompanhamento de revisões técnicas;
  - 22.11.9. Foi implementado processo de Testes, com práticas de planejamento, elaboração de casos e roteiros de testes, registro de resultados de testes e validação de produtos;
  - 22.11.10. Foi implementado processo de implantação, com práticas de elaboração de manuais de implantação, documentos de transferência de conhecimentos, processos de homologação e aceite de produtos;
  - 22.11.11. Foi implementado processo de Manutenção, com definição de procedimentos de manutenção, indicadores de desempenho e registros de atualização de versões.
  - 22.11.12. As exigências acima justificam-se pela necessidade de comprovar que a licitante possui maturidade técnica e capacidade operacional para executar serviços de fábrica de software em volume compatível com o contrato, com processo formal, papéis definidos e práticas padronizadas. Ainda, a adoção de processos de escopo, custos, riscos, configuração, revisões, testes, implantação e manutenção reduz riscos de retrabalho, falhas de qualidade, atrasos, ausência de rastreabilidade e dificuldade de fiscalização;
- 22.12. Atestado de Experiência em Bancos de Dados Relacionais e Tecnologia Java ou Python: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, onde:
  - 22.12.1. Utilizou-se banco de dados relacional;



- 22.12.2. As regras de negócio foram implementadas exclusivamente fora dos bancos de dados;
- 22.12.3. Os sistemas foram desenvolvidos usando tecnologia Java.
- 22.12.4. As exigências justificam-se pela necessidade de comprovar experiência técnica compatível com o ambiente tecnológico da contratação.
- 22.13. Atestado de capacidade técnica comprovando experiência em serviços técnicos de projetos de Inteligência Artificial, envolvendo processamento de linguagem natural, uso ou ajuste de modelos de IA, criação de agentes ou fluxos automatizados de IA, importação, extração e tratamento de dados a partir de documentos em PDF, inclusive com OCR, e indexação ou armazenamento das informações em banco de dados vetorial, utilizando tecnologias como LangChain, PyTorch, BERT ou tecnologias/ferramentas equivalentes;
- 22.13.1. A exigência justifica-se pela necessidade de comprovar experiência em projetos de IA com tratamento documental, OCR, modelos de linguagem, agentes inteligentes e bancos de dados vetoriais, que são inerentes a demanda de desenvolvimento de projetos de IA da Contratante.
- 22.14. Atestado de Experiência em Acordo de Níveis de Serviço: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, durante período ininterrupto de, em volume igual ou superior a 100 Pontos de Função POR MÊS, no mínimo, 12 (doze) meses, onde utilizou-se Acordo de Níveis de Serviço ;
- 22.15. Atestado de Experiência em Diagramas UML: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 100 Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde foram utilizados diagramas UML para a elaboração/manutenção de Diagramas de Classes e Diagramas de Sequência;
- 22.16. Será permitido o cômputo de Pontos de Função em contratos e clientes distintos, desde que executados num mesmo período consecutivo de 12 (doze) meses.
- 22.17. A exigência de 12 (doze) meses consecutivos, para a comprovação da compatibilidade da quantidade de da licitante em executar o volume de serviços previsto. Trata-se de limitação de prazo relacionada à comprovação da capacidade de execução do objeto (TCU Acórdão nº 2.048/2006 – Plenário e Acórdão nº 1.287/2008 – Plenário).
- 22.18. Os atestados deverão ser emitidos por empresas privadas brasileiras ou órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, em papel timbrado do Atestante, devendo conter:
- 22.18.1. Identificação do órgão público ou empresa emissora do atestado, com dados de contato;
- 22.18.2. Nome do projeto, número de pontos de função e período de prestação dos serviços;
- 22.18.3. Informação sobre o uso do modelo de Fábrica de Software;
- 22.18.4. Etapas de Ciclo de Desenvolvimento/Manutenção Evolutiva executadas e metodologia formal utilizada;
- 22.18.5. Plataforma tecnológica (arquitetura, linguagem de programação e bancos de dados) utilizada;
- 22.18.6. Nome, cargo/função, CPF, dados do documento de identidade, telefone e e-mail do contato do seu representante, ou qualquer outra forma de que a CONTRATANTE possa se valer para estabelecer contato.;
- 22.18.7. Assinatura do representante legal do órgão público ou empresa emissora do atestado;
- 22.18.8. No caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá, ainda:
- 22.18.9. Ser reconhecida a firma do signatário;
- 22.18.10. Ser anexada cópia do contrato social, no caso de sócio-proprietário;
- 22.18.11. Ser anexada procuração com outorga de poderes, juntamente com documento que comprove a autoridade para a outorga.
- 22.19. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos e/ou documentos comprobatórios e, ainda, efetuar diligências, nos termos do Art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a fim de verificar as informações constantes nos atestados.
- 22.20. A recusa do emitente do atestado em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, desconstituirá o atestado de capacidade técnica e poderá configurar prática de falsidade ideológica, ensejando apuração de responsabilidades.
- 22.21. A licitante arrematante deverá fornecer, junto com os atestados de capacidade técnica, declaração(ões) do(s) emitente(s) dos atestados manifestando concordância em, a critério da CONTRATANTE, ser diligenciada com o objetivo de averiguar a veracidade, esclarecer ou complementar as informações neles constantes.
- 22.22. A licitante deverá apresentar junto com a documentação de habilitação, declaração que possui ferramenta de gestão dos serviços de desenvolvimento e manutenção, contemplando no mínimo os requisitos abaixo para o início da operação:
- 22.22.1. Registrar e acompanhar Ordens de Serviço;
- 22.22.2. Controlar prazos, entregas e aceite;
- 22.22.3. Gerar relatórios gerenciais;
- 22.22.4. Capacidade de medir o cumprimento do processo de desenvolvimento estabelecido;
- 22.22.5. Junto com esta declaração, deverá ser anexado imagens da ferramenta contemplando cada um dos requisitos acima mencionados, sob pena de inabilitação.
- 22.23. Documentação a ser apresentada para assinatura da Ata de Registro de Preços e para a assinatura dos contratos que sejam oriundos deste Certame:
- 22.24. Dentre a documentação a ser apresentada quando convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos contratos a serem celebrados, a licitante vencedora da etapa de lances do pregão, já devidamente habilitada e tendo cumprido todas as condições e exigências do edital para a fase de habilitação, deverá apresentar a documentação listada a seguir. Caso a documentação não seja apresentada, ou apresentada de forma incompleta, a licitante será desclassificada, sendo convocada a próxima licitante na ordem do resultado da etapa de lances, e assim sucessivamente:
- 22.24.1. Para contratos celebrados com Contratantes do Poder Público Estadual, a Licitante Vencedora deverá apresentar, até 30 (trinta) dias corridos após a homologação do Certame e antes da assinatura do primeiro contrato, um CNPJ logrado no Estado do Distrito Federal e os documentos que comprovem a existência de pelo menos um escritório próprio neste Estado (documento de propriedade do imóvel ou contrato de locação com período igual à contratação e possíveis prorrogações. O citado CNPJ será o usado nos contratos celebrados entre o Poder Público Estadual e a Licitante Vencedora, inclusive para fins de faturamento. Esta exigência é justificável devido a necessidade de presença física; atendimento no local, suporte contínuo e integração operacional com usuários;
- 22.24.2. A Licitante Vencedora deverá apresentar a relação dos funcionários que fazem parte da equipe contratada para compor o quadro do(s) Escritório(s) local (is) no momento da assinatura dos Contratos de Prestação de Serviços.
- 22.24.3. A equipe do escritório local da Licitante Vencedora deverá conter pelo menos 01 (um) gerente de relacionamento com disponibilidade para atendimento presencial na localidade da CONTRATANTE, quando solicitado.
- 22.24.4. Certificado de Maturidade de Processos Capability Maturity Model Integrator (CMMI) nível 3 ou superior, ou certificado do Programa de Melhoria de Processo do Software Brasileiro (MPS-Br) nível “C” ou superior, vigente e expedido por instituição devidamente qualificada e autorizada para este fim.
- 22.24.5. a Justificativa Técnica: A CONTRATANTE pretende assegurar que a qualidade dos serviços e produtos entregues atenda aos requisitos por ela estabelecidos e utilizados, exigindo que o processo padrão de desenvolvimento de software da Prestadora de Serviço inclua processos de gerência da engenharia de software, de forma planejada, medida e controlada, perfazendo um conjunto coerente e consistente.
- 22.25. Considerando a natureza e a complexidade dos serviços objeto da contratação, que envolvem o desenvolvimento, manutenção e evolução de sistemas de informação institucionais, bem como o tratamento e processamento de dados corporativos sensíveis, torna-se necessária a adoção de mecanismos que assegurem elevados padrões de qualidade, segurança da informação e gestão dos serviços de tecnologia da informação. Nesse contexto empresa deverá apresentar os seguintes certificados na assinatura do contrato, que são justificadas pela característica :
- 22.25.1. a ABNT NBR ISO 9001:2005 - Sistema de Gestão da Qualidade;
- 22.25.2. b ABNT NBR ISO 27.001:2013 – Sistema de Gestão de Segurança da Informação;
- 22.25.3. c ABNT NBR ISO 20.000:2018 – Sistema de Gestão de Serviços;

22.26. A exigência das certificações acima busca assegurar que a empresa contratada possua maturidade organizacional compatível com a complexidade dos serviços a serem executados, reduzindo riscos operacionais, melhorando a qualidade das entregas e garantindo maior confiabilidade na prestação dos serviços contratados.

22.27. Comprovação de que a empresa possui um Código de Ética, Guia de Conduta ou documentos correlatos que descrevem as condutas éticas que devem ser observadas pelos integrantes da Alta Administração, empregados próprios e/ou terceirizados.

22.28. Apresentar juntamente com o documento de habilitação, a declaração formal de disponibilidade. A licitante deverá comprovar a aptidão e entendimento obrigatório operacional mediante a apresentação, junto aos documentos de habilitação, sob as penas da lei e de desclassificação, relação explícita e declaração formal de disponibilidade, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, de acordo com as especificações.

#### 22.29. Tabela Resumo

22.29.1. Os licitantes deverão apresentar a tabela resumo para demonstrar o atendimento aos requisitos de qualificação técnica definidos neste Termo de Referência.

22.29.2. Para cada atestado apresentado, deverá ser elaborada a respectiva tabela resumo de comprovação, conforme o lote ao qual a LICITANTE estiver concorrendo.

22.29.3. Cada tabela deverá ser devidamente preenchida com a indicação do tamanho dos projetos, expresso em pontos de função, a serem contabilizados;

#### 22.30. Justificativa:

22.30.1. É necessário que a licitante demonstre capacidade de atendimento ao volume médio consumido pela EMATER-DF que representa 50% (cinquenta por cento) do total do contrato anual aderente às melhores práticas de mercado no quesito de gerenciamento de projetos, processos e referência na mensuração de projetos baseados em Pontos de Função regidos por regras internacionais de organismo próprio e competente;

22.30.2. O percentual de 50% foi definido considerando o risco operacional da continuidade dos serviços e a necessidade de capacidade comprovada compatível com a criticidade dos sistemas institucionais.

22.30.3. É necessário que a licitante demonstre capacidade de atendimento e aderência ao ambiente tecnológico da EMATER-DF, contemplando as principais tecnologias envolvidas face à maturidade desta Empresa tanto no processo de desenvolvimento quanto em seu ambiente tecnológico. Exigem também que a licitante detenha conhecimento prático das tecnologias e arquiteturas aplicadas às soluções existentes na Emater-DF ou comprove experiência em tecnologias equivalentes ou compatíveis que estejam posicionadas entre as mais utilizadas atualmente.

22.30.4. A utilização de Acordos de Níveis de Serviços, aderência aos padrões de processo unificado, medições e outros, são necessários devido ao amadurecimento dos processos da Emater-DF os quais tendem a evoluir ainda mais neste padrão.

22.30.5. As exigências demonstram a necessidade da licitante dispor de experiência prática com a construção, implantação, administração e evolução de sistemas voltados para as áreas: tributária, contábil, finanças e orçamento público.

### 23. DA GARANTIA CONTRATUAL

23.1. Deverá ser apresentada garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da aquisição, que deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis, em uma das modalidades previstas no art. 64, do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da EMATER-DF, ou seja:

23.1.1. I - caução em dinheiro;

23.1.2. II - seguro-garantia, ou

23.1.3. III - fiança bancária.

#### 23.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

23.2.1. A Prestadora de Serviços deverá apresentar garantia de execução equivalente nos termos do Art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

23.2.2. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

23.3. Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a garantia prestada será liberada ou restituída à CONTRATADA.

### 24. AÇÕES PARA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO DE CONTRATO

#### 24.1. Transição Contratual

24.1.1. Trata-se do plano definindo as ações necessárias ao preparo da CONTRATADA para o início efetivo da operação.

24.1.2. O Plano de Transição será entregue pela CONTRATADA até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato, e deverá ser aprovada pela CONTRATANTE. No plano constará a estratégia e as ações para absorção dos conhecimentos técnicos necessários a respeito das especificidades do ambiente de trabalho e computacional da CONTRATANTE, bem como de suas normas de segurança, procedimentos da Área de Tecnologia, bases de dados e sistemas preexistentes que guardem relação direta ou indireta com os serviços de desenvolvimento a serem demandados à CONTRATADA, e outras informações pertinentes.

24.1.3. As ações definidas no Plano de Transição não poderão implicar em custos adicionais para a CONTRATANTE e deverão estar encerradas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, momento a partir do qual a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá entrar em execução plena.

#### 24.1.4. Reunião de Validação das Expectativas

24.1.5. Da mesma forma como ocorrido na iniciação da prestação de serviço, deverá ser realizada uma reunião com o objetivo de verificar se as expectativas do Contrato foram alcançadas, de identificar possíveis ocorrências não desejáveis e de consolidar lições aprendidas.

24.1.6. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor do Contrato e representante da equipe técnica da CONTRATANTE e, pela CONTRATADA, o Preposto e o Gerente de Projetos.

24.1.7. A reunião realizar-se-á em até 10 (dez) dias úteis antes da data de encerramento da vigência do Contrato, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato.

### 25. DA COTA RESERVADA

No presente caso, o objeto da contratação consiste na prestação de serviços especializados de desenvolvimento, manutenção e evolução de sistemas de informação sob o modelo de Fábrica de Software, envolvendo atividades contínuas, integradas e interdependentes, tais como levantamento de requisitos, análise e projeto de sistemas, desenvolvimento, testes, implantação, sustentação, manutenção evolutiva, corretiva e adaptativa de soluções de tecnologia da informação.

Esse modelo de contratação pressupõe governança técnica, metodológica e operacional unificada, com gestão centralizada das demandas, padronização dos processos de desenvolvimento, controle integrado de qualidade, gestão de configuração, rastreabilidade de requisitos, segurança da informação e utilização de métricas padronizadas de mensuração de esforço, como a Análise de Pontos de Função — IFPUG — e métricas complementares para requisitos não funcionais e itens não mensuráveis.

Embora a execução contratual ocorra por meio de Ordens de Serviço, tal característica não torna o objeto tecnicamente divisível para fins de reserva de cota, uma vez que as demandas compartilham a mesma arquitetura tecnológica, os mesmos padrões metodológicos, critérios de medição, governança técnica, base de conhecimento, controle de versionamento, ambiente computacional, regras de segurança da informação e responsabilidade única pela qualidade das entregas.

A eventual divisão do objeto para fins de reserva de cota poderia gerar fragmentação da execução contratual, multiplicação de interfaces de gestão, dificuldades de integração entre equipes, inconsistências metodológicas no desenvolvimento de software, divergências na aplicação da métrica de Pontos de Função, perda de padronização técnica e aumento significativo do risco operacional, comprometendo a eficiência, a qualidade, a rastreabilidade e a continuidade dos serviços prestados.

Além disso, a execução do objeto demanda elevado grau de especialização técnica, capacidade operacional estruturada e maturidade organizacional, incluindo processos de gestão de desenvolvimento de software, segurança da informação, gestão de serviços de TI, controle de qualidade, gestão de riscos, testes, implantação, sustentação e manutenção de sistemas institucionais críticos, características que exigem capacidade técnica, operacional e gerencial compatível com a criticidade, continuidade e integração dos serviços pretendidos.

Nesse contexto, a fragmentação da contratação poderia comprometer a governança do contrato e a gestão eficiente das demandas tecnológicas da instituição, em desacordo com os princípios da eficiência, economicidade, padronização, segurança e continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, considerando a natureza técnica, integrada e indivisível dos serviços de Fábrica de Software, bem como os riscos operacionais decorrentes da fragmentação da execução contratual, conclui-se que não se mostra tecnicamente viável a aplicação de reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso III, c/c art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, do art. 26 c/c art. 28, inciso I, da Lei Distrital nº 4.611/2011, e dos arts. 8º e 10, inciso I, do Decreto Distrital nº 35.592/2014.

Ressalta-se, contudo, que microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar normalmente do certame, desde que atendam aos requisitos técnicos e de qualificação exigidos para a execução do objeto, garantindo-se, assim, a observância dos princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 26. DA INAPLICABILIDADE DAS MARGENS DE PREFERÊNCIA PARA TECNOLOGIA NACIONAL

Foi avaliada a aplicabilidade das preferências previstas na Lei nº 8.248/1991 e no Decreto nº 7.174/2010. No caso concreto, o objeto consiste em serviços técnicos de Fábrica de Software sob demanda, executados por Ordens de Serviço, com desenvolvimento, manutenção, evolução de sistemas, projetos de IA e tratamento de dados, sem aquisição principal de bens de informática, hardware, software de prateleira, licenças autônomas ou produto acabado sujeito à comprovação de PPB ou tecnologia desenvolvida no País.

Considerando que as soluções serão desenvolvidas futuramente a partir de requisitos definidos pela EMATER-DF, não há produto específico previamente identificado sobre o qual se possa aferir objetivamente o enquadramento nas hipóteses de preferência previstas nos arts. 5º a 8º do Decreto nº 7.174/2010. Assim, conclui-se pela inaplicabilidade das margens de preferência para tecnologia nacional no presente certame.

## 27. SIGILO DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

27.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.

27.2. A CONTRATANTE, para todos os efeitos da aplicação da Lei nº. 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e regulamentos correlatos, é a única proprietária dos produtos entregues pela CONTRATADA.

27.3. A CONTRATADA e os profissionais por ela alocados na execução dos serviços transferem à CONTRATANTE, de forma incondicional, todos os direitos referentes à propriedade intelectual, direito patrimonial e autoral sobre todos os artefatos, procedimentos, roteiros de atendimento, documentos, modelos, páginas web, códigos-fonte e elementos de informação produzidos no âmbito do Contrato.

27.4. Todos os produtos e artefatos desenvolvidos pela CONTRATADA deverão ser entregues à CONTRATANTE, sendo vedada à CONTRATADA sua utilização, bem como a cessão dos produtos a terceiros, no todo ou em parte, de forma onerosa ou gratuita, ou a sua comercialização sob qualquer forma.

## 28. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

28.1. O licitante deverá apresentar, em papel timbrado, destinado ao nome da EMATER-DF, conforme disposto no ANEXO K - Modelo de planilha de custos e formação de preços, deste Termo, fazendo referência a esse edital, com identificação do signatário, incluindo cargo e telefone para contato, firma reconhecida e ainda documento que comprove que a pessoa que está assinando tem poderes para isso, salvo as de caráter técnico que se refiram aos certificados emitidos pelas empresas certificadoras

28.2. Todos os custos diretos e indiretos deverão estar inclusos no preço dos serviços, tais como fretes, passagens e diárias para configuração, treinamento e suporte técnico e demais custos necessários para a prestação dos serviços de acordo com o estabelecido neste Termo para a Emater-DF;

28.3. O critério de seleção utilizado será o de "Menor Preço", garantindo assim uma seleção mais eficiente e econômica para a Administração Pública.

## 29. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

29.1. A empresa contratada, para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, deverá informar à EMATER-DF, no ato da assinatura do contrato, o nome do preposto; o número do telefone fixo e/ou celular, o WhatsApp e e-mail para possíveis contatos, o qual ficará responsável pelo atendimento e consultoria aos representantes legais da EMATER-DF.

## 30. DA FRASEOLOGIA ANTICORRUPÇÃO

30.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do telefone: 0800-6449060 (Decreto Distrital nº 34.031, de 2012).

## 31. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – Sanções e Acordo de Nível de Serviços

ANEXO B – Tabelas de Penalidades

ANEXO C - Tabela de Desconformidades

ANEXO D - Relação das Práticas Específicas

ANEXO E – Relação de Sistemas

ANEXO F – Ambiente Computacional

ANEXO G - Modelos do termo de confidencialidade e sigilo da contratada

ANEXO H - Modelo de planilha de custos e formação de preços

ANEXO I – Roteiro de Métricas de Software

ANEXO J - Catálogo de Serviços de Inteligência Artificial

## ANEXO A - SANÇÕES E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

### 1. DEFINIÇÕES DOS CRITÉRIOS DE SANÇÕES

1.1. Com fundamento no art. 82 da Lei nº 13.303/2016 a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes sanções:

1.1.1. Advertência ou multa, conforme o Anexo B – Tabela de Penalidades deste Termo de Referência.

1.1.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o Valor Estimado da Contratação, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE para apresentação dos documentos solicitados referentes a Certificações e Atestados de Capacidade Técnica, ou outros documentos constantes do tópico “Requisitos Técnicos de Pessoal”. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos caracterizará a inexecução total da obrigação;

1.1.3. Multa de 1% (um por cento) sobre o Valor Estimado da Contratação, pela recusa da licitante adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato e/ou não apresentar a documentação exigida no Edital para sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, independentemente das demais sanções cabíveis;

1.1.4. Multa de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, sobre o Valor Estimado da Ordem de Serviço, pela recusa em corrigir qualquer objeto rejeitado ou com defeito, caracterizando-se a recusa caso a correção não se efetivar em 10 (dez) dias úteis, a partir do vencimento do prazo para ajustes dessas não-conformidades, previsto no item “Encaminhamento e Controle das Solicitações, Entrega, Avaliação e Recebimento”;

1.1.5. Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o Valor Estimado da Contratação, no caso de atraso na substituição de profissionais, cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, decorrente da execução do serviço, conforme definido no tópico “Obrigações da CONTRATADA”, até no máximo o 30º (trigésimo) dia. No caso de perdurar por prazo superior, o Contrato poderá ser rescindido, independentemente das demais sanções cabíveis;

1.1.6. Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o Valor Estimado da Contratação, pela execução parcial, total ou execução insatisfatória do contrato e pela

interrupção da execução do contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE, aplicada em dobro na sua reincidência, independentemente das demais sanções cabíveis;

1.1.7. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o Valor Estimado da Contratação, sendo deste valor, deduzido o(s) valor(es) referente(s) à(a) multa(s) moratória(s), no caso de rescisão do Contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

1.2. A multa poderá ser aplicada em dobro na reincidência.

1.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da notificação.

1.4. Se o valor da multa não for pago, será descontado da garantia de execução contratual.

1.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

1.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com o Estado, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

2. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

2.1. Os serviços deverão atender a níveis de qualidade e de cumprimento de prazos, estabelecidos pelos seguintes indicadores:

INDICADOR nº 1	Índice de Descumprimento de Cronograma (IDC)
Finalidade	Apurar se houve atraso em relação à data acordada para entrega das etapas de cada OS devidamente executada/entregue. É apurada a quantidade de dias entre a data planejada para entrega dos produtos de uma etapa e a data efetiva de seu recebimento provisório pela CONTRATANTE.
Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, no recebimento da etapa por parte da CONTRATADA com o auxílio do sistema de controle das OS.
Mecanismo de Cálculo	$IDC = QDANJ / PPE$ , onde QDANJ = Quantidade de Dias de Atraso Não Justificado; PPE = Prazo Planejado para a Etapa, em dias.
Periodicidade	No recebimento de cada etapa de uma determinada OS
Cobertura	Aplica-se às etapas de Levantamento de Requisitos; Análise, Projeto; Construção; Implantação; e Transferência de Conhecimento.
Descontos no Pagamento	IDC maior que 0 (zero) e menor ou igual a 0,05 (cinco centésimos): desconto = $(IDC / 5) * \text{valor da etapa do projeto}$ .
	IDC maior que 0,05 (cinco centésimos) e menor ou igual a 0,1 (um décimo): desconto = $(IDC / 4) * \text{valor da etapa do projeto}$ .
	IDC maior que 0,1 (um décimo) e menor ou igual a 0,2 (dois décimos): desconto = $(IDC / 3) * \text{valor da etapa do projeto}$ .
Sanções	IDC maior que 0,2 (dois décimos) e menor ou igual a 1 (um): multa = $(IDC / 2) * \text{valor da etapa do projeto}$ .
	IDC maior que 1 (um): caracteriza descumprimento total da obrigação, com a aplicação das penalidades previstas no contrato.

INDICADOR nº 2	Índice de Descumprimento de Prazo de Chamados Técnicos na Homologação (IDPCTH)
Finalidade	Apura se houve descumprimento dos prazos de atendimento dos chamados técnicos abertos durante a etapa de Homologação. É apurada, por Projeto, a média dos percentuais de atraso no atendimento aos chamados técnicos, em relação aos prazos estabelecidos no item CHAMADOS TÉCNICOS.
Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, no final da etapa de Homologação por meio do sistema de controle de chamados técnicos.
Mecanismo de Cálculo	$IDPCTH = (\sum (ACT / PCT)) / QCTA$ , onde ACT = atraso, em horas, de cada chamado técnico; PCT = prazo, em horas, para atendimento ao chamado técnico; $\sum (ACT/PCT)$ = somatório dos atrasos percentuais; QCTA = quantidade total de chamados atendidos fora do prazo.
Periodicidade	Na etapa de Homologação
Cobertura	Aplica-se à etapa de Homologação.
Descontos no Pagamento	IDPCTH maior que 0 (zero) e menor ou igual a 1 (um): desconto = $IDPCTH * \text{valor da etapa de Construção} * 0,02$ (dois centésimos), limitado ao valor da etapa de Construção.
Sanções	IDPCTH maior que 1 (um): desconto = $IDPCTH * \text{valor da etapa de Construção} * 0,03$ (três centésimos), limitado ao valor da etapa de Construção.

INDICADOR nº 3	Índice de Descumprimento de Prazo de Chamados Técnicos na Estabilização (IDPCTE)
Finalidade	Apura se houve descumprimento dos prazos de atendimento dos chamados técnicos abertos durante a etapa de Estabilização. É apurada, por Projeto, a média dos percentuais de atraso no atendimento aos chamados técnicos, em relação aos prazos estabelecidos no item CHAMADOS TÉCNICOS.

Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, durante a etapa de Estabilização por meio do sistema de controle de chamados técnicos.
Mecanismo de Cálculo	$IDPCTE = (\sum(ACT / PCT)) / QCTA$ , onde ACT = atraso, em horas, de cada chamado técnico; PCT = prazo, em horas, para atendimento ao chamado técnico; $\sum(ACT/PCT)$ = somatório dos atrasos percentuais; QCTA = quantidade total de chamados atendidos fora do prazo.
Periodicidade	Mensal
Cobertura	Aplica-se à etapa de Estabilização.
Descontos no Pagamento	IDPCTE maior que 0 (zero) e menor ou igual a 1 (um): desconto = IDPCTE * valor da etapa de Construção * 0,03 (três centésimos), limitado ao valor da etapa de Construção.
Sanções	IDPCTE maior que 1 (um): desconto = IDPCTE * valor da etapa de Construção * 0,04 (quatro centésimos), limitado ao valor da etapa de Construção.

<b>INDICADOR nº 4</b>	<b>Índice de Desconformidade de Qualidade Funcional na Homologação (IDQFH)</b>
Finalidade	Apura a taxa de defeitos/erros identificados durante a etapa de Homologação em função do tamanho do Projeto em Pontos de Função.
Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, no final da etapa por meio do sistema de controle de chamados técnicos.
Mecanismo de Cálculo	$IDQFH = QDI / TPFB$ , onde QDI = Quantidade de Defeitos/Erros Identificados na Homologação; TPFB = Total de Pontos de Função Brutos do Projeto.
Periodicidade	No recebimento da Etapa de Homologação.
Cobertura	Aplica-se à etapa de Homologação
Descontos no Pagamento	IDQFH maior que 0 (zero) e menor ou igual a 0,1 (um décimo): desconto = IDQFH * valor da etapa de Construção * 0,2 (dois décimos), limitado ao valor da etapa de Construção.
Sanções	IDQFH maior que 0,1 (um décimo): multa = IDQFH * valor da etapa de Construção * 0,3 (três décimos), limitado ao valor da etapa de Construção.

<b>INDICADOR nº 5</b>	<b>Índice de Desconformidade de Qualidade Funcional na Estabilização (IDQFE)</b>
Finalidade	Apura a taxa de defeitos/erros identificados durante a etapa de Estabilização em função do tamanho do Projeto em Pontos de Função.
Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, durante a etapa de Estabilização, por meio do sistema de controle de chamados técnicos.
Mecanismo de Cálculo	$IDQFE = QDI / TPFB$ , onde QDI = Quantidade Defeitos/Erros Identificados no mês; TPFB = Total de Pontos de Função Brutos do Projeto.
Periodicidade	Mensal
Cobertura	Aplica-se à etapa de Estabilização.
Descontos no Pagamento	IDQFE maior que 0 (zero) e menor ou igual a 0,1 (um décimo): desconto = IDQFE * valor da etapa de Construção * 0,3 (três décimos), limitado ao valor da etapa de Construção.
Sanções	IDQFE maior que 0,1 (um décimo): multa = IDQFE * valor da etapa de Construção * 0,4 (quatro décimos), limitado ao valor da etapa de Construção.

<b>INDICADOR nº 6</b>	<b>Índice de Desconformidade de Qualidade de Produto (IDQP)</b>
Finalidade	Apura a taxa de não conformidades identificada nos produtos de uma determinada etapa, considerando, no mínimo, a Tabela de Desconformidades – Anexo C, bem como outras não conformidades, por exemplo, definidas pelo SEI ou MPS-Br. Esta tabela constitui-se de uma lista de verificação dos requisitos mínimos de aceitação de cada produto, atribuindo-se um grau de severidade para cada item.  As graduações de severidade são: Baixa (peso 1); Média (peso 2); e Alta (peso 3).
Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, através da avaliação dos produtos de cada etapa do Projeto.

Mecanismo de Cálculo	$IDQP = ((QDIB * 1) + (QDIM * 2) + (QDIA * 3)) / (PPE * TPFB)$ , onde QDIB = Quantidade de Desconformidades Identificadas de Severidade Baixa; QDIM = Quantidade de Desconformidades Identificadas de Severidade Média; QDIA = Quantidade de Desconformidades Identificadas de Severidade Alta; PPE = Percentual do Pagamento da Etapa; TPFB = Total de Pontos de Função Brutos do Projeto.
Periodicidade	No recebimento de cada etapa
Cobertura	Aplica-se a todas as etapas de um Projeto
Descontos no Pagamento	IDQP maior que 0 (zero) e menor ou igual a 2 (dois): desconto = IDQP * valor da etapa * 0,05 (cinco centésimos), limitado ao valor da etapa.
Sanções	IDQP maior que 2 (dois): multa = IDQP * valor da etapa * 0,06 (seis centésimos), limitado ao valor da etapa.

<b>INDICADOR nº 7</b>	<b>Índice de Reincidência de Desconformidade (IRD)</b>
Finalidade	Mede a quantidade de vezes que uma desconformidade previamente identificada e reportada à CONTRATADA, volta a ocorrer após sua alegada correção.
Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, através da avaliação dos artefatos de cada etapa do Projeto.
Mecanismo de Cálculo	$IRD = ((QRB * 1) + (QRM * 2) + (QRA * 3)) / (PPE * TPFB)$ , onde QRB = Quantidade de Reincidências de Severidade Baixa; QRM = Quantidade de Reincidências de Severidade Média; QRA = Quantidade de Reincidências de Severidade Alta; PPE = Percentual do Pagamento da Etapa; TPFB = Total de Pontos de Função Brutos do Projeto.
Periodicidade	No recebimento de cada etapa
Cobertura	Aplica-se a todas as etapas de um Projeto
Descontos no Pagamento	IRD maior que 0 (zero) e menor ou igual a 2 (dois): desconto = IRD * valor da etapa * 0,05 (cinco centésimos), limitado ao valor da etapa.
Sanções	IRD maior que 2 (dois): multa = IRD * valor da etapa * 0,06 (seis centésimos), limitado ao valor da etapa.

<b>INDICADOR nº 8</b>	<b>Índice de Reincidência de Erros/Defeitos na Homologação (IREH)</b>
Finalidade	Mede a quantidade de vezes que um erro de desenvolvimento previamente identificado e reportado à CONTRATADA, na etapa de Homologação, volta a ocorrer após sua alegada correção.
Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, por meio do sistema de controle de chamados técnicos.
Mecanismo de Cálculo	$IREH = QREH / TPFB$ , onde QREH = Quantidade de Reincidências de Erros na Homologação; TPFB = Total de Pontos de Função Brutos do Projeto.
Periodicidade	Na etapa de Homologação.
Cobertura	Aplica-se à etapa de Homologação.
Descontos no Pagamento	IREH maior que 0 (zero) e menor ou igual a 0,1 (um décimo): desconto = IREH * valor da etapa de Construção * 0,2 (dois décimos), limitado ao valor da etapa de Construção.
Sanções	IREH maior que 0,1 (um décimo): multa = IREH * valor da etapa de Construção * 0,3 (três décimos), limitado ao valor da etapa de Construção.

<b>INDICADOR nº 9</b>	<b>Índice de Reincidência de Erros/Defeitos na Estabilização (IREE)</b>
Finalidade	Mede a quantidade de vezes que um erro de desenvolvimento previamente identificado e reportado à CONTRATADA, volta a ocorrer após sua alegada correção.
Aferição	Pelo Líder Técnico do Projeto, por meio do sistema de controle de chamados técnicos.
Mecanismo de Cálculo	$IREE = QREE / TPFB$ , onde QREE = Quantidade de Reincidências de Erros na Estabilização; TPFB = Total de PoA Prestadora deverá apresentar ainda <b>Atestados de Capacidade Técnica</b> fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem que a licitante executou ou está executando, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, sítios ou portais, no modelo de Fábrica de Software, através de metodologia baseada no <i>Rational Unified Process</i> (RUP) contemplando todas as fases do ciclo de desenvolvimento de software, em volume igual ou superior a 150 (cento e cinquenta) Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses de Função Brutos do Projeto.
Periodicidade	Mensal
Cobertura	Aplica-se à etapa de Estabilização.

Descontos no Pagamento	IREE maior que 0 (zero) e menor ou igual a 0,1 (um décimo): desconto = $\text{IREE} \times \text{valor da etapa de Construção} \times 0,3$ (três décimos), limitado ao valor da etapa de Construção.
Sanções	IREE maior que 0,1 (um décimo): multa = $\text{IREE} \times \text{valor da etapa de Construção} \times 0,4$ (quatro décimos), limitado ao valor da etapa de Construção.

#### ANEXO B – TABELAS DE PENALIDADES

Nº	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	PENALIDADE
1	Descumprir item contratual	Por ocorrência	Advertência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, sem comunicação formal à Contratante	Por ocorrência	Multa de 0,5% sobre o valor da etapa do projeto
3	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	Por ocorrência	Multa de 0,5% sobre o valor da etapa do projeto
4	Acumular 3 (três) advertências	Por ocorrência	Multa de 0,5% sobre o valor médio da etapa dos projetos envolvidos
5	Deixar de substituir empregado conforme dispõem exigências estabelecidas no Termo de Referência	Por dia	Multa de 0,1% sobre o valor da etapa do projeto
6	Índice de Descumprimento de Cronograma - IDC maior que 0 (zero) e menor ou igual a 0,03	Por etapa do projeto	Advertência
7	Índice de Descumprimento de Cronograma - IDC maior que 0,03	Por etapa do projeto	Multa de $((\text{IDC} / 3) \times \text{valor da etapa do projeto})$ , limitado ao valor da etapa
8	Índice de Descumprimento de Prazo de Chamados Técnicos - IDPCTE maior que 0,03 e menor ou igual a 0,05	Por etapa do projeto	Advertência
9	Índice de Descumprimento de Prazo de Chamados Técnicos - IDPCTE maior que 0,05 e menor ou igual a 0,15	Por etapa do projeto	Multa de 2% sobre o valor da etapa do projeto
10	Índice de Descumprimento de Prazo de Chamados Técnicos - IDPCTE maior que 0,15	Por etapa do projeto	Multa de 5% sobre o valor da etapa do projeto
11	Índice de Descumprimento de Prazo de Chamados Técnicos - IDPCTM maior que 0,1 e menor ou igual a 0,3	Por aferição	Advertência
12	Índice de Descumprimento de Prazo de Chamados Técnicos - IDPCTM maior que 0,3	Por aferição	Multa de 2% sobre o valor da etapa de Estabilização do projeto
13	Índice de Desconformidade de Qualidade Funcional - IDQF maior que 0,05 e menor ou igual a 0,1	Por etapa	Advertência
14	Índice de Desconformidade de Qualidade Funcional - IDQF maior que 0,1 e menor ou igual a 0,2	Por etapa	Multa de 2% sobre o valor da etapa do projeto
15	Índice de Desconformidade de Qualidade Funcional - IDQF maior que 0,2	Por etapa	Multa de 5% sobre o valor da etapa do projeto
16	Índice de Desconformidade de Qualidade de Produto - IDQP maior que 0,3 e menor ou igual a 0,5	Por etapa	Advertência
17	Índice de Desconformidade de Qualidade de Produto - IDQP maior que 0,5	Por etapa	Multa de 2% sobre o valor da etapa do projeto

#### PENALIDADES PARA PROJETOS DE IA - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Nº	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	PENALIDADE
----	-----------	------------	------------

18	Descumprimento da taxa máxima de alucinação	Caso a taxa de alucinação registrada exceda o limite máximo estabelecido no SLA, será aplicada multa de	2% (dois por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço correspondente ao serviço afetado.
19	Dataset inadequado	Caso o dataset entregue apresente inconsistências que comprometam a execução do modelo ou o cumprimento dos requisitos técnicos definidos	2% (dois por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço correspondente ao serviço afetado.
20	Descumprimento de latência mínima	Caso o tempo médio exceda os limites definidos	2% sobre o valor da OS afetada.
21	Taxa de recuperação RAG	Recuperação relevante inferior ao limite	Multa de 2% sobre o valor da OS

ANEXO C - TABELA DE DESCONFORMIDADES

1.1 Artefato: Documento de Definição de Requisitos			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Escopo	Escopo impreciso do sistema.	Alta	Alta
2. Glossário	Existência de conceitos imprecisos, redundantes ou incoerentes.	Alta	Alta
1.2 Artefato: Regras de Negócio			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Formalismo	Linguagem não natural, incompreensível para o usuário.	Média	Alta
	Linguagem imprecisa.	Média	Alta
2. Coerência	Regras de Negócio conflitantes ou incoerentes.	Média	Alta
1.3 Artefato: Protótipo Não Funcional			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Completude	Ausência de algum processo de negócio presente no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Interface incompatível com os processos de negócio definidos no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
3. Interface	Não aderência ao padrão de interface definido pela Contratante.	Alta	Alta
1.4 Artefato: Modelo Conceitual de Dados			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Completude	Ausência de alguma entidade ou atributo presente no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Modelo Conceitual de Dados incompatível com as entidades e atributos presentes no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
1.5 Artefato: Planilha de Contagem de Pontos de Função			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Completude	Ausência de algum Arquivo Lógico Interno, Arquivo de Interface Externa ou outra Entidade prevista pelo Documento de Requisitos.	Alta	Alta



	Ausência de alguma Entrada Externa, Saída Externa Consulta Externa ou outra Transação prevista pelo Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Não aderência aos padrões e normas do SISP	Alta	Alta
<b>2.1 Artefato: Casos de Uso</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum processo de negócio presente no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Existência de Caso de Uso incompatível com os processos de negócio definidos no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
<b>2.2 Artefato: Regras de Apresentação</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de alguma Regra de Apresentação prevista nos processos de negócio presentes no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Existência de Regra de Apresentação incompatível com os processos de negócio definidos no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
<b>2.3 Artefato: Protótipo Não Funcional Navegável</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum processo de negócio presente no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Interface incompatível com os processos de negócio definidos no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
	Navegação incompatível com os processos de	Alta	Alta
	negócio definidos no Documento de Requisitos.		
3. Interface	Não aderência ao padrão de interface definido pela Contratante.	Alta	Alta
<b>2.4 Artefato: Modelo Lógico de Dados</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de alguma entidade ou atributo presente no Modelo Conceitual de Dados.	Alta	Alta
2. Adequação	Modelo Lógico de Dados incompatível com o Modelo Conceitual de Dados.	Alta	Alta
<b>3.1 Artefato: Diagrama de Classes do Projeto</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de alguma entidade ou atributo presente no Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Diagrama de Classes incompatível com o Documento de Requisitos.	Alta	Alta
3. Padrões	Não aplicação de Design Pattern, quando este era indicado, exceto quando justificado e com prévia aprovação da Contratante.	Alta	Alta
<b>3.2 Artefato: Modelo de Interação</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum Caso de Uso previsto no artefato Casos de Uso.	Alta	Alta
2. Adequação	Modelo de Interação incompatível com o artefato Casos de Uso.	Alta	Alta
<b>3.3 Artefato: Documento de Arquitetura</b>			

Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Completude	Ausência de alguma definição de arquitetura essencial para a implementação adequada do sistema.	Alta	Alta
2. Adequação	Documento de Arquitetura incompatível com os demais artefatos do projeto.	Alta	Alta
<b>3.4 Artefato: Protótipo para Prova de Conceito</b>			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Completude	Ausência de algum fluxo definido no Modelo de Interação.	Alta	Alta
2. Adequação	Interface incompatível com o Modelo de Interação.	Alta	Alta
	Navegação incompatível com o Modelo de Interação.	Alta	Alta
3. Interface	Não aderência ao padrão de interface definido pela Contratante.	Alta	Alta
4. Acessibilidade	Não atendimento às normas de acessibilidade do e-MAG.	Alta	Alta
5. Autenticação	Não atendimento aos padrões de autenticação de usuário definidos pela Contratante.	Alta	Alta
<b>3.5 Artefato: Modelo Físico de Dados</b>			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Completude	Ausência de alguma entidade ou atributo presente no Modelo Lógico de Dados.	Alta	Alta
2. Adequação	Modelo Físico de Dados incompatível com o Modelo Lógico de Dados.	Alta	Alta
3. Regras de Negócio	Implementação de Regras de Negócio no Banco de Dados.	Alta	Alta
4. Redundância	Existência de dados redundantes, exceto quando indicado tecnicamente e previamente autorizado pela Contratante.	Alta	Alta
<b>3.6 Artefato: Planilha de Contagem de Pontos de Função – Primeira Revisão e Atualização</b>			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Completude	Ausência de algum Arquivo Lógico Interno, Arquivo de Interface Externa ou outra Entidade prevista pelo Documento de Requisitos.	Alta	Alta
	Ausência de alguma Entrada Externa, Saída Externa Consulta Externa ou outra Transação prevista pelo Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Não aderência aos padrões e normas do SISP	Alta	Alta
<b>4.1 Artefato: Código-Fonte</b>			
Item	Desconformidade	Severidade	Reincidência
1. Conversão	Falha de conversão.	Média	Alta
2. Precisão	Perda de precisão.	Média	Alta
3. Exceções	Exceções e erros de execução tratados incorretamente.	Média	Alta
4. Dados	Dados inicializados incorretamente.	Média	Alta
	Dados acessados ou armazenados incorretamente.	Média	Alta
5. Dimensão	Dados dimensionados incorretamente	Média	Alta
6. Tipo	Tipo de variável incorreta	Média	Alta
7. Biblioteca	Utilização de biblioteca e/ou componentes não homologados pela Contratante	Alta	Alta
8. Nomenclatura	Nomes de classes ou variáveis fora dos padrões definidos.	Baixa	Média
9. Encapsulamento	Existência de atributos visíveis fora de suas classes.	Alta	Alta
10. Segurança	Existência de vulnerabilidades ou falhas de segurança.	Alta	Alta
11. Classes obsoletas	Utilização de classes obsoletas ( <i>deprecated</i> )	Alta	Alta
12. Formatação	Formatação de código fora dos padrões definidos	Baixa	Média

13. Documentação	Ausência, insuficiência ou documentação fora dos padrões Javadoc.	Alta	Alta
	Ausência, insuficiência ou documentação incorreta de algoritmos, variáveis e de outros elementos necessários ao entendimento do código.	Alta	Alta
<b>4.2 Artefato: Classes de Testes Unitários</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de alguma classe especificada no Diagrama de Classes do Projeto.	Alta	Alta
<b>4.3 Artefato: Roteiros de Teste Funcional</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum fluxo definido no Modelo de Interação.	Alta	Alta
<b>4.4 Artefato: Scripts de Carga de Dados</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de alguma entidade ou atributo presente nos Modelos Lógico e/ou Físico de Dados.	Alta	Alta
2. Regras de Negócio	Script incompatível com alguma Regra de Negócio do sistema.	Alta	Alta
3. Banco de Dados	Script incompatível com o banco de dados utilizado.	Alta	Alta
4. Correção	Outros erros no script.	Alta	Alta
<b>4.5 Artefato: Plano de Implantação</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum elemento essencial à implantação do sistema.	Alta	Alta
2. Adequação	Plano de Implantação incompatível com o ambiente de produção.	Alta	Alta
<b>4.6 Artefato: Help On-line</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum fluxo definido no Modelo de Interação.	Média	Alta
2. Interface	Interface do Help On-line incompatível com a Interface do Sistema.	Baixa	Média
3. Hyperlink	Existência de "hyperlinks" direcionando para endereços ou páginas incorretas, inexistentes ou em construção.	Média	Alta
<b>4.7 Artefato: Manual do Usuário</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum fluxo definido no Modelo de Interação.	Média	Alta
2. Interface	Manual do Usuário incompatível com a interface do sistema.	Baixa	Média
<b>4.8 Artefato: Planilha de Contagem de Pontos de Função – Segunda Revisão e Atualização</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum Arquivo Lógico Interno, Arquivo de Interface Externa ou outra Entidade prevista pelo Documento de Requisitos.	Alta	Alta
	Ausência de alguma Entrada Externa, Saída Externa Consulta Externa ou outra Transação prevista pelo Documento de Requisitos.	Alta	Alta
2. Adequação	Não aderência aos padrões e normas do SISP	Alta	Alta
<b>5.1 Artefato: Relatório de Solução de Ocorrências</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de alguma ocorrência registrada no sistema de controle de ocorrências.	Alta	Alta
<b>5.2 Artefato: Termo de Homologação</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>

1. Completude	Ausência de algum fluxo definido no Modelo de Interação.	Alta	Alta
<b>6.1 Artefato: Relatório de Implantação</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Correção	Informações incorretas no relatório.	Média	Alta
<b>6.2 Artefato: Manual de Instalação/Operação</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum elemento essencial à instalação/produção do sistema.	Alta	Alta
2. Adequação	Incompatibilidade com o ambiente de produção.	Alta	Alta
<b>7.1 Artefato: Relatório de Transferência de Conhecimentos</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum elemento essencial à absorção e manutenção do sistema.	Alta	Alta
<b>8.1 Artefato: Plano de Manutenção</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Completude	Ausência de algum elemento essencial à manutenção do sistema.	Alta	Alta
<b>8.2 Artefato: Relatório de Solução de Ocorrências</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Correção	Informações incorretas no relatório.	Média	Alta
<b>9.1 Artefato: Todos os Artefatos</b>			
<b>Item</b>	<b>Desconformidade</b>	<b>Severidade</b>	<b>Reincidência</b>
1. Padrão	Artefato fora do padrão estabelecido pela Contratante.	Média	Alta
2. Ortografia	Erro de escrita	Baixa	Baixa
3. Localização	Artefato não armazenado na ferramenta de gerência de configuração (SVN).	Média	Alta
4. Identificação	Artefato identificado incorretamente.	Baixa	Média
5. Clareza	Artefato redigido de forma imprecisa, gerando falhas de entendimento e permitindo interpretação múltipla.	Média	Alta
6. Completude	Ausência de algum elemento essencial ao artefato.	Média	Alta

#### ANEXO D - RELAÇÃO DAS PRÁTICAS ESPECÍFICAS

#### COMPROVAÇÃO DE QUE FORAM EFETIVAMENTE UTILIZADAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES NOS ATESTADOS APRESENTADOS

##### 1. ÁREA DE ENGENHARIA DE SOFTWARE

##### PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE REQUISITOS:

##### 2. PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Levantar necessidades das partes interessadas, suas expectativas, restrições e interfaces para todas as fases do ciclo de vida do produto.
- Transformar as necessidades, expectativas, restrições e interfaces das partes interessadas em requisitos de cliente.
- Estabelecer e manter os requisitos de produto e de componente de produto, com base nos requisitos de cliente.
- Alocar os requisitos a cada componente de produto.
- Identificar requisitos de interface.
- Estabelecer e manter conceitos operacionais e cenários associados.
- Estabelecer e manter uma definição da funcionalidade requerida.
- Validar os requisitos para assegurar que o produto resultante irá funcionar como pretendido no ambiente do usuário.

##### 2.1 PROCESSO DE GESTÃO DE REQUISITOS:

##### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Trabalhar com os provedores de requisitos para obter um melhor entendimento do significado dos requisitos.
- Obter comprometimento dos participantes do projeto com os requisitos.
- Gerenciar mudanças nos requisitos à medida que evoluem durante o projeto.

- Manter a rastreabilidade bidirecional dos requisitos e produtos de trabalho.
- Identificar inconsistências entre os planos de projeto, produtos de trabalho e requisitos.

## 2.2 PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE PRODUTO:

### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Determinar a sequência de integração dos componentes do produto.
- Estabelecer e manter o ambiente necessário para dar suporte à integração dos componentes do produto.
- Estabelecer e manter procedimentos e critérios para integração dos componentes do produto.
- Revisar as descrições das interfaces visando assegurar cobertura e completude.
- Gerenciar as definições, designs e mudanças das interfaces internas e externas entre produtos e componentes do produto.
- Confirmar, antes da montagem, se cada componente de produto necessário foi identificado corretamente, se funciona de acordo com a sua descrição e se as interfaces estão em conformidade com suas descrições.
- Montar os componentes do produto de acordo com a sequência de integração e com procedimentos disponíveis.
- Avaliar os componentes de produto montados quanto à compatibilidade de interface.
- Empacotar o produto ou o componente de produto e entregá-lo ao cliente.

## 2.3 PROCESSO DE SOLUÇÃO TÉCNICA:

### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Desenvolver soluções alternativas e critérios de seleção.
- Selecionar soluções associadas a componentes de produto que melhor satisfazem aos critérios estabelecidos.
- Desenvolver um design para o produto ou componente de produto.
- Estabelecer e manter um pacote de dados técnicos.
- Projetar as interfaces dos componentes do produto a partir dos critérios estabelecidos e mantidos.
- Avaliar se os componentes do produto devem ser desenvolvidos, comprados ou reusados, com base em critérios estabelecidos.
- Implementar os designs dos componentes de produto.
- Elaborar e manter a documentação para o usuário final.

## 2.4 PROCESSO DE VALIDAÇÃO:

### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Selecionar os produtos e componentes de produto a serem validados e os métodos de validação a serem utilizados para cada um.
- Estabelecer e manter o ambiente necessário para a validação.
- Estabelecer e manter procedimentos e critérios de validação.
- Realizar a validação dos produtos e componentes de produto selecionados.
- Analisar os resultados das atividades de validação.

## 2.5 PROCESSO DE VERIFICAÇÃO:

### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Selecionar os produtos de trabalho a serem verificados e os métodos de verificação a serem utilizados para cada um.
- Estabelecer e manter o ambiente necessário para dar suporte à verificação.
- Estabelecer e manter procedimentos e critérios de verificação para os produtos de trabalho selecionados.
- Preparar-se para a revisão por pares dos produtos de trabalho selecionados.
- Conduzir a revisão por pares nos produtos de trabalho selecionados e identificar as questões críticas resultantes.
- Analisar dados sobre preparação, condução e resultados de revisão por pares.
- Realizar a verificação nos produtos de trabalho selecionados.
- Analisar os resultados de todas as atividades de verificação.

## 3. ÁREA DE GESTÃO DE PROJETO:

### 3.1 PROCESSO DE GESTÃO INTEGRADA DE PROJETO:

#### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Estabelecer e manter o processo definido para o projeto desde o *Startup* até o fim do projeto.
- Utilizar os ativos de processo e o repositório de medições da Organização para estimar e planejar as atividades do projeto.
- Estabelecer e manter o ambiente de trabalho do projeto com base Nos padrões de ambiente de trabalho da organização.
- Integrar o plano do projeto com os outros planos que afetam o Projeto de forma alinhada ao processo definido para o projeto.
- Gerenciar o projeto utilizando o plano de projeto, outros planos que afetam o projeto e o processo definido para o projeto.
- Contribuir com produtos de trabalho, medidas e experiências documentadas para os ativos de processo da organização.
- Gerenciar o envolvimento das partes interessadas relevantes no projeto.
- Participar, com as partes interessadas relevantes, da identificação, negociação e acompanhamento de dependências críticas.
- Solucionar questões críticas de coordenação com as partes interessadas relevantes.
- Estabelecer e manter uma visão compartilhada para o projeto
- Estabelecer e manter a estrutura da equipe integrada para o projeto.
- Alocar requisitos, responsabilidades, tarefas e interfaces às equipes na estrutura da equipe integrada.
- Estabelecer e manter equipes integradas na estrutura.
- Assegurar a colaboração de equipes que interagem entre si.

### 3.2 PROCESSO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETO:

#### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Monitorar os valores reais dos parâmetros de planejamento de projeto em relação ao plano de projeto.
- Monitorar os compromissos com relação aos identificados no plano de projeto.
- Monitorar os riscos em relação àqueles identificados no plano de projeto.
- Monitorar a gestão de dados do projeto com relação ao plano de projeto.
- Monitorar o envolvimento das partes interessadas em relação ao plano de projeto.
- Revisar periodicamente o progresso, o desempenho e as questões críticas do projeto.
- Revisar, em marcos selecionados do projeto, as realizações e os resultados obtidos.
- Identificar e analisar questões críticas e determinar ações corretivas necessárias para tratá-las.
- Implementar ações corretivas para tratar as questões críticas identificadas.
- Gerenciar ações corretivas até sua conclusão.

### 3.3 PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE PROJETO:

#### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Estabelecer uma estrutura analítica de projeto (*work breakdown structure* – WBS) de alto nível para estimar o escopo do projeto.
- Estabelecer e manter estimativas para atributos de produtos de trabalho e de tarefas.
- Definir fases do ciclo de vida do projeto para fins de planejamento.
- Estimar custo e esforço do projeto para os produtos de trabalho e tarefas com base no raciocínio utilizado na estimativa.
- Estabelecer e manter o orçamento e o cronograma do projeto.

- Identificar e analisar riscos do projeto.
- Planejar a gestão de dados do projeto.
- Planejar os recursos necessários para execução do projeto.
- Planejar habilidades e conhecimento necessários para a execução do projeto.
- Planejar o envolvimento das partes interessadas identificadas.
- Estabelecer e manter o plano global do projeto.
- Revisar todos os planos que afetam o projeto para entender os compromissos do projeto.
- Conciliar o plano do projeto com os recursos estimados e disponíveis.
- Obter o comprometimento das partes interessadas relevantes responsáveis pela execução e apoio à execução do plano.

#### 3.4. PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS:

##### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Determinar as fontes e as categorias de riscos.
- Definir os parâmetros utilizados para analisar e categorizar os riscos, e para controlar a atividade de gestão de riscos.
- Estabelecer e manter a estratégia a ser utilizada para gestão de riscos.
- Identificar e documentar os riscos.
- Avaliar e categorizar cada risco identificado utilizando as categorias e os parâmetros definidos para riscos, e determinar suas prioridades relativas.
- Elaborar um plano de mitigação de riscos para os riscos mais relevantes do projeto, conforme definido pela estratégia para gestão de riscos.
- Monitorar periodicamente o status de cada risco e executar o plano de mitigação quando apropriado.

#### 4. ÁREA DE GESTÃO DE PROCESSO:

##### 4.1 PROCESSO DE DEFINIÇÃO DOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO:

###### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Estabelecer e manter o conjunto de processos-padrão da organização.
- Estabelecer e manter as descrições dos modelos de ciclo de vida aprovados para uso na organização.
- Estabelecer e manter os critérios e as diretrizes para adaptação do conjunto de processos-padrão da organização.
- Estabelecer e manter o repositório de medições da organização.
- Estabelecer e manter a biblioteca de ativos de processo da organização.
- Estabelecer e manter padrões de ambiente de trabalho.
- Estabelecer e manter mecanismos de delegação de autoridade para permitir tomada de decisão em tempo hábil.
- Estabelecer e manter regras e diretrizes organizacionais para estruturar e formar equipes integradas.
- Estabelecer e manter diretrizes organizacionais para auxiliar os membros das equipes a balancear as responsabilidades de suas equipes com as responsabilidades das unidades de origem.

##### 4.2 PROCESSO DE FOCO NOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO:

###### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Estabelecer e manter a descrição das necessidades e dos objetivos de processo da organização.
- Avaliar os processos da organização periodicamente, e conforme necessário, para conhecer seus pontos fortes e pontos fracos.
- Identificar melhorias para os processos e ativos de processo da organização.
- Estabelecer e manter planos de ação de processo para promover melhorias nos processos e ativos de processo da organização.
- Implementar planos de ação de processo.
- Implantar ativos de processo na organização.
- Implantar o conjunto de processos-padrão nos projetos desde o startup e implementar mudanças nesses processos ao longo do ciclo de vida de cada projeto conforme apropriado.
- Monitorar a implementação do conjunto de processos-padrão da organização e o uso dos ativos de processo em todos os projetos.
- Incorporar, nos ativos de processo da organização, os produtos de trabalho, as medidas e as informações para melhoria relacionados a processo que foram derivados do planejamento e da execução dos processos.

##### 4.3 PROCESSO DE TREINAMENTO NA ORGANIZAÇÃO:

###### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Estabelecer e manter as necessidades estratégicas de treinamento da organização.
- Identificar quais necessidades de treinamento são de responsabilidade da organização e quais devem ser atribuídas a cada projeto ou grupo de suporte.
- Estabelecer e manter um plano tático de treinamento na organização.
- Estabelecer e manter a capacidade de treinamento para tratar as necessidades de treinamento na organização.
- Fornecer os treinamentos de acordo com o plano tático de treinamento na organização.
- Estabelecer e manter registros dos treinamentos na organização.
- Avaliar a eficácia do programa de treinamento da organização.

#### 5. ÁREA DE SUPORTE:

##### 5.1 PROCESSO DE GESTÃO DE CONFIGURAÇÃO:

###### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Identificar os itens de configuração, componentes e produtos de trabalho relacionados a serem colocados sob gestão de configuração.
- Estabelecer e manter um sistema de gestão de configuração e de gestão de mudanças para controlar os produtos de trabalho.
- Criar ou liberar *baselines* para uso interno e para entrega ao cliente.
- Acompanhar as solicitações de mudança dos itens de configuração.
- Controlar mudanças nos itens de configuração.
- Estabelecer e manter registros que descrevem os itens de configuração.
- Executar auditorias de configuração para manter a integridade dos *baselines*.

##### 5.2 PROCESSO DE MEDIÇÃO E ANÁLISE:

###### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Estabelecer e manter objetivos de medição derivados de necessidades de informação e objetivos identificados.
- Especificar medidas para satisfazer aos objetivos de medição.
- Especificar como os dados resultantes de medição são obtidos e armazenados.
- Especificar como os dados resultantes de medição são analisados e comunicados.
- Obter dados resultantes de medição especificados.
- Analisar e interpretar dados resultantes de medição.
- Gerenciar e armazenar dados resultantes de medição, especificações de medição e resultados de análise.
- Relatar resultados das atividades de medição e análise para todas as partes interessadas relevantes.

##### 5.3 PROCESSO GARANTIA DE QUALIDADE DE PROCESSO E PRODUTO:

###### PRÁTICAS ESPECÍFICAS:

- Avaliar objetivamente os processos selecionados em relação às descrições de processo, padrões e procedimentos aplicáveis.
- Avaliar objetivamente os produtos de trabalho e serviços escolhidos com relação à descrição do processo, padrões e procedimentos aplicáveis.
- Comunicar as questões críticas relativas à qualidade e assegurar a solução de não conformidades com a equipe e com os gerentes.
- Estabelecer e manter registros das atividades de garantia da qualidade.

#### ANEXO E - RELAÇÃO DE SISTEMAS

1. A relação de sistemas da Emater-DF, a seguir apresentada, não se esgota, considerando que alguns sistemas que estão em desenvolvimento poderão vir a ser incluídos.

SIGLA	NOME	Descrição/Finalidade	Tecnologia
EmaterWeb	Sistema de Gestão e Atendimento de Ater	Principal sistema de Emprsa, possui vários módulos que tem a finalidade de cadastro e gestão dos produtores rurais, propriedades rurais, produção, atendimentos ao produtor, bem como módulos de gestão dos funcionários e colaboradores da Emater-DF	PHP/Formdin
App Emater-DF	AppEmater-DF	Aplicativo para dispositivos móveis que permite a divulgação de informações relevantes aos produtores rurais como agenda de eventos, cadastro de produtores, disponibilização de documentos como a carteira do produtor on-line	JAVA
Gestão EMATER	Gestão Emater	Plataforma de BI (Bussiness Inteligence), desenvolvida com a finalidade de apresentar relatórios e dashboards extraídos do sistema EmaterWeb para auxiliar na tomada de decisão e direcionamento de esforços e políticas públicas de ATER	Phyton e Angular JS
Põe Na Cesta	Põe Na Cesta	Plataforma de Marketplace onde os produtores podem ofertar seus produtos e os consumidores podem pesquisar e obter dados de contato dos produtores para adquirir insumos e produtos ofertados na plataforma.	JAVA
CONAD	Consulta a Atos Normativos	Sistema com a finalidade de cadastro, atualização e consulta de documentos e informações normativas	JAVA

#### ANEXO F - AMBIENTE COMPUTACIONAL DA EMATER-DF

1. O ambiente computacional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF - EMATER-DF , as suas tecnologias e ferramentas são apresentados a seguir. A lista pode sofrer alterações ao longo da execução contratual, com a inclusão ou exclusão de itens.

Sistemas Operacionais	<i>Windows XP e 7 Professional, Windows Server 2019, Redhat Enterprise Linux, Cent OS 7.0</i>
Serviço de Diretório	<i>Microsoft Active Directory</i>
Banco de Dados	<i>PostgreSQL, MySQL</i>
Linguagens de Programação	<i>SQL, HTML, Java, PL/SQL, PHP, Javascript, Phyton e Angular JS</i>
Linguagens de descrição de dados	<i>XML</i>
Compiladores	<i>Oracle Sun Javac</i>
Ferramentas de apoio ao desenvolvimento	<i>maven, ant</i>
Editores de desenvolvimento (IDEs)	<i>Eclipse, SQL Developer, Visual Studio</i>
Framework de aplicação	<i>JQuery, Vue.js</i>
Ferramenta de integração contínua	<i>Jenkins</i>
Ferramentas de Apoio aos Testes	<i>bugzilla, selenium</i>
Tecnologias de Desenvolvimento Java/Web	<i>Spring MVC, Spring Boot, Hibernate, JPA, ZK, MyBatis, Jasperreports, Maven</i>
Servidores de aplicação	<i>Tomcat, IIS, Apache, Wildfly</i>
Ferramenta Case	<i>Enterprise Architect</i>
Softwares de Rede	<i>CISCO LMS e Wireshark</i>
Ferramentas de Apoio a Administração de Rede	<i>Perf View, Data Protector, Netbackup, Glance e SNA Plus.</i>



Software de Segurança	CheckPoint Firewall-One e Intrusion-Prevention System (IPS), bitdefender Endpoint,
Plataforma de Rede Local	Switches Dell, 3Com e HP, Routers Cisco
Ferramenta de Gerenciamento de Projetos	Project Server - EPM, Sharepoint, Agilefant, Redmine
Ferramenta de Ensino à Distância	Moodle

#### ANEXO G - MODELOS DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DA CONTRATADA

A empresa [RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL], pessoa jurídica com sede em [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ/MF com o n.º [N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente EMPRESA RECEPTORA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF - Emater-DF, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva da Emater-DF reveladas à EMPRESA RECEPTORA em função da prestação dos serviços objeto do contrato n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.
2. A expressão "informação restrita" abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Emater-DF, das informações restritas reveladas.
4. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços a Emater-DF, as informações restritas reveladas.
5. A EMPRESA RECEPTORA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao Emater-DF, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
6. A EMPRESA RECEPTORA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.
7. A EMPRESA RECEPTORA obriga-se a informar imediatamente ao Emater-DF qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
8. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Emater-DF, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre a Emater-DF e a EMPRESA RECEPTORA sem qualquer ônus para o Emater-DF. Nesse caso, a EMPRESA RECEPTORA, estará sujeita, por ação ou omissão, além das multas definidas no Termo de Referência, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Emater-DF, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
9. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do Emater-DF.
10. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a EMPRESA RECEPTORA assina o presente termo através de seus representantes legais.

Brasília - DF, de de 2026.

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de de

Empresa:

Nome:

CPF: \_RG:

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### ANEXO H – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

À

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF - Emater-DF

Central de Licitações e Contratos

Ref: Pregão Eletrônico nº XXXXXXXX

Prezados senhores,

Apresentamos, em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, a seguinte proposta de preço:

Prestação de Serviços Técnicos de Fábrica de Software para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, sítios e portais na forma de serviços continuados, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxxxxxxxx.

Serviços Técnicos de Fábrica de Software		
Quantidade Total Estimada de Pontos de Função Brutos (PFB) do Contrato	Preço Unitário do PFB	Preço Global do Contrato
XX,000 (XXX mil)	R\$(por extenso)	R\$(por extenso)
Total Geral		Total Geral

Declaramos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, envolvendo:

- a) Despesas com mão-de-obra administrativa, gerencial, técnica, especializada e de supervisão, impostos, encargos sociais e trabalhistas; contribuições previdenciárias, fiscais e comerciais; despesas, taxas e obrigações financeiras de qualquer natureza; viagens, deslocamentos, diárias, alimentação, estadas, horas-extras, plantões, feriados, vale alimentação, vale transporte, telefone celular e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados; despesas, taxas administrativas, emolumentos, prêmios de seguros, material de consumo e todas as demais obrigações e despesas diretas ou indiretas, outras previstas em lei, enfim, todos os componentes de custo dos serviços, inclusive o lucro;
- b) Os custos de todos os profissionais envolvidos na realização dos serviços;
- c) Outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da contratação objeto do Edital, não cabendo ao Contratante quaisquer custos adicionais

Declaramos que esta proposta corresponde exatamente às exigências contidas no Edital e seus Anexos, às quais aderimos formalmente.

[Identificação completa da empresa, CNPJ, endereço] [Identificação completa do representante legal, CPF, cargo]

[Local e data]

[Assinatura do Representante Legal, com nome completo]

Adicionalmente as licitantes deverão preencher a Planilha de Detalhamento da Composição do Preço do Ponto de Função que também faz parte deste anexo.

Planilha de Composição do Preço Unitário do Ponto de Função							
	A:	B:	C:	D:	E:	F:	G:
SERVIÇOS	Remuneração média mensal (R\$)	Encargos Sociais e Trabalhistas (R\$)	Insumos (R\$)	Encargos (B) + Insumos (C)	Custo Total (A+D)	% de utilização no processo de desenvolvimento	Custo estimado por serviço (F * E)
Gerência de Projetos							
Análise de Sistemas							
Codificação de Sistemas							
Arquitetura de Sistemas							
Projeto de Interface de Sistemas							
Documentação de Sistemas							
Teste de Sistemas							
Contagem de Pontos de Função							
Outros (especificar)							
H: Somatório do Custo Estimado por Serviço							
I: Quantidade Média de Horas Produtivas por Mês							
J: Custo Médio por Hora (H / I)							
K: Produtividade Média (Quantidade de horas por Ponto de Função)							
L: Subtotal do preço unitário do ponto de função (J * K)							
M: Quantidade de Pontos de Função a ser Contratada							
N: Subtotal do Preço (L*M)							
O: Demais Custos							
Custo com Link de Dados							
Custo com Garantia							
Custo com Hardware e Instalações Físicas							
Custo com Software							
Custo com Riscos							
Outros Custos (especificar)							
P: Subtotal do Preço e Demais Custos (N + O)							
Q: Taxa de Administração							
R: Impostos							
ISS							
PIS							
COFINS							
Total Impostos							
S: Lucro							
T: Preço final (P + Q + R +S)							
U: Preço Unitário do Ponto de Função (T / M)							

·Esta planilha deve ser apresentada para cada item da contratação.

ANEXO I – ROTEIRO DE MÉTRICAS DE SOFTWARE

1. Introdução

Diversas instituições públicas e privadas têm utilizado a métrica Ponto de Função (PF) nas estimativas e dimensionamento de tamanho funcional de projetos de software devido aos diversos benefícios de utilização desta métrica, destacando-se: regras de contagem objetivas, independência da solução tecnológica utilizada e facilidade de estimativa nas fases iniciais do ciclo de vida do software.

A Análise de Pontos de Função é uma técnica de medição das funcionalidades de um software sob o ponto de vista do usuário, ou seja, determina o tamanho funcional do software. Segundo o CPM (Manual de Práticas de Contagem do IFPUG), a técnica mede o software quantificando as tarefas e serviços (isto é, funcionalidade) que o software

fornece ao usuário, primordialmente com base no projeto lógico. É importante ressaltar que a métrica Ponto de Função foi concebida como uma medida de tamanho funcional para projetos de desenvolvimento e de melhoria (manutenção evolutiva) de software, no entanto, os projetos de software não estão limitados a projetos de desenvolvimento e de melhoria. Desta forma, torna-se essencial a definição de métricas para dimensionar o tamanho de outros tipos de projetos de manutenção, os quais são itens não mensuráveis pelo CPM.

Os objetivos da análise de pontos de função são:

- Medir a funcionalidade implementada no software, que o usuário solicita e recebe;
- Medir a funcionalidade impactada pelo desenvolvimento, melhoria e manutenção de software, independentemente da tecnologia utilizada na implementação.

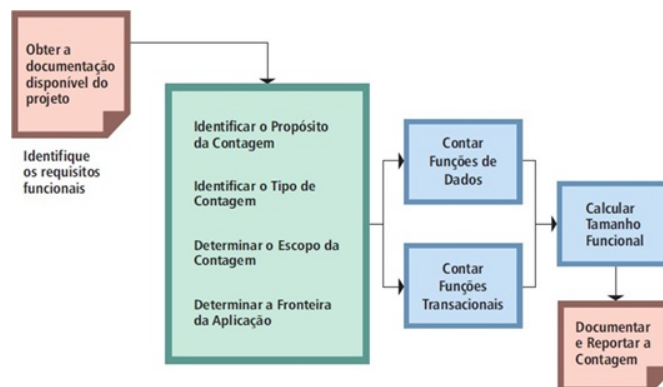
O Ponto de Função (PF) é a unidade de medida que tem por objetivo tornar a medição independente da tecnologia utilizada para a construção do software. Essa medida está diretamente relacionada aos requisitos de negócio que o software se destina a abordar, ou seja, busca medir o que o software faz e não como ele foi construído. Portanto, pode ser facilmente aplicada em uma ampla gama de ambientes de desenvolvimento e ao longo do ciclo de um projeto de desenvolvimento, desde a definição de requisitos até o uso operacional completo. A técnica fornece uma medida objetiva e comparativa que auxilia na avaliação, planejamento, gestão e controle da produção de software.

## 2. Objetivo

Este documento tem como propósito apresentar o Roteiro de Contagem de Pontos de Função aderente ao CPM 4.3.1 para a aplicação no contexto de desenvolvimento e manutenção de softwares da EMATER-DF, definindo uma sistemática para dimensionar o tamanho de tais projetos e promovendo o uso de métricas objetivas.

## 3. Contagem de Pontos de Função

A imagem a seguir ilustra o procedimento de contagem de pontos de função.



### 3.1 Obter Documentação Disponível

A contagem de pontos de função se inicia com a análise da documentação disponível do projeto em questão, visando à identificação dos requisitos funcionais, que são por sua vez os insumos para a contagem.

### 3.2 Propósito da Contagem

Uma contagem deve prover uma resposta a um problema do negócio e é o problema do negócio que determina o propósito. O objetivo, nesta etapa, é tornar claro o que se pretende atingir com a contagem que será feita.

Exemplos de propósito são:

- Fornecer o tamanho funcional de um projeto como uma entrada para o processo de estimativa a fim de determinar o esforço para desenvolver a primeira versão de uma aplicação;
- Fornecer o tamanho funcional da base instalada das aplicações para determinar os custos de sustentação por ponto de função;
- Fornecer o tamanho funcional de dois pacotes para permitir a comparação de funcionalidade oferecida por cada um.

### 3.3 Tipo de Contagem

O tipo de contagem é estabelecido pelo responsável da contagem, podendo estar associada tanto a projetos quanto a aplicações. O tipo é determinado pelo propósito da contagem.

Segundo o CPM, há três tipos de contagem de pontos de função, a saber:

- **Projeto de Desenvolvimento:** Este tipo de contagem mede a funcionalidade entregue ao usuário na primeira instalação do software, quando o projeto estiver completo.
- **Projeto de Melhoria (Enhancement):** Este tipo de contagem mede as modificações em uma aplicação já existente que adicione, altere ou exclua funções entregues ao usuário quando o projeto estiver completo.
- **Aplicação:** Este tipo de contagem está relacionado à aplicação instalada. Representa a baseline da contagem de pontos de função de uma aplicação, ou seja, é uma medida das funções atuais providas ao usuário.

### 3.4 Escopo da Contagem

Segundo o CPM, o escopo da contagem define o conjunto de requisitos funcionais de usuários para serem incluídos na contagem. O escopo:

- Define o (sub)conjunto do software que está sendo medido;
- É determinado pelo propósito para a realização da contagem de pontos de função;
- Identifica quais funções serão incluídas na medida de tamanho funcional assim como fornecer respostas relevantes para o propósito da contagem;
- Pode incluir mais de uma aplicação.

#### 3.4.1 Visão do Usuário

Segundo o CPM, um usuário é qualquer pessoa ou coisa que se comunica ou interage com o software a qualquer momento.

A visão do usuário é o Requisito Funcional do Usuário como percebido pelo usuário. Requisitos Funcionais do Usuário são um subconjunto dos requisitos do usuário que descrevem o que o software deverá fazer em termos de tarefas e serviços. A visão do usuário representa uma descrição formal das necessidades dos negócios do usuário, na linguagem do usuário. Os desenvolvedores traduzem a informação do usuário para informações em linguagem técnica a fim de prover uma solução.

No contexto da análise de pontos de função, o termo usuário tem um conceito mais amplo do que o usual. Com isso, durante uma contagem de pontos de função, convém buscar dentro de um conjunto de usuários possíveis aquele cuja visão que represente melhor as funções que a aplicação fornece. Por exemplo, uma aplicação de autoatendimento de um banco tem como usuários o cliente do banco, o funcionário da agência, o gestor do departamento responsável. Basear a contagem dessa aplicação somente na visão do cliente final do banco e usuário do autoatendimento seria considerar uma visão limitada da aplicação. É fundamental levar em consideração também a visão do usuário que especifica os requisitos e regras de negócio, neste caso, o gestor do departamento.

### 3.5 Fronteira da Aplicação

De acordo com o CPM, a fronteira é uma interface conceitual entre o software sob estudo e seus usuários.

A fronteira da aplicação:

- Define o que é externo à aplicação;
- Indica a fronteira entre o software que está sendo medido e o usuário;
- Atua como uma 'membrana' através da qual os dados processados pelas transações passam para dentro e para fora da aplicação;
- Envolve os dados lógicos mantidos pela aplicação;
- Auxilia na identificação dos dados lógicos referenciados, mas não mantidos pela aplicação;
- Depende da visão externa do negócio do usuário da aplicação, independente de questões técnicas e/ou de implementação.

Assim, a fronteira deve ser definida com base na perspectiva de negócio, nas áreas funcionais separadas como pode ser visto pelo usuário, não em considerações técnicas (por exemplo, arquitetura do sistema).

A fronteira inicial já estabelecida para a aplicação ou aplicações que estejam sendo modificadas não é influenciada pelo escopo da contagem.

Quando houver mais de uma aplicação incluída no escopo da contagem. Nesse caso, múltiplas fronteiras da aplicação deverão ser identificadas.

Em projetos de melhoria, a fronteira estabelecida no início do projeto deve estar de acordo com a fronteira já estabelecida para a aplicação que está sendo modificada.

#### 3.5.1 Contar Funções de Dados

As funções de dados representam a funcionalidade oferecida ao usuário para satisfazer requisitos de armazenamento de dados internos e externos. Uma função de dado pode ser um arquivo lógico interno ou um arquivo de interface externo.

O termo arquivo aqui não significa arquivo físico ou tabela. Nesse caso, arquivo se refere a um grupo de dados logicamente relacionados e não à implementação física destes grupos de dados.

#### 3.5.2 Arquivo Lógico Interno (ALI)

Grupo de dados ou informações de controle logicamente relacionados, identificável pelo usuário, mantido dentro da fronteira da aplicação. A intenção primária de um ALI é armazenar dados mantidos através de um ou mais processos elementares da aplicação sendo contada.

#### 3.5.3 Arquivo de Interface Externa (AIE)

Grupo de dados logicamente relacionados ou informação de controle, reconhecido pelo usuário, referenciado pela aplicação sendo medida, mas que é mantido dentro da fronteira de outra aplicação. A intenção primária de um AIE é armazenar dados referenciados por um ou mais processos elementares dentro da fronteira da aplicação medida. Isto significa que um AIE contado por uma aplicação deve ser um ALI em outra aplicação. Deverão ser considerados na complexidade de um AIE apenas os itens de dados e os registros lógicos referenciados pela aplicação que está sendo contada.

#### 3.5.4 Registro Lógico Referenciado (RLR ou TR)

Um tipo de registro lógico referenciado é um subgrupo de dados reconhecido pelo usuário dentro de uma função de dados (ALI ou AIE). Para a contagem dos RLRs de uma função de dados, devem ser aplicadas as regras estabelecidas no CPM.

#### 3.5.5 Identificação de Processo Elementar

Um Processo Elementar é a menor unidade de atividade que é significativa para o(s) usuário(s). O Processo Elementar deve ser autocontido e deixar o negócio da aplicação que está sendo contada em um estado consistente.

Um processo elementar com múltiplas formas de processamento lógico não deve ser dividido em múltiplos processos elementares. Se um processo elementar é subdividido inapropriadamente, o mesmo não reúne os critérios de um processo elementar.

Como exemplo pode-se destacar o recurso de abas para a construção de interfaces em sistemas computacionais. Em geral, cada aba de uma tela não representa uma transação completa e desta forma não deve ser considerada um processo elementar isolado. O adequado para este tipo de situação é identificar um processo elementar para um conjunto de abas que se relacionam em vez de considerar um processo elementar para cada aba.

Ressalta-se a importância do atendimento a todos os critérios listados no Manual de Práticas de Contagem do IFPUG e da observação dos seus exemplos para a correta identificação de um processo elementar evitando, por exemplo, relacionar processos elementares com telas ou abas de uma transação, considerar fluxos alternativos como processos elementares distintos ou considerar transações que atualizem dados de código.

#### 3.5.6 Contar Funções de Transação

Uma função de transação é um processo elementar que oferece funcionalidade ao usuário para processar dados. Uma função de transação é uma entrada externa, saída externa, ou consulta externa.

#### 3.5.7 Entrada Externa (EE)

Processo elementar que processa dado (ou informações de controle) vindo de fora da fronteira da aplicação. A principal intenção de uma EE é manter um ou mais ALI e/ou alterar o comportamento do sistema.

#### 3.5.8 Consulta Externa (CE)

Processo elementar que envia dados ou informações de controle para fora da fronteira da aplicação. A principal intenção de uma CE é apresentar informação ao usuário por meio de uma simples recuperação de dados ou informações de controle de um ALI ou AIE. A lógica de processamento não deve conter fórmula matemática ou cálculo, criar dados derivados, manter um ou mais ALI e/ou alterar o comportamento do sistema.

#### 3.5.9 Saída Externa (SE)

Processo elementar que gera dados ou informações de controle que saem pela fronteira da aplicação. A principal intenção de uma SE é apresentar dados ao usuário através de outra lógica de processamento que não apenas a recuperação de dados ou informações de controle. A lógica de processamento deve conter fórmula matemática ou cálculo, criar dados derivados, manter um ou mais ALI e/ou alterar o comportamento do sistema.

#### 3.5.10. Contribuição Funcional dos Tipos na Contagem de Pontos de Função

Após a identificação dos tipos funcionais para cada requisito funcional definido no documento de requisitos do sistema, deve-se avaliar a complexidade (Baixa, Média, Alta) e a contribuição funcional do mesmo para a contagem de pontos de função, observando as regras de contagem de pontos de função descritas no CPM. A identificação e a avaliação das complexidades dos tipos funcionais não podem ser realizadas de maneira subjetiva. A contagem de pontos de função deve seguir rigorosamente as regras de contagem do CPM e as definições complementares deste roteiro.

A tabela abaixo apresenta a contribuição dos tipos funcionais na contagem de pontos de função:

Tipo Funcional	Complexidade		
	Baixa	Média	Alta
Arquivo Lógico Interno (ALI)	7 PF	10 PF	15 PF
Arquivo de Interface Externa (AIE)	5 PF	7 PF	10 PF
Entrada Externa (EE)	3 PF	4 PF	6 PF
Saída Externa (SE)	4 PF	5 PF	7 PF
Consulta Externa (CE)	3 PF	4 PF	6 PF

Tabela: Contribuição Funcional dos Tipos Funcionais (Fonte: CPM 4.3)

### 3.6. Calcular Tamanho Funcional

O Manual de Práticas de Contagem do IFPUG define dois tipos de projetos de software, a saber:

**Projeto de Desenvolvimento:** projeto para desenvolver e entregar a primeira versão de uma aplicação de software. Seu tamanho funcional é a medida das funcionalidades entregues ao usuário no final do projeto. Também considera as funcionalidades de conversão de dados, caso seja requisitada no projeto a migração ou carga inicial de dados para a nova aplicação.

**Projeto de Melhoria:** projeto de manutenção evolutiva ou melhoria funcional. Seu tamanho funcional é a medida das funcionalidades incluídas, alteradas e excluídas ao final do projeto. Também considera as funcionalidades de conversão de dados, caso seja requisitada a migração ou carga inicial de dados no projeto de melhoria.

Seguem abaixo as definições dos termos técnicos da Análise de Pontos de Função utilizados nas fórmulas de dimensionamento de projetos de software propostas neste roteiro:

**PF\_INCLUÍDO:** pontos de função associados às novas funcionalidades que farão parte da aplicação após um projeto de desenvolvimento ou de manutenção.

**PF\_ALTERADO:** pontos de função associados às funcionalidades existentes na aplicação que serão alteradas no projeto de manutenção.

**PF\_EXCLUÍDO:** pontos de função associados às funcionalidades existentes na aplicação que serão excluídas no projeto de manutenção.

**PF\_CONVERSÃO:** pontos de função associados às funcionalidades de conversão de dados dos projetos de desenvolvimento ou de manutenção. Exemplos de funções de conversão incluem: migração ou carga inicial de dados para popular as novas tabelas criadas (Entradas Externas) e relatórios associados à migração de dados, caso requisitado pelo usuário (Saídas Externas ou Consultas Externas). Observe que os dados carregados em um processo de migração não devem ser contados como Arquivos de Interface Externa.

Este roteiro recomenda a supressão do **PF\_CONVERSÃO** das fórmulas de contagem de pontos de função de projetos de desenvolvimento e de melhoria nos casos específicos onde for caracterizado um esforço relativamente maior dessa atividade. Por exemplo, os projetos que envolvem a migração de dados de banco de dados hierárquico para banco de dados relacional e o tratamento de funções complexas de migração de dados. Nesses casos, recomenda-se tratá-los como projetos separados de migração de dados.

### 3.7 Nível de Detalhamento das Contagens

A contagem de pontos de função pode ser realizada com diferentes níveis de detalhe: indicativa, estimada e detalhada. O nível de detalhamento a ser escolhido depende de alguns fatores como a finalidade da contagem, as informações disponíveis para subsidiar a contagem, a etapa do ciclo de vida do desenvolvimento, dentre outros.

A contagem indicativa e estimada dar-se-á conforme definições da *Netherlands Software Metrics Association* – NESMA.

A orientação é que a contagem estimada seja utilizada para embasar a formalização (abertura) da Ordem de Serviço nos projetos de desenvolvimento e manutenção e para embasar a autorização para execução da mudança nos projetos de manutenção. Cabe ressaltar que, eventualmente, pode ser necessário o uso da contagem indicativa para a mesma finalidade quando houver pouco conhecimento do sistema que se precisa estimar.

Quanto à contagem detalhada, a orientação é que seja utilizada após a homologação e o aceite dos produtos gerados na Ordem de Serviço de desenvolvimento e manutenção para embasar o processo de pagamento. Entretanto, em caso de projetos grandes de longa duração, pode-se identificar a necessidade de realizar contagem detalhada de referência, com base nos requisitos detalhados, para gerar o equilíbrio financeiro do projeto.

É importante destacar que, quanto mais exata se quer uma contagem de pontos de função, mais detalhados devem ser os requisitos do usuário. Dessa forma, as contagens estimadas e indicativas, por não se tratarem de uma medição exata, podem apresentar desvios do tamanho obtido com a contagem detalhada. Um cuidado maior deve-se ter com o uso da contagem indicativa, pois os desvios podem chegar a até 50% na comparação de uma contagem indicativa e uma detalhada para o mesmo sistema, conforme demonstra o resultado de um projeto de pesquisa pela NESMA (<http://fattocs.com/pt/contagem-antecipada>).

### 3.8 Contagem Indicativa

A contagem indicativa é utilizada para estimar de forma rápida o tamanho de projetos de desenvolvimento de novas aplicações. Devido ao pouco conhecimento do sistema que se precisa estimar, ela é baseada somente na identificação de quantos arquivos lógicos (ALIs e AIEs) existirão na aplicação. A contagem indicativa é realizada da seguinte forma:

·determina-se a quantidade das funções do tipo dado (ALIs e AIEs);

·calcula-se o total de pontos de função não ajustados da aplicação da seguinte forma:

**TAMANHO\_INDICATIVO (PF) = (35 x NUMERO DE ALIs) + (15 x NUMERO DE AIEs)**

É importante explicar que a contagem indicativa é baseada na premissa de que existem aproximadamente três EEs (para adicionar, alterar, e excluir dados do ALI), duas SEs, e uma CE na média para cada ALI, e aproximadamente uma SE e uma CE para cada AIE.

Dessa forma, obtém-se uma estimativa ágil do tamanho do sistema, porém não muito precisa.

### 3.9 Contagem Estimada

A contagem estimada é utilizada quando é possível identificar as funções do sistema, porém não se define a complexidade (tipos de dados, tipos de registros e arquivos referenciados).

Dessa forma, assume-se uma complexidade padrão para as funções, sendo as funções de dados (ALIs e AIEs) classificadas como de baixa complexidade, enquanto as funções transacionais (EEs, CEs e SEs) são classificadas como de média complexidade.

A contagem estimada é realizada da seguinte forma:

·determina-se todas as funções de todos os tipos (ALI, AIE, EE, SE, CE);

·toda função do tipo dado (ALI, AIE) tem sua complexidade funcional avaliada como Baixa;

·toda função transacional (EE, SE, CE) é avaliada como de complexidade média;

·calcula-se o total de pontos de função não ajustados.

### 3.10. Contagem Detalhada

A contagem detalhada dar-se-á pela aplicação da técnica de contagem seguindo as regras estabelecidas no Manual de Práticas de Contagem (CPM) versão 4.3.1 (ou superior) do IFPUG, acrescidas das definições deste Guia de Contagem da Emater-DF (versão mais atual).

A contagem detalhada é a contagem usual de pontos de função e é realizada da seguinte forma: determina-se todas as funções de todos os tipos (ALI, AIE, EE, SE, CE);

·determina-se a complexidade de cada função (Baixa, Média, Alta);

·calcula-se o total de pontos de função não ajustados.

## 4. Requisitos Não Funcionais

A métrica Ponto de Função é uma métrica de tamanho funcional, ou seja, dimensiona projetos de software com base nos requisitos funcionais da aplicação, não contemplando diretamente os requisitos não funcionais do projeto.

Nesse sentido, em contratos de software baseados na métrica Ponto de Função é fundamental definir os requisitos não funcionais do projeto a serem atendidos pela empresa contratada. Os requisitos não funcionais impactam no esforço e, consequentemente, no custo do projeto.

Os requisitos não funcionais estão associados aos aspectos qualitativos de um software, considerando aspectos relacionados ao uso do software. Seguem abaixo alguns tipos de requisitos não funcionais, com exemplos, que podem ser mencionados nos editais: **Usabilidade:** a solução deve atender aos requisitos dos Padrões Web em Governo Eletrônico (e-PWG) – Cartilha de Usabilidade; a aplicação deve ter help on-line de sistema, tela e campo (sensível a contexto); a aplicação deve ser disponibilizada nos idiomas Português, Espanhol e Inglês.

**Técnicos:** a aplicação deve funcionar adequadamente nos navegadores: Internet Explorer 7.0 ou superior e Mozilla Firefox 3.0 ou superior; a depender da decisão da área técnica, a solução pode ser desenvolvida nas seguintes linguagens:

Java / IONIC/React/Demoiselle, Jaguar e MDArt

Phyton / Django/Flask/Bottle

Angular JS

Banco de dados PostgreSQL ou MySQL;  
PHP / Laravel / Zend

A solução deve atender aos requisitos do e-PWG; deve utilizar as ferramentas AWSTATS e Google Analytics para gerar estatísticas de acesso.

**Segurança:** a aplicação deve realizar controle de segurança dos dados de acordo com política de backup definida em conformidade com a norma ISO/IEC 27002.

**Acessibilidade:** a solução deve ser aderente ao Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG).

**Performance:** o tempo de resposta da aplicação não deve exceder 10 segundos; a solução deve suportar até 1.000 acessos simultâneos.

**Interoperabilidade:** a solução deve ser aderente aos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING).

#### 1. Cálculo de Pontos de Função para a EMATER-DF

Este capítulo tem como propósito descrever os diversos tipos de projetos de software e definir métricas para seu dimensionamento baseadas nas regras de contagem de pontos de função do CPM.

Recomenda-se que as contagens de manutenção a partir do Roteiro de Métricas de Software da EMATER-DF sejam reportadas conforme determinado pelo CPM, ou seja, S FP (IFPUG-IS-c), indicando que o resultado da contagem de pontos de função não mantém conformidade plena com o CPM e o padrão internacional de contagem de PF (ISO/IEC 20926:200x) e sim mantém conformidade com uma customização, neste caso, o Roteiro de Métricas de Software da EMATER-DF

Assim: **S FP (IFPUG-IS-c)**

Onde:

**S** é o resultado da contagem de pontos de função;

**FP** (Function Point) é a unidade de tamanho do método FSM (Functional Size Measurement) do IFPUG;

**IS** (International Standard) é o padrão internacional (ISO/IEC 20926:200x);

**c** representa um ou mais caracteres indicando que o resultado não mantém conformidade plena com o padrão internacional.

Exemplo: 250 PF\* (IFPUG-ISO/IEC 20926:200x-EMATER-DF)

**\*FP na versão em português**

#### 2. Projeto de Desenvolvimento

É o projeto para desenvolver e entregar a primeira versão de uma aplicação de software. Seu tamanho funcional é a medida das funcionalidades entregues ao usuário no final do projeto. Também considera as funcionalidades de conversão de dados. Segue a fórmula de cálculo utilizada no dimensionamento de projetos de desenvolvimento de software:

$$PF\_DESENVOLVIMENTO = PF\_INCLUIDO + PF\_CONVERSÃO$$

Este roteiro recomenda a supressão do PF\_CONVERSÃO das fórmulas de contagem de pontos de função de projetos de desenvolvimento quando for caracterizado um esforço relativamente maior dessa atividade, conforme descrito no item 3.9.

#### 3. Projeto de Melhoria

Trata-se de projeto de manutenção evolutiva ou melhoria funcional. Seu tamanho funcional é a medida das funcionalidades incluídas, alteradas e excluídas em aplicações em produção. O tamanho funcional de um projeto de melhoria pode incluir o tamanho da funcionalidade de conversão de dados.

As regras de como contar as funções de dados e de transação em um projeto de melhoria são as mesmas apresentadas no Manual de Práticas de Contagem (CPM).

$$PF\_MELHORIA = PF\_INCLUIDO + PF\_ALTERADO + PF\_EXCLUIDO + PF\_CONVERSÃO$$

##### 1. Projeto de Migração de Dados

Quando for identificada complexidade no processo de migração de dados, os pontos de função de conversão (**PF\_CONVERSÃO**) poderão ser suprimidos das fórmulas de contagem de pontos de função de Projetos de Desenvolvimento e de Melhoria e as funcionalidades de migração de dados podem ser tratadas de forma separadas como projetos de migração de dados, mas aplicando integralmente os conceitos do IFPUG.

Os projetos de migração de dados devem ser contados como um novo projeto de desenvolvimento de um sistema, seguindo a fórmula abaixo:

$$PF\_CONVERSÃO = PF\_INCLUIDO$$

Um projeto de migração deve contemplar minimamente: os ALI mantidos pela migração, as Entradas Externas – considerando as cargas de dados nos ALI – e, caso seja solicitado pelo usuário, os relatórios gerenciais das cargas, que serão contados como Saídas Externas. Todas as contagens de PF devem ser realizadas com base nas funcionalidades requisitadas e recebidas pelo usuário.

##### 2. Manutenção Corretiva

Mesmo com a execução de atividades de garantia da qualidade, o cliente pode identificar defeitos na aplicação entregue. A manutenção corretiva altera o software para correção de defeitos. Encontra-se nesta categoria, as demandas de correção de erros (bugs) em funcionalidades em sistemas em produção.

É importante destacar que as demandas de manutenção corretiva frequentemente precisam ser atendidas com urgência. Assim, o grau de criticidade do projeto poderá trazer impacto nas estimativas de custo e esforço. O padrão IEEE [IEEE,1998] define um tipo de manutenção corretiva, denominado de Manutenção Emergencial como “manutenção corretiva não programada executada para manter o sistema em estado operacional”.

Quando o sistema não for desenvolvido pelo fornecedor ou a funcionalidade em questão estiver fora do prazo de garantia estabelecido em cláusula contratual, esta manutenção deverá ser remunerada.

As manutenções corretivas faturadas, com ônus para o cliente, devem ser dimensionadas como **PF\_ALTERADO** de um projeto de melhoria. Estas demandas serão classificadas como projetos de melhoria.

As manutenções não faturadas, ônus EMATER-DF, deverão ser dimensionadas para apoiar as estimativas de esforço e a aferição de indicadores, de acordo com a seguinte fórmula.

$$PF\_CORRETIVA = PF\_ALTERADO \times 0,75$$

##### 1. Mudança de Plataforma

São considerados nesta categoria, projetos que precisam ser migrados para outra plataforma. Por exemplo, um sistema legado em COBOL que necessita ser redesenvolvido em JAVA; o banco de dados de um sistema legado que precisa ser migrado para o DB2.

Recomenda-se enfaticamente a realização da análise de impacto das mudanças propostas, para efeito de determinação do percentual adequado para aplicação sobre o total de pontos de função das funcionalidades impactadas. Por exemplo, em uma análise de impacto pode ser identificado que não haverá mudanças no código-fonte ou em função transacional, sendo necessário apenas testar o sistema, então deve-se utilizar um percentual contemplando apenas a fase de testes. No caso do teste apontar a necessidade de atualizar alguma função transacional, não deve ser contado o esforço do teste, mas sim o esforço abordado nesta seção, conforme as fórmulas apresentadas nos tópicos seguintes.

As próximas subseções apresentam os tipos de projetos de mudança de plataforma. Os projetos de mudança de plataforma que se enquadram em mais de uma subseção,

devem ser contados apenas uma vez, considerando o tipo de projeto com maior contagem de pontos de função.

#### 4.5.1 Linguagem de Programação

Nesta categoria encontram-se as demandas de redensenvolvimento de sistemas em outra linguagem de programação. Como os projetos legados, frequentemente, não possuem documentação, devem ser considerados como novos projetos de desenvolvimento. Assim, será utilizada a fórmula de projetos de desenvolvimento do CPM 4.3.1.

Observe que caso não exista mudança nas funções de dados, ou seja, o banco de dados da aplicação seja mantido, as funções de dados não devem ser contadas. No entanto, nesse caso, deve ser realizada a contagem das funções de dados a fim de compor a documentação da contagem final do projeto.

Outro ponto a ser observado são as fases contratadas. Caso o projeto já possua documentação de requisitos atualizada, a fase de requisitos não será contratada. Deve-se considerar apenas os percentuais das fases contratadas.

$$\text{PF\_REDESENVOLVIMENTO\_LINGUAGEM} = \text{PF\_INCLUÍDO} + \text{PF\_CONVERSÃO}$$

Este roteiro recomenda a supressão do PF\_CONVERSÃO da fórmula de contagem de pontos de função de projetos de redensenvolvimento quando for caracterizado um esforço relativamente maior dessa atividade, conforme descrito no item 3.9.

#### 4.5.2 Banco de Dados

Nesta categoria encontram-se as demandas de redensenvolvimento de sistemas para utilizar um outro sistema gerenciador de banco de dados.

Observe que caso não exista mudança nas funções de dados, ou seja, o banco de dados da aplicação seja mantido, então as funções de dados não devem ser contadas. No entanto, nesse caso, deve ser realizada a contagem das funções de dados a fim de compor a documentação da contagem final do projeto.

Em casos de mudança de banco hierárquico para relacional, em sistemas sem documentação, devido às mudanças envolvidas, deve-se considerar como um novo projeto de desenvolvimento, ou seja, as funções de dados e funções transacionais devem ser contadas. Assim, será utilizada a fórmula de projeto de desenvolvimento do CPM 4.3, conforme fórmula abaixo:

$$\text{PF\_REDESENVOLVIMENTO\_LINGUAGEM} = \text{PF\_INCLUÍDO} + \text{PF\_CONVERSÃO}$$

Nos projetos de redensenvolvimento de banco de dados hierárquico para relacional, recomenda-se a supressão do PF\_CONVERSÃO da fórmula acima, conforme descrito no item 3.9.

Caso o projeto já possua documentação de requisitos, então a fase de requisitos não deve ser contratada. É importante destacar que isso se aplica a qualquer fase que não se deseje contratar. Deve-se considerar apenas os percentuais das fases contratadas.

Caso a demanda de redensenvolvimento seja de um sistema gerenciador de banco de dados relacional para outro relacional, deve ser utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{PF\_REDESENV\_BD\_RELACIONAL} = (\text{PF\_ALTERADO} + \text{PF\_CONVERSÃO}) \times 1,35$$

O PF\_ALTERADO deve considerar apenas as funcionalidades impactadas. As funcionalidades que possuem apenas demandas de testes, devem ser contadas conforme o item 4.14.

Nos projetos de redensenvolvimento de banco de dados relacional para outro relacional, recomenda-se tratar o PF\_CONVERSÃO dentro do mesmo projeto.

Na mudança de banco relacional para relacional, geralmente a estrutura de dados não é alterada, desta forma não contamos as funções de dados.

### 1. Atualização de Versão

São consideradas nesta categoria, demandas para uma aplicação existente - ou parte de uma aplicação existente - executar em versões diferentes de browsers (ex: Internet Explorer, Firefox, Chrome, etc) ou de linguagens de programação (ex: versão mais atual do JAVA). Também são consideradas nesta categoria atualização de versão de banco de dados.

Nesta categoria foram observadas demandas de diferentes tipos de projetos, descritos nas próximas subseções.

Outro ponto a ser observado é a classificação, em alguns casos, dessas demandas como componente interno reusável (seção 4.15).

Recomenda-se enfaticamente a realização da análise de impacto das mudanças propostas para efeito de determinação do percentual adequado para aplicação sobre o total de pontos de função das funcionalidades impactadas. Por exemplo, em uma análise de impacto, pode ser identificado que não haverá mudanças no código-fonte ou em função transacional, sendo necessário somente testar o sistema, então deve-se utilizar um percentual contemplando apenas a fase de testes. No caso do teste apontar a necessidade de atualizar alguma função transacional, não deve ser contado o esforço do teste, mas sim o esforço abordado nesta seção, conforme as fórmulas apresentadas nas subseções seguintes.

#### 1.1 Linguagem de Programação

Nesta categoria encontram-se as demandas de atualização de versão de linguagem de programação de sistemas. As funções de dados não devem ser contadas. Estas demandas devem ser dimensionadas de acordo com a fórmula abaixo.

$$\text{PF\_ATUALIZAÇÃO\_VERSÃO\_LINGUAGEM} = \text{PF\_ALTERADO} \times 0,60$$

O PF\_ALTERADO deve considerar apenas as funcionalidades impactadas. As funcionalidades que possuem apenas demandas de testes, devem ser contadas conforme a seção 4.14.

#### 1.2 Browser

Nesta categoria encontram-se as demandas de atualização de aplicações Web para executar em novas versões de um mesmo browser e para suportar a execução em mais de um browser. É importante destacar que este tipo de procedimento usualmente é realizado quando é necessário resolver algum problema de incompatibilidade. As funções de dados não devem ser contadas. Estas demandas devem ser dimensionadas de acordo com a fórmula abaixo.

$$\text{PF\_ATUALIZAÇÃO\_VERSÃO\_BROWSER} = \text{PF\_ALTERADO} \times 0,60$$

O PF\_ALTERADO deve considerar apenas as funcionalidades impactadas. As funcionalidades que possuem apenas demandas de testes, devem ser contadas conforme o item 4.14.

Essas atualizações podem implicar em manutenções em componentes específicos da plataforma utilizada. Nesse caso, a demanda deve ser contada como componente interno reusável, descrita na seção 4.15 deste roteiro.

Recomenda-se enfaticamente a realização da análise de impacto das mudanças propostas para efeito de determinação do percentual adequado. Por exemplo, para sistemas que já atendem ao padrão W3C (World Wide Web Consortium) o esforço é menor, podendo usar, neste caso, um percentual diferente do citado acima. É importante ressaltar que os sistemas Web devem seguir o padrão W3C, como recomendado na e- Ping. Caso seja necessário fazer a adequação do sistema para atendimento ao padrão W3C, pode-se usar a fórmula acima.

### 1.3 Banco de Dados

Nesta categoria encontram-se as demandas de atualização de versão do sistema gerenciador de banco de dados. As funções de dados não devem ser contadas. Estas demandas devem ser dimensionadas de acordo com a fórmula abaixo.

$$PF\_ATUALIZAÇÃO\_VERSÃO\_BD = PF\_ALTERADO \times 0,60$$

O PF\\_ALTERADO deve considerar apenas as funcionalidades impactadas. As funcionalidades que possuem apenas demandas de testes, devem ser contadas conforme o item 4.14.

#### 1. Manutenção em Interface

A manutenção em Interface, denominada na literatura de manutenção cosmética é associada à alteração em itens, como por exemplo, ajustes em telas, layout, estilos, mensagens ao usuário, criação ou ajuste em banner, imagem, botões, entre outros. Estas alterações consideradas cosméticas não impactam em melhorias funcionais, ou seja, não alteram funcionalidades em sua lógica de processamento.

Seguem alguns exemplos de melhorias cosméticas:

- Campos reposicionados em telas, relatórios e arquivos;
- Alteração de títulos em telas, relatórios e arquivos;
- Alteração em nomenclatura de campos (labels) e variáveis em telas, em relatórios, em arquivos;
- Ajustes de interface, como por exemplo, logotipo, banner, fonte (tipo), cores, tamanho e posicionamento de informações na tela;
- Mudanças de texto em mensagens de erro, validação, aviso, alerta, confirmação de cadastro ou conclusão de processamento;
- Inclusão, alteração ou exclusão de botões de navegação;
- Mudança na ordem de colunas em telas, relatórios e arquivos;
- Ajustes referentes aceite de campos somente com textos em maiúsculas ou minúsculas, ou aceite de caracteres acentuados.

Nestes casos, deve-se identificar no escopo da contagem, as funções de transação que serão escopo apenas de manutenção cosmética. Estas demandas devem ser dimensionadas de acordo com a fórmula abaixo.

$$PF\_INTERFACE = PF\_ALTERADO \times 0,25$$

**Observação 1:** O percentual definido como fator de impacto a ser utilizado não é cumulativo, ou seja, caso duas ou mais melhorias cosméticas sejam realizadas na mesma interface, o percentual será aplicado apenas uma vez.

**Observação 2:** Esta diretriz não poderá ser aplicada simultaneamente em funcionalidades que estejam sofrendo alterações funcionais. Exemplo: O usuário do sistema de Sinistro solicitou que na funcionalidade de Realizar Abertura de Sinistro tenha o layout alterado para que o botão possua uma nova forma e nova cor, assim como, solicitou alterar o logotipo antigo para um logotipo novo.

#### 1. Adaptação em Funcionalidades sem Alteração de Requisitos Funcionais

São consideradas nesta categoria as demandas de manutenção adaptativa e de manutenção preventiva associadas à adequação de funcionalidades às mudanças de regras de negócio ou de Legislação ou requisitos de usabilidade que não se enquadram nas funções alteradas do Projeto de Melhoria, seguindo as regras de contagem do CPM. Observe que tais solicitações envolvem aspectos não funcionais, sem alteração em requisitos funcionais.

Seguem alguns exemplos de Manutenção Adaptativa:

- Permitir exclusão múltipla em uma funcionalidade que antes só possibilitava a exclusão de um item;
- Adaptação da funcionalidade para possibilitar a chamada por um Webservice ou para outro tipo de integração com outros sistemas;
- Replicação de funcionalidade: chamar uma consulta existente em outra tela da aplicação;
- Replicação de base de dados ou criação de base temporária para resolver problemas de performance ou segurança;
- Alteração na aplicação para adaptação às alterações realizadas na interface com rotinas de integração com outros softwares, por exemplo, alteração em sub-rotinas chamadas por este software.

Seguem alguns exemplos de Manutenção Preventiva:

- Manutenções preventivas nos sistemas para evitar futuros problemas de performance, sobrecarga, ou ainda, mudanças para reestruturar programas ou dados a fim de melhorar a facilidade de manutenção ou outros atributos do software instalado;
- Mudanças no software ou hardware executadas para prevenir defeitos futuros ou falhas antes que eles se manifestem.

Nestes casos, a aferição do tamanho em Pontos de Função da funcionalidade ou das funcionalidades alteradas considera 75% ou 90% do PF\\_ALTERADO, segundo a fórmula abaixo:

$$PF\_ADAPTATIVA\_RNF = PF\_ALTERADO \times FI$$

$$PF\_PREVENTIVA = PF\_ALTERADO \times FI$$

FI = Fator de Impacto pode variar de 75% a 90% de acordo com o seguinte:

- Funcionalidade de sistema sem necessidade de redocumentação da funcionalidade: FI = 75%
- Funcionalidade de sistema com necessidade de redocumentação da funcionalidade: FI = 90%.

É importante ressaltar que Ponto de Função é uma métrica de tamanho funcional. Desta forma, deve-se ter cuidado com essa métrica definida por analogia. Em alguns casos, a mudança em requisitos não funcionais pode gerar um esforço muito grande em relação a essa métrica, por exemplo, em casos de mudança de arquitetura. Para esses casos



deverá ser aplicada a orientação da seção 5 deste manual.

### 1. Apuração Especial

São funcionalidades executadas apenas uma vez para: corrigir problemas de dados incorretos na base de dados das aplicações ou atualizar dados em bases de dados de aplicações, detalhados no subitem 4.9.1; gerar um relatório específico ou arquivo para o usuário por meio de recuperação de informações nas bases da aplicação, detalhados no subitem 4.9.2. O subitem 4.9.3 considera os casos de reexecução de uma apuração especial.

Caso a apuração seja de correção de dados devido a erros de funcionalidades de aplicações desenvolvidas pela contratada, observar as cláusulas contratuais com relação a garantias e prazos de correção.

Recomenda-se ao órgão contratante solicitar formalmente para a empresa contratada o armazenamento do script para permitir posterior reexecução.

Cabe ressaltar que o órgão deve avaliar a complexidade das demandas típicas de apuração especial, podendo utilizar um percentual redutor nas fórmulas descritas nas subseções seguintes. Por exemplo, o redutor percentual pode ser aplicado em função da complexidade das demandas, documentação demandada e/ou do processo de desenvolvimento utilizado.

#### 1.1 Base de Dados

Este tipo de apuração especial é um projeto que inclui a geração de procedimentos para atualização da base de dados. Deve-se destacar que estas funções são executadas apenas uma vez, não fazendo parte da aplicação, visando a correção de dados incorretos na base de dados da aplicação ou atualização em função de modificação da estrutura de dados, por exemplo inclusão de valor “sim” ou “não” no campo “indicador de matriz” referente ao CNPJ. Normalmente, nesse tipo de atualização são afetados múltiplos registros. Nestes casos, considera-se a contagem de pontos de função das funcionalidades desenvolvidas. Geralmente, estas funcionalidades são classificadas como Entradas Externas. Nesse caso, como artefato de homologação da demanda, deve ser gerado um relatório para validação do usuário.

É importante ressaltar que as funções de dados associadas aos dados atualizados não devem ser contadas, considerando que não há mudanças nas estruturas dos Arquivos Lógicos Internos.

Foram identificados três tipos de Apuração Especial - Base de Dados, cujas fórmulas de cálculo são apresentadas a seguir:

Atualização de Dados sem Consulta Prévia:

$$PF\_APURAÇÃO\_BD = PF\_INCLUÍDO$$

**Consulta Prévia sem Atualização:**

Em alguns casos de Apuração Especial – Base de Dados, o usuário solicita uma consulta prévia das informações. Deve-se ressaltar que essa consulta deve ser realizada antes da construção da funcionalidade, não se trata de homologação. A consulta prévia não é definida pela empresa contratada, obrigatoriamente essa deve ser solicitada pelo órgão contratante para a avaliação da viabilidade de implementar a Apuração Especial - Base de Dados. De fato, é uma prática interessante para evitar informações errôneas na base de produção dos sistemas. Esta consulta prévia, classificada como Consulta Externa ou Saída Externa deve ser dimensionada considerando-se o tamanho da funcionalidade em questão, conforme a fórmula abaixo:

$$PF\_CONSULTA\_PRÉVIA = PF\_INCLUÍDO$$

Atualização de Dados com Consulta Prévia:

Caso a Apuração Especial - Base de Dados seja solicitada após uma demanda de consulta prévia, deve-se aplicar um fator de 60% na fórmula de contagem da Apuração Especial

- Base de Dados, seguindo a fórmula abaixo:

$$PF\_APURAÇÃO\_BD\_PÓS\_CONSULTA\_PRÉVIA = PF\_INCLUÍDO \times 0,60$$

#### 1.2 Geração de Relatórios

Este tipo de apuração especial é um projeto que inclui a geração de relatórios em uma ou mais mídias para o usuário. Em alguns casos, são solicitadas extrações de dados e envio dos dados para outros sistemas. Caso, neste envio de dados, sejam requisitadas atualizações no sistema de origem, então essas funções transacionais são Saídas Externas, devido à atualização do Arquivo Lógico Interno.

Deve-se destacar que essas funções são executadas apenas uma vez, não fazendo parte da aplicação. Nestes casos, considera-se contagem de pontos de função das funcionalidades desenvolvidas. Frequentemente, estas funcionalidades são classificadas como Saídas

Externas. Também podem ser classificadas como Consultas Externas, caso não possuam cálculos ou criação de dados derivados.

É importante ressaltar que as funções de dados associadas aos dados atualizados não devem ser contadas, considerando que não há mudanças nas estruturas dos Arquivos Lógicos.

$$PF\_APURAÇÃO\_RELATÓRIOS = PF\_INCLUÍDO$$

#### 1.3 Reexecução

Em alguns casos, a empresa contratante pode ter interesse em executar uma apuração especial mais de uma vez. Nestes casos, ela deve solicitar formalmente à contratada o armazenamento do script executado. Desta forma, se for solicitada a reexecução de uma apuração especial, esta deve ser dimensionada com a aplicação de um fator redutor de 10% na contagem de pontos de função da apuração especial em questão, da seguinte maneira:

$$PF\_REEXECUÇÃO\_APURAÇÃO = PF\_NÃO\_AJUSTADO \times 0,10$$

O percentual de multiplicação proposto no item acima é estimado, podendo ser reajustado conforme avaliação da base histórica dos serviços realizados no órgão ou entidade.

### 1. Atualização de Dados

Em alguns casos, as demandas de correção de problemas em base de dados estão associadas a atualizações manuais (de forma interativa), diretamente no banco de dados em um único registro, e que não envolvem cálculos ou procedimentos complexos. São exemplos desse tipo de demanda, a atualização do valor de um campo de uma tabela cadastrado erroneamente ou a exclusão de um registro de uma tabela.

Nestes casos, a aferição do tamanho em Pontos de Função deve considerar 10% do PF de uma Entrada Externa e os Tipos de Dados da Entrada Externa são todos os TD

considerados na funcionalidade – campos atualizados e campos utilizados para a seleção do registro.

#### **PF\_ATUALIZAÇÃO\_BD = PF\_INCLUÍDO x 0,10**

Deve-se ressaltar que neste tipo de demanda não há gestão de configuração (armazenamento de script, versionamento, etc) das atualizações. Caso a contratante identifique a necessidade de realização de gestão de configuração das atualizações no banco de dados, então a demanda será classificada como Apuração Especial - Base de Dados (subitem 4.9.1).

O percentual de multiplicação proposto acima é estimado, podendo ser reajustado conforme avaliação da base histórica dos serviços realizados no órgão ou entidade.

##### **1. Parâmetros Fixos (Hard Coded)**

Parâmetros Fixos (Hard Coded) é um termo correspondente à manutenção em valores de parâmetros ou variáveis de processamento com valores fixos incorporados ao código.

Podem existir situações em que parâmetros fixos (hard coded) alteram a lógica de processamento de uma funcionalidade, considerada como uma alteração funcional. Porém, existem casos em que o fato de se alterar o valor do parâmetro fixo (hard coded) ou variável de processamento não altera a lógica de processamento da funcionalidade.

Se a inclusão ou alteração de valor em parâmetro fixo (hard coded) tiver incidência em processo elementar, ainda que a mesma não tenha alteração em lógica de processamento, deverá ser considerado na contagem como função de transação.

A contagem de Parâmetros fixos deverá realizada conforme a fórmula abaixo:

#### **PF\_ATUALIZAÇÃO\_PARAM = PF\_INCLUÍDO x 0,25**

##### **2. Desenvolvimento, Manutenção e Publicação de Páginas Estáticas Web ou Portal**

Páginas web ou aplicativos mobile cujo conteúdo é exclusivamente estático, sem qualquer funcionalidade associada, portanto sem a possibilidade de associar as regras previstas no CPM a um processo elementar reconhecido pelo usuário, devem ser medidas por definição como função de transação e classificadas como Saída Externa (SE) de complexidade baixa para cada página ou conjunto de páginas que atendam a um único processo de negócio.

Deve ser considerado um processo elementar com a orientação "Conteúdo Estático" para cada canal em que for criado o mesmo conteúdo estático.

#### **PF\_ESTATICO\_INCLUIDO = QUANTIDADE\_PAGINAS x 4 PF**

Para os casos em que um conteúdo estático estiver sendo alterado deve-se considerar a fórmula abaixo:

#### **PF\_ESTATICO\_ALTERADO = PF\_ALTERADO x 0,25**

##### **3. Manutenção de Documentação de Sistemas Legados**

Nesta seção são tratadas demandas de documentação ou atualização de documentação de sistemas legados. Observe que o desenvolvedor deve realizar uma engenharia reversa da aplicação para gerar a documentação. Para este tipo de projeto foi definido o fator de impacto de 25% dos pontos de função da aplicação em questão, considerando a fase de requisitos e a geração de artefatos associados a requisitos.

Caso a demanda seja a geração de artefatos de documentação de outras fases do processo de desenvolvimento, deve-se aplicar as orientações da seção 5 deste manual.

#### **PF\_DOCUMENTAÇÃO = PF\_NÃO\_AJUSTADO x 0,25**

##### **1. Verificação de Erros**

As verificações de erro ou análise e solução de problemas são as demandas referentes a todo comportamento anormal ou indevido apontado pelo cliente nos sistemas aplicativos. Neste caso, a equipe de desenvolvimento da contratada se mobilizará para encontrar as causas do problema ocorrido. Se for constatado algum erro de sistema, a demanda será atendida como manutenção corretiva (seção 4.4).

Entretanto, uma vez não constatado o problema apontado pelo cliente ou o mesmo for decorrente de regras de negócio implementadas ou utilização incorreta das funcionalidades, será realizada a aferição do tamanho em pontos de função das funcionalidades verificadas que o cliente reportou erro. Nestes casos, a aferição do tamanho em Pontos de Função deve considerar 20% do tamanho funcional dessas funcionalidades, segundo a fórmula abaixo:

#### **PF\_VERIFICAÇÃO = PF\_Funcionalidade\_Reportada\_Com\_Erro x 0,20**

É importante ressaltar que a demanda de verificação de erros deve ser associada a uma funcionalidade específica. Os casos de sistema fora do ar por conta de problemas de rede ou banco de dados devem ser tratados como serviços de suporte e não serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Esses serviços de suporte não fazem parte do escopo desse roteiro de métricas, não se aplicando verificação de erros nestes casos.

##### **2. Pontos de Função de Teste**

Muitas vezes, em projetos de manutenção o conjunto de funções de dados e funções transacionais a serem testadas é maior do que a quantidade de funções a serem implementadas, i.e., além das funcionalidades que são afetadas diretamente pelo projeto de manutenção, outras precisam ser testadas [NESMA, 2009]. Para estes casos devem ser seguidas as orientações desta seção.

###### **2.1 Testes Funcionais**

O tamanho das funções a serem testadas deve ser aferido em Pontos de Função de Teste Funcional (PFT). Não considerar as funcionalidades incluídas, alteradas ou excluídas do projeto de manutenção na contagem de Pontos de Função de Teste Funcional.

A contagem de PFT deve considerar o seguinte [NESMA, 2009]:

- Determinar o tamanho em Pontos de Função de cada função de dados ou transacional envolvida no teste;
- Calcular o tamanho em Pontos de Função de todas as funções de dados ou transacionais envolvidas no teste;

A contagem do Ponto de Função de Testes Funcionais (PFT) deve ser feita de acordo com a fórmula abaixo:

#### **PFT = PF\_Funcionalidades\_Apenas\_Testadas x 0,15**

É importante ressaltar que as funções testadas consideradas no PFT podem ser identificadas pela equipe de desenvolvimento ou requisitadas pelo cliente, devendo ser documentadas. Observe que estas funções farão parte do escopo do projeto de manutenção, sendo consideradas para efeito de estimativa de esforço e faturamento junto ao

cliente.

**Observação:** Em alguns projetos de desenvolvimento ou de manutenção podem ocorrer demandas de testes integrados em outras fronteiras. Nestes casos, há demandas de teste de funcionalidades de outras aplicações. Desta forma, será contado Ponto de Função de Testes para estas funcionalidades de outras fronteiras.

## 2.2 Testes Não Funcionais

Em alguns projetos podem ocorrer demandas de testes não funcionais. O teste não funcional tem como propósito testar os atributos de um componente ou sistema que não se relacionam à funcionalidade, por exemplo: confiabilidade, eficiência, usabilidade, manutenibilidade e portabilidade. Os principais tipos de testes não funcionais realizados nos sistemas, dentre outros, são os seguintes:

- Testes de performance – para verificar o tempo de resposta da aplicação;
- Testes de stress – para verificar a quantidade de usuários simultâneos suportados pela aplicação;
- Teste de integração – para verificar se os componentes, juntos, executam conforme está descrito nas especificações. Estes testes não são focados em “o quê” os componentes fazem, mas se eles “se comunicam” conforme especificado no desenho do sistema;
- Teste de segurança – para verificar o atendimento dos requisitos não funcionais de segurança;
- Teste de portabilidade – para verificar o comportamento da aplicação em vários ambientes, como por exemplo, testar um PGD em vários ambientes, testar uma aplicação web em diferentes browsers e testar a mesma aplicação em diferentes tipos de dispositivo móvel.

As atividades de execução de testes não funcionais devem ser realizadas por especialistas em testes e dimensionadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF\_TESTES\_NAO\_FUNCIONAIS = PF\_Funcionalidades\_Testadas \times 0,25$$

Devem ser consideradas apenas as funções transacionais impactadas pela demanda do teste não funcional.

É importante ressaltar que PF é uma métrica de tamanho funcional. Desta forma, deve-se ter cuidado com essa métrica definida por analogia. Em alguns casos, o teste em requisitos não funcionais pode gerar um esforço muito grande em relação a essa métrica. Para estes casos deve-se aplicar as orientações da seção 5 deste manual.

Deverão ser gerados documentos que evidenciem a realização dos testes não funcionais, caso o cliente solicite comprovação da realização destes testes.

## 2.3 Projeto de Teste Integrado

Nesta seção são tratadas as demandas específicas do cliente de realização de Testes Integrados, baseados em processos de negócio. Estas demandas consistem no teste do comportamento de funções de dados e transacionais de forma integrada com outros sistemas. Por exemplo, demanda de teste integrado do Macroprocesso de Crédito Tributário.

A contagem de PF destas demandas consiste no seguinte:

Calcular o tamanho em Pontos de Função de todas as funções de dados ou transacionais envolvidas no teste.

$$PF\_TESTES\_INTEGRADOS = PF\_Funcionalidades\_Apenas\_Testadas \times 0,25$$

### 4.15.4 Pontos de Função de Massa de Teste para Homologação

Em alguns projetos podem ocorrer demandas de geração de massa de testes para homologação. Estas atividades consistem em carga de dados no Banco de Dados do Ambiente de Homologação. A realização destas atividades é similar à Conversão de Dados. Desta forma, o dimensionamento deve ser realizado da seguinte maneira: Contar uma Entrada Externa para cada Arquivo Lógico Interno ou Arquivo de Interface Externa carregado, desconsiderando os Registros Lógicos. A EE terá sempre apenas um Arquivo Referenciado (o Arquivo Lógico carregado) e os Tipos de Dados (TDs) serão os campos das tabelas carregados. Segue a fórmula de cálculo:

$$PF\_MASSA\_TESTES = PF\_Incluído\_Carga\_Dados$$

Este Roteiro não contempla retrabalho para carga de Massa de Testes para Homologação. Após realização da carga de dados no Banco de Dados do Ambiente de Homologação, caso o cliente solicite mudanças nos requisitos do projeto, tornando necessário implementar e executar novas cargas, elas deverão ser consideradas na planilha de contagem, justificando o fato de existirem duas cargas para o mesmo ALI na contagem.

#### 1. Componente Interno Reusável

Em alguns casos são demandadas criações e manutenções de componentes específicos de uma aplicação e estes são reusados por várias funcionalidades da aplicação. Por exemplo, uma mudança em uma rotina de validação de um CPF usada em várias funcionalidades de cadastro. Se considerarmos o método de contagem de projetos de melhoria do CPM, seriam contadas todas as funcionalidades impactadas por essa mudança.

No entanto, este roteiro propõe que o componente, o qual deverá ser testado, seja considerado como um processo elementar independente e contado como uma funcionalidade. Além disso, as funcionalidades da aplicação que necessitem de teste devem ser dimensionadas por meio da métrica Pontos de Função de Teste proposta na seção 4.15.

$$PF\_COMPONENTE = PF\_NAO\_AJUSTADO$$

Seguem alguns exemplos de manutenção de componentes:

· Alteração de valores de elementos internos de configuração que afetem o comportamento ou a apresentação do sistema de forma geral, tais como páginas de estilos (arquivos CSS de sistemas Web), arquivos com mensagens de erro, arquivos de configuração de sistema, arquivos de internacionalização;

· Mudança em tópico de um menu de um sistema em PHP que aparece em todas as telas da aplicação. A contagem pode ser realizada considerando o componente “Apresentar Menu”.

#### 2. Dados de Código

Segundo o CPM, os dados de código, às vezes chamados de dados de lista ou dados de tradução, fornecem uma lista de valores válidos que um atributo descritivo pode ter.

Normalmente os atributos de dados de código são código, descrição e/ou outros atributos ‘padrão’ descrevendo o código; por exemplo, abreviação padrão, data de início de vigência, data de expiração, dados de trilha de auditoria, etc. Ao utilizar códigos em dados de negócio, é necessário ter meios de tradução para converter de código para algo mais reconhecível pelo usuário. Exemplos são valores válidos, descrições de códigos ou tabelas de tradução. Alguns dados de código são desenvolvidos para atender requisitos específicos do usuário e contêm dados que estão dentro do domínio do usuário. Outros dados de código podem ser derivados a partir dos requisitos do usuário para restringir os valores permitidos e também podem ser criados em uma tentativa de reduzir requisitos de espaço em disco. Os requisitos podem também incluir a habilidade de manter dados de código, mas todos esses são requisitos não- funcionais do usuário.

Portanto, mesmo que os requisitos do usuário incluam a habilidade de manter dados de código, isso não os transforma em requisitos funcionais, pois sua natureza é não funcional, conforme definição no CPM, “os dados de código são uma implementação de requisitos não funcionais do usuário”. Dado de código é implementação de requisitos técnicos e não influencia o seu tamanho funcional.

Para os projetos da EMATER-DF, sejam de desenvolvimento e melhoria de software, a contagem de dados de código poderá fazer parte da medição se houver requisito aprovado pelo gestor.

Na contagem de transações que implementam requisitos funcionais e que acessam também dados de código, só devem ser considerados como arquivos referenciados os ALIs e AIEs que implementam dados de negócio ou dados de referência e nunca dados de código. Contempla a necessidade de criar ou alterar funcionalidades de cadastro, alteração, exclusão e consulta de dados de código, desde que sejam mantidas e solicitadas pelo usuário.

## 2.1 Desenvolvimento e Manutenção em Dados de Código

Contempla a necessidade de criar ou alterar funcionalidades de cadastro, alteração, exclusão e consulta de dados de código, desde que sejam mantidas e solicitadas pelo usuário. Nesses casos, para as funções transacionais, aplica-se 50% da função de mais baixa complexidade (3 PF) e, para as funções de dados, aplica-se 50% do ALI de mais baixa complexidade (7 PF).

Segue a fórmula:

$$PF\_DC = PF\_Funcionalidades\_Impactadas * FI$$

Onde:

**FI:** 1,5 PF para funções de transação e 3,5 PF para funções de dados.

**Observação:** Esse tópico não se aplica para atividades de inclusão, alteração e exclusão de dados de domínio em tabelas classificadas como dados de código, o qual é tratado pelo item 4.17.2.

## 2.2 Atualização de Dados de Código

Contemplam a necessidade de inclusão, alteração ou exclusão de dados pertencentes a listas (combo box) ou tabelas físicas.

Neste caso, considera-se 50% da contagem de pontos de função de uma Entrada Externa de complexidade baixa, ou seja, 1,5 PF por lista ou tabela física alterada, incluída ou excluída.

Segue a fórmula:

$$PF\_INM = PF\_TB * 1,5 PF$$

Onde:

**PF\_INM:** valor em pontos de função do item não mensurável;

**PF\_TB:** quantidade de listas ou tabelas físicas impactadas.

### 1. Múltiplas Mídias

O objetivo desta diretriz é apresentar orientações para a contagem de múltiplas mídias nos diversos cenários apresentados no âmbito da EMATER-DF.

A diretriz descrita possui o propósito de resolver as seguintes questões de negócio:

- Aumentar acurácia das estimativas de esforço contemplando cenários onde a mesma função é entregue em mais de uma mídia;
- Proporcionar maior transparência nas negociações junto aos fornecedores.

No contexto de contagem de pontos de função, funções disponibilizadas em múltiplas mídias é uma situação comum. Entretanto, a interpretação para medir o tamanho funcional destes casos frequentemente gera duas abordagens distintas que impactam nas estimativas de esforço do projeto, a saber: single instance e multiple instance.

É importante enfatizar que o IFPUG reconhece ambas abordagens, para a aplicação das regras definidas no CPM.

A seguir são descritos os termos comuns definidos pelo IFPUG [IFPUG, 2010a]:

- Canal: também se refere a mídia. Múltiplos canais é sinônimo de múltiplas mídias.
- Mídia: O termo mídia refere-se ao meio pelo qual os dados são enviados para dentro ou para a fora da fronteira da aplicação. Exemplo: extrato de conta corrente exibido em tela ou enviado para impressora.
- Multimídia: Quando mais de uma mídia é necessária para entregar uma única função. Exemplo: consulta de notícia na internet que inclui tanto vídeo como texto. A história completa só pode ser entendida se o vídeo e o texto forem exibidos. Neste caso é considerada uma única funcionalidade para exibir a notícia com vídeo e texto.
- Múltiplas Mídias: Dentro do contexto de contagem de Pontos de Função, refere-se à disponibilização ou entrega de uma mesma função de transação em diferentes mídias.

Os cenários apresentados não representam uma lista completa de todas as situações possíveis. Outras situações podem ocorrer conforme as necessidades e características de cada projeto. Os cenários apresentados servem como guia e exemplos para contagem de múltiplas mídias. As funcionalidades identificadas terão sua contribuição no tamanho funcional definida de acordo com os itens 4.1 e 4.2 deste manual.

- Saída ou consulta de mesmo conjunto de dados, considerado Processo Elementar em tela, e/ou em impressora e/ou disponibilizado também em arquivo físico com diferentes formatos, devem ser contados desde que seja necessário desenvolvimento específico para a disponibilização nas demais mídias.
- Entrada de mesmo conjunto de dados, considerado Processo Elementar, pela inclusão online em tela ou via processo batch.

**Observação:** Caso tenha disponível ferramenta ou recurso que disponibilize de forma automática o resultado da Saída ou Consulta em múltiplas mídias ou a geração seja um requisito técnico, as funções identificadas não devem ser contadas utilizando a diretriz de múltiplas mídias.

- Cenário 1 – Múltiplos meios de saída (arquivo, tela, impresso, e-mail)

ü Deve ser contado como processos distintos, somente quando o aplicativo sendo desenvolvido não utilizar componentes já existentes e não fizer uso de recursos do próprio sistema operacional.

- Cenário 2 – Múltiplos meios de entrada (batch e on-line)

ü Deve ser contado como processos distintos, utilizando as regras de contagem de pontos de função.

- Cenário 3 – Múltiplos formatos de relatório (exemplo: pdf, excel, txt)

ü Deve ser contado como processos distintos, somente quando o aplicativo sendo desenvolvido não utilizar componentes já existentes e não fizer uso de recursos do próprio sistema operacional.

### 1. Log, Trilha de Auditoria e Histórico

O objetivo dessa sessão é descrever orientações sucintas a respeito de contagem de log, trilha de auditoria e histórico.

#### 1.1 Log

Conceituamos o termo “Log” como o registro de procedimentos ou ações realizadas pela aplicação, em determinado período de tempo, com o objetivo de apoiar a auditoria

do ambiente tecnológico e a identificação das causas raízes de falhas em sistemas. Diante desse conceito, definimos que o Log não deve ser mensurado com Pontos de Função, já que ele não armazena informações negociais reconhecidas pelo usuário da aplicação.

## 1.2 Trilha de Auditoria

Conceituamos “Trilha de Auditoria” como a funcionalidade que tem o objetivo de armazenar informações referentes às ações realizadas pelos usuários da aplicação no passado, de modo que seja possível apurar quais foram as ações executadas quando da utilização do sistema.

Para isso, devem existir no mínimo as informações para identificar quem realizou a ação, quando e o que foi realizado, além de outras informações que o usuário da aplicação defina como necessárias.

A trilha de auditoria deve ser solicitada pelo usuário da aplicação e, para a contagem, deve existir funcionalidade de consulta a tais dados.

Caso a trilha de auditoria faça parte da política corporativa de segurança da informação adotada pelo contratante para todos os sistemas do órgão, ela deve ser considerada como um requisito não funcional e, portanto, não será mensurável em ponto de função.

Diante do exposto, a principal diferença entre o Log e a Trilha de Auditoria é:

**Log:** apoia a coleta de informações no âmbito tecnológico, ou seja, em problemas decorrentes da arquitetura tecnológica que precisam ser investigados, por meio da análise do conjunto de procedimentos executadas pela aplicação, como exemplo a baixa performance no sistema, travamentos e outros comportamentos inesperados.

**Trilha de Auditoria:** apoia a auditoria para os dados de negócio, armazenando informações das ações realizadas pelo usuário na aplicação.

## 1.3 Histórico

Conceituamos “Histórico” como um registro de estados com informações anteriores de um registro em determinado momento. O usuário poderá consultar a evolução dessas informações

em uma linha do tempo e sua existência é justificada pelo negócio. Assim, para fazer parte do tamanho funcional, deve ser solicitado pelo gestor e deverá existir funcionalidade de consulta a tais dados.

A função de consulta aos dados de um histórico deverá ser contada de acordo com as regras de contagem das funções transacionais do CPM.

Não devem ser consideradas na contagem funções de transação separadas para incluir, alterar e excluir as informações históricas, pois o armazenamento dessas informações é parte integrante das mesmas funcionalidades que processam os dados de negócio. Apenas quando o histórico for mantido de forma independente do registro principal, por exemplo no caso do ALI principal ter sido excluído, o histórico se torna um ALI independente e não um registro lógico do ALI relacionado.

### 1. Atividades Sem Contagem de Pontos de Função

No processo de Desenvolvimento de Sistemas existem atividades que não fazem parte do tamanho do software, e sim estão relacionadas ao projeto de desenvolvimento. Para estas atividades será considerado o percentual de 25% do Ponto de Função, conforme a fórmula abaixo:

$$PF\_ATIV\_NM = ESFORCO\_HORAS * 0,25 PF$$

A seguir estão descritas atividades que se enquadram nesta categoria, porém não se trata de uma lista exaustiva:

• **Treinamentos em Tecnologia, Metodologias, Métricas, etc.:** encontram-se nesta categoria as demandas de treinamentos em linguagens de programação, ferramentas de gestão, processos, modelos da qualidade, métricas, etc. Assim, devem ser consideradas as horas de consultoria para preparação e execução do curso.

• **Desenvolvimento de Cursos para EaD:** encontram-se nesta categoria as demandas de desenvolvimento de um curso na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

• **Mapeamento de Processos de Negócio:** encontram-se nesta categoria as demandas de elaboração de documentação contendo o mapeamento de processos de negócio de uma organização ou de parte de uma organização.

• **Elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI):** encontram-se nesta categoria demandas para elaboração de PDTIs.

• **Definição de Processo de Desenvolvimento de Soluções:** encontram-se nesta categoria demandas para definição de Processos de Software, aderentes às melhores práticas do CMMI e IN04.

• **Administração e Modelagem de Dados:** este serviço requer uma equipe de ADs com um número de profissionais definido junto a contratante, dedicada para atender as demandas associadas à definição e manutenção do modelo de dados de negócio. Esta equipe fica disponível em horário comercial para atendimento das demandas. Assim, estes serviços não possuem contagem de PF associada. É importante ressaltar que as atividades de banco de dados associadas ao projeto de desenvolvimento ou de manutenção, por exemplo, preparação de ambiente (testes, homologação, implantação), desempenhadas pelos DBAs da equipe de desenvolvimento, já estão consideradas dentro do projeto de software, não cabendo cobrança adicional.

• **Análise de Solução:** Serviço de apoio destinado à análise de regras de negócio implementadas em soluções de TI. Estas demandas não possuem contagem de PF associada.

• **Consultoria e Mentoring:** Serviço de apoio destinado à análise de regras de negócio a serem implementadas em soluções de TI realizado por consultores especialistas da contratada. As demais modalidades de consultoria também podem ser enquadradas neste item, por exemplo, Consultoria em Métricas. Estas demandas não possuem contagem de PF associada.

Outras atividades contidas em um processo de software devem ser gerenciadas dentro do projeto de desenvolvimento ou de manutenção, no entanto o esforço deve ser considerado separadamente da estimativa de esforço derivado da contagem de Pontos de Função. Estas atividades também devem ser precificadas a parte. São elas:

• **Treinamento para Implantação:** são demandas de treinamentos sobre utilização do sistema a ser implantado para os gestores de solução do cliente e usuários. O esforço deste serviço deve ser considerado separadamente da estimativa de esforço derivada da contagem de PF. Deve-se ressaltar que este treinamento para implantação pode ser definido na modalidade de EaD, sendo tratado como um projeto de treinamento a parte. O esforço deste é considerado dentro do projeto de EaD que não faz parte do projeto de desenvolvimento ou manutenção em questão.

• **Especificação de Negócio:** esta atividade é a primeira atividade a ser executada em uma demanda de projeto de desenvolvimento e/ou de manutenção. O objetivo desta atividade é gerar a Especificação da demanda. O principal produto gerado nesta atividade é o artefato: Documento de Visão do Projeto (DV). Além do DV podem ser gerados outros documentos, tais como: atas de reunião, documento de requisitos não funcionais e glossário da especificação de negócio. Essas atividades antecedem a fase de requisitos – primeira fase do processo de software.

• **Análise de Viabilidade:** Serviço de apoio destinado à análise de arquitetura, processos e regras de negócio implementados em soluções de TI. Estas demandas não possuem contagem de PF associada.

• **Apoio à Especificação:** Serviço de apoio destinado à análise de regras de negócio a serem implementadas em soluções de TI. Estas demandas não possuem contagem de PF associada.

• **Componentes Não Funcionais:** A métrica Pontos de Função tem como propósito dimensionar o tamanho de projetos de software, considerando apenas os requisitos funcionais. No entanto, há demandas em que os requisitos não funcionais possuem alta complexidade, sem funcionalidade associada, as quais devem ser tratadas como uma demanda a parte. Caso seja possível dimensionar as funcionalidades do componente, este deve ser dimensionado em Pontos de Função, sendo tratado como uma fronteira a parte, seguindo as orientações do IFPUG. Além disso, devem ser contados os testes não funcionais associados ao desenvolvimento ou manutenção do componente.

• **Suporte à Homologação:** a preparação e a disponibilização do ambiente de homologação (infra estrutura) e a documentação da atividade de homologação – plano de homologação, assim como a correção de eventuais erros estão contempladas no processo de software, remunerado em Pontos de Função. Além disso, a elaboração do Roteiro de Homologação também será tratada como uma atividade remunerada em Pontos de Função. Cabe ressaltar que as atividades de suporte à homologação presencial ou à distância, tais como: esclarecimento de dúvidas sobre os requisitos do sistema, participação de profissionais para suporte ao evento de homologação e apoio, podem ser tratados como uma demanda a parte.

• **Treinamento para Implantação:** são demandas de treinamentos presencial ou à distância sobre utilização do sistema a ser implantado para os gestores de solução do cliente e usuários. O esforço deste serviço é considerado separadamente da estimativa de esforço derivada da contagem de PF.

• **Suporte de Sistema:** são esforços dedicados ao suporte de sistemas para atendimento e orientação de usuário.

• **Briefing de Portal:** são demandas de levantamento para registrar os dados e informações necessárias para criação padrões visuais para documentação, sistemas, sítios e

portais.

·**Identidade Visual:** são demandas para criação de identidade visual para documentação, sistemas, sítios e portais.

·**Aplicação de Identidade Visual:** são demandas para a aplicação de identidade visual em documentações, sistemas, sítios e portais.

A seguir estão descritas atividades de DataWarehouse que se enquadram nesta categoria, porém não se trata de uma lista exaustiva:

·**Atuar em eventos de Processo OLAP:** atividades de atuação em eventos relativos à qualidade do Processo OLAP, participação em reuniões para levantamento de informações de novos temas de DW e evolução de temas existentes, para garantia de integração dos dados em nível corporativo.

·**Sistematizar Processos:** atividades de definição, desenvolvimento, manutenção e disseminação de aplicações, ferramentas de apoio e padrões a serem seguidos.

·**Divulgar e Garantir o Uso de Padrões:** atividades de divulgação e auditoria do uso do processo OLAP, das normas e padrões vigentes para a construção do DW corporativo da EMATER-DF.

·**Manter Dimensões Globais:** atividades de identificação e criação de estrutura para armazenamento de dados das Dimensões Globais do DW Corporativo da EMATER-DF.

·**Elaborar Especificação de Requisitos Dimensionais:** atividades de modelagem e descrição das tabelas Fatos, Dimensão e os objetos, apresentando a Constelação, Lista de Estrelas, os Diagramas e a Descrição das tabelas.

·**Apurar a Origem dos Dados:** atividades de apuração e documentação de origem dos dados para as entidades do Processo OLAP.

·**Documentar Artefatos:** atividades de documentação do processo OLAP (tabelas Fato, atributos, métricas, relacionamentos, domínios, lista de valores válidos, regras de transformação), Origem de Dados e Especificação de Requisitos Dimensionais, conforme metodologia de trabalho definida pela EMATER-DF.

·**Verificar, Revisar e Validar Modelo Lógico de Dados:** atividades de revisão do Modelo de Dados, verificando a adequação aos padrões definidos, completeza e correção.

·**Elaborar o projeto de ETL:** atividades de documentação do processo de ETL e atualização dos artefatos produzidos neste serviço.

·**Manter Metadados de Produção do DW Receita:** atividades de modelagem construção e manutenção da Base de Metadados com informações necessárias à gerência dos processos de extração, transformação e carga.

·**Apoiar o processo de desenvolvimento de temas do DW:** atividades de apoio ao desenvolvimento de temas em todas as fases de trabalho.

·**Suporte às equipes temáticas:** atividades de suporte e consultoria às diversas equipes temáticas tanto durante o desenvolvimento dos temas de DW quanto à manutenção dos temas.

·**Suporte aos usuários dos temas de DW:** atividades de suporte e consultoria aos usuários dos temas de DW durante a utilização dos mesmos, no que tange à construção de relatórios, utilização de objetos e as diversas aplicações que compõem o serviço do Processo OLAP.

·**Apoiar Homologação, Implantação e Treinamento de temas:** atividades de apoio a homologação, implantação e treinamento de temas, considerando testes referentes à implementação do modelo dimensional de dados.

1. Considerações Especiais

Este capítulo tem como propósito apresentar as recomendações para o gerenciamento de: mudanças de requisitos, projetos cancelados e progresso de projetos, e considerações sobre redução de cronograma e fator de criticidade de solicitação de serviços.

2. Distribuição de Esforço por Fase do Projeto

A tabela a seguir apresenta as macroatividades e distribuição de esforço a serem consideradas no âmbito da EMATER-DF.

Macroatividades do Processo de Desenvolvimento de Software	Percentual de esforço (%)
Engenharia de Requisitos	25%
Design / Arquitetura	10%
Implementação	40%
Testes	15%
Homologação	5%
Implantação	5%

Tabela: Distribuição de Esforço por Macroatividades do Projeto

3. Considerações Sobre Mudanças de Requisitos

Em projetos de desenvolvimento e de manutenção de software é bastante observada a mudança de requisitos anterior à implantação do projeto, conforme o usuário e o desenvolvedor adquirem mais conhecimento sobre as necessidades e funcionalidades de negócio [Sommerville, 2007]. O CPM denomina este fenômeno de Scope Creep.

A pontuação será realizada segundo as regras do IFPUG e regras definidas nesse documento.

As demandas de mudança de requisitos devem ser contadas à parte da contagem do projeto de desenvolvimento ou de manutenção e devem considerar as funcionalidades antes da mudança;

A quantidade de PF apurada deve levar em conta o esforço já realizado no processo de desenvolvimento da funcionalidade até o momento da solicitação de mudança. Nos projetos onde exista o gerenciamento e o acompanhamento do seu progresso, é preciso aplicar, na fórmula do cálculo do PF, o percentual das atividades concluídas das fases do processo de desenvolvimento até o momento da identificação da mudança. Nos projetos sem gerenciamento do seu progresso, é preciso aplicar o percentual das fases concluídas, segundo a distribuição de esforço definida em contrato.

As mudanças que não tragam impacto aos requisitos originais do projeto, caracterizadas pelo acréscimo de funcionalidades ao escopo do projeto de desenvolvimento ou de manutenção, serão acrescentadas na contagem de PF do projeto e não geram contagem de PF de mudança, ou seja, representam um trabalho adicional e não retrabalho.

Exemplo: Alteração de requisitos

No início da homologação foram solicitadas mudanças nos requisitos da EE e da CE, sendo que a complexidade da CE passou a ser média (4 PF) após a mudança. Nesta situação hipotética, a contagem de PF\_SM será a seguinte:

·EE original: 6 PF

·CE original: 3 PF

·PF\_SM = (6 PF + 3 PF) = 9 PF

·PF\_SM = 9 PF x 90% *Nota'*

·PF\_SM = 8,1 PF

**Nota 2:** No contexto do exemplo e usando a distribuição de esforço da Tabela da seção 6.1, o projeto na fase de testes (a última fase concluída antes da fase de homologação) registra progresso de 90%. Assim, para fins de gestão e faturamento, o valor do PF\_SM seria o correspondente a: 9 PF \* 90% = 8,1 PF “cheios”.

1. Considerações Sobre Projetos Cancelados

Em alguns casos, devido a mudanças no ambiente da contratante, uma demanda ou parte de um projeto de desenvolvimento ou manutenção pode ser cancelado a critério da contratante. Nestes casos, o tamanho funcional das funcionalidades canceladas será aferido por meio da contagem de pontos de função das funcionalidades canceladas e um fator de impacto.

O fator de impacto é definido com base no percentual de esforço alocado à construção da funcionalidade em questão, observando a Tabela de distribuição de esforço contida na subseção 6.1. O fator de impacto deve ser aplicado na contagem de pontos de função das funcionalidades em questão. É importante ressaltar que em um processo de desenvolvimento incremental uma funcionalidade pode, por exemplo, estar em fase de requisitos e de testes, porque o plano de testes é construído na fase de requisitos.

2. Considerações Sobre Redução de Cronograma

As estimativas de prazo não são lineares com o tamanho do projeto. Jones [Jones, 2007] propõe a fórmula abaixo, para o cálculo do melhor tempo de desenvolvimento (onde há uma melhor relação custo x benefício de alocação de recursos e menor prazo de desenvolvimento), dado o tamanho de um projeto específico.

Td = V t

Onde:

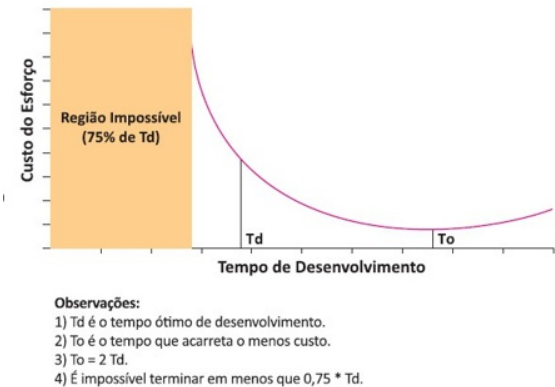
Td: prazo de desenvolvimento

V: tamanho do projeto em pontos de função

t: o expoente t é definido de acordo com a Tabela a seguir:

Tipo de Sistema	Expoente t
Sistema Comum – Mainframe (desenvolvimento de sistema com alto grau de reuso ou manutenção evolutiva)	0,32 a 0,33
Sistema Comum – WEB ou Cliente Servidor	0,34 a 0,35
Sistema OO (se o projeto OO não for novidade para equipe, não tiver o desenvolvimento de componentes reusáveis, considerar sistema comum)	0,36
Sistema Cliente/Servidor (com alta complexidade arquitetural e integração com outros sistemas)	0,37
Sistemas Gerenciais complexos com muitas integrações, Datawarehousing, Geoprocessamento, Workflow	0,39
Software Básico, Frameworks, Sistemas Comerciais	0,40
Software Militar (ex: Defesa do Espaço Aéreo)	0,45

Jones [Jones, 2007] propõe uma fórmula para o cálculo do melhor tempo de desenvolvimento, denominado Td e de Região Impossível (RI) de desenvolvimento. Na Região Impossível (RI), a adição de mais recursos ao projeto não implicará em redução no prazo. Note que a curva mostra que quanto menor o prazo almejado para a conclusão do projeto, maior será o esforço requerido e, consequentemente, maior o custo do projeto. O aumento do esforço para reduzir o prazo acontece através da realização de horas extras e da inclusão de pessoal adicional, gerando retrabalho. No entanto, a redução de prazo tem um limite, como demonstra a Região Impossível da figura abaixo.



Alguns projetos, devido à legislação e a outros fatores externos, já se iniciam com um prazo imposto. Se este prazo for igual ou superior ao prazo calculado pela fórmula de Capers Jones (expoente t) ou, em caso de projetos pequenos (menores que 100 PF), igual ou superior a um prazo calculado considerando o trabalho da equipe de 7 horas/ dia nos dias úteis, então o projeto é tratado como normal.

No entanto, se o projeto tiver um prazo imposto inferior ao prazo calculado, então pode-se considerar a seguinte proposta como uma sugestão de valores:

- Redução de prazo de 10%: aumento de esforço de 20% (projetos urgentes);
- Redução de prazo de 20%: aumento de esforço de 50% (projetos críticos);
- Redução de prazo de 25%: aumento de esforço de 70% (projetos de alta criticidade).

Deve-se ressaltar que não é possível uma redução de prazo maior que 25%, devido aos cálculos de Região Impossível e ainda, conforme nos aproximamos da Região Impossível, o esforço e o custo do projeto aumentam de maneira exponencial.

Como os riscos da redução de cronograma também são altos, não é recomendada a redução de cronograma. Deve-se tentar priorizar funcionalidades trabalhando com o processo incremental.

Caso o contrato seja baseado em preço por pontos de função, este aumento de esforço será refletido na contagem de PF. Assim, um aumento de esforço de 20% implica em aumento de 20% no custo de PF; aumento de esforço de 50% implica em aumento de 50% no custo de PF; e o aumento de esforço de 70% implica em aumento de 70% no custo de PF.

Não é recomendado o uso de redução de cronograma, pois pode-se utilizar processos incrementais de desenvolvimento e trabalhar com definição de prioridades.

ANEXO J – CATÁLOGO DE SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

1. Os serviços de Inteligência Artificial previstos neste catálogo constituem extensão dos serviços de desenvolvimento de software e serão mensurados em Pontos de Função Equivalentes, de forma a manter compatibilidade com o modelo de mensuração adotado no contrato.
2. Os valores de Pontos de Função Equivalentes (PF-eq) constantes neste catálogo foram definidos com base em metodologia técnica estruturada, visando assegurar

objetividade, rastreabilidade e comparabilidade das estimativas de esforço relacionadas aos serviços de Inteligência Artificial.

3. A definição das pontuações observou os seguintes critérios:
- I - análise da complexidade técnica relativa das atividades envolvidas em cada serviço, considerando o nível de especialização requerido, o volume e diversidade de dados manipulados e a criticidade da solução;

II - equivalência média de esforço entre serviços tradicionais de desenvolvimento de software mensurados por Pontos de Função e serviços especializados de Inteligência Artificial;

III - utilização de parâmetros de produtividade compatíveis com práticas reconhecidas na Administração Pública, considerando produtividade média estimada por unidade funcional;

IV - utilização de benchmarking técnico com referenciais de mercado e contratos públicos com escopo semelhante, quando disponíveis;

V - aplicação de fatores de ponderação relacionados a volume de dados, número de integrações, criticidade da solução, necessidade de explicabilidade do modelo e requisitos de governança.
4. Os valores atribuídos a cada serviço deverão ser interpretados como estimativas base de esforço técnico, podendo ser ajustados por fator de complexidade, quando aplicável, conforme critérios definidos neste Anexo.
5. Objetivo
- 5.1. O presente catálogo estabelece o conjunto de serviços especializados relacionados ao desenvolvimento, implantação e evolução de soluções baseadas em Inteligência Artificial e Ciência de Dados, bem como a pontuação de esforço correspondente, expressa em **Pontos de Função Equivalentes (PF-eq)**.

5.2. A utilização do catálogo tem como objetivo padronizar a estimativa de esforço das demandas relacionadas à Inteligência Artificial, mantendo compatibilidade com o modelo de mensuração adotado no contrato.
6. Classificação dos serviços
- 6.1. Os serviços de Inteligência Artificial são classificados em cinco categorias principais:

I - análise e preparação de dados

II - desenvolvimento de modelos de IA

III - soluções de IA generativa

IV - implantação e integração de modelos

V - monitoramento e evolução de soluções.
7. Catálogo de serviços e pontuação de esforço
- 7.1. Análise e preparação de dados

Serviço	Descrição	Esforço Equivalente em Pontos de Função(PF-eq)
Análise exploratória de dados	análise estatística, identificação de padrões e geração de insights	8
Preparação de base de dados	limpeza, tratamento e normalização de dados	10
Integração de fontes de dados	consolidação de múltiplas bases de dados	Integração de fontes de dados: até 2 fontes → 12 PF-eq 3 a 5 fontes → 18 PF-eq acima de 5 fontes → 25 PF-eq
Engenharia de atributos	criação e transformação de variáveis para modelos analíticos	15

- 7.2. Entregáveis esperados:
- 7.2.1. relatório técnico de análise

7.2.2. scripts de tratamento de dados

7.2.3. Dataset estruturado e versionado contendo:

I - dados tratados e normalizados;

II - metadados do dataset;

III - descrição das fontes utilizadas;

IV - registro das transformações realizadas;

V - dicionário de dados;

VI - identificação da versão do dataset.

8. Desenvolvimento de modelos de inteligência artificial

Serviço	Descrição	Esforço Equivalente em Pontos de Função(PF-eq)
Desenvolvimento de modelo de classificação	criação de modelo para categorização de dados	22
Desenvolvimento de modelo preditivo	modelo para previsão de eventos ou valores futuros	28
Modelo de detecção de anomalias	identificação de comportamentos atípicos	18
Modelo de clusterização	segmentação automática de dados	16

- 8.1. Entregáveis:
- 30.1.7. modelo treinado

30.1.8. documentação técnica

30.1.9. relatório de desempenho do modelo.

9. Soluções de IA generativa

Serviço	Descrição	Esforço Equivalente em Pontos de Função(PF-eq)
Desenvolvimento de assistente virtual	sistema de interação conversacional	35



Serviço	Descrição	Esforço Equivalente em Pontos de Função(PF-eq)
análise, preparação e pipeline de dados	preparação e tratamento de dados/engenharia de atributos para ingestão no RAG	20
Sistema de perguntas e respostas	solução de consulta automatizada baseada em base de conhecimento	25
Implementação de sistema RAG	recuperação e geração de respostas com base documental	40
Engenharia de prompts	criação e otimização de instruções para modelos generativos	até 10 prompts → 10 PF-eq acima de 10 prompts → 15 PF-eq

9.1. Entregáveis:

- 9.1.1. Interface funcional de interação
- 9.1.2. Fluxos conversacionais definidos
- 9.1.3. Conjunto inicial de prompts e respostas
- 9.1.4. Base de conhecimento integrada
- 9.1.5. sistema conversacional funcional
- 9.1.6. documentação da arquitetura

10. Implantação e integração de soluções

Serviço	Descrição	Esforço Equivalente em Pontos de Função(PF-eq)
Implantação de modelo em ambiente produtivo	disponibilização de modelo em infraestrutura operacional	10
Criação de API de inferência	disponibilização de serviços de consulta ao modelo	12
Integração com sistemas institucionais	integração com sistemas existentes da CONTRATANTE	12
Implantação de pipeline de processamento	automatização de fluxo de dados e execução de modelos	15

10.1. Entregáveis:

- 10.1.1. APIs funcionais
- 10.1.2. documentação de integração
- 10.1.3. documentação de implantação.

11. Monitoramento e evolução de modelos

Serviço	Descrição	Esforço Equivalente em Pontos de Função(PF-eq)
Monitoramento de desempenho de modelo	análise periódica de métricas de desempenho	8
Re-treinamento de modelo	atualização de modelo com novos dados	12
Ajuste de parâmetros de modelo	melhoria incremental de desempenho	10
Avaliação de deriva de dados (data drift)	análise de mudança de comportamento dos dados	8

11.1. Entregáveis:

- 11.1.1. relatório de desempenho
- 11.1.2. nova versão do modelo
- 11.1.3. registro de alterações.

12. Critérios de utilização do catálogo

12.1. As demandas relacionadas a serviços de Inteligência Artificial deverão ser formalizadas por meio de **Ordem de Serviço (OS)**.

12.2. Cada OS deverá conter:

- I - descrição da demanda
- II - serviços aplicáveis do catálogo
- III - estimativa de Pontos de Função Equivalentes
- IV - entregáveis esperados
- V - critérios de aceite.

12.3. A estimativa de esforço deverá ser validada pela CONTRATANTE antes do início da execução.

13. Critérios de aceite

13.1. Os serviços somente serão considerados concluídos após apresentação e validação dos seguintes elementos:

- I - documentação técnica
- II - código ou scripts desenvolvidos
- III - modelos treinados ou pipelines implementados
- IV - métricas de desempenho obtidas.
- V - a taxa de recuperação relevante atingir o valor mínimo definido para sistema RAG;
- VI - atendimento aos tempos de resposta estabelecidos;
- VII - a taxa de alucinação permanecer dentro do limite máximo estabelecido;
- VIII - os dados de teste comprobatórios forem fornecidos à CONTRATANTE.
- IX - validação funcional pela CONTRATANTE

14. Fator de Complexidade

14.1. A estimativa de esforço das demandas relacionadas a soluções de Inteligência Artificial poderá considerar fatores de complexidade associados à natureza da demanda, tais como volume de dados, número de fontes de informação, complexidade do modelo analítico e necessidade de integração com sistemas institucionais. Esses fatores permitirão ajustar a estimativa de Pontos de Função Equivalentes de forma proporcional ao esforço necessário para execução da demanda.

14.2. Tabela fator de complexidade para projetos de IA

Critério Avaliado	Baixa Complexidade	Média Complexidade	Alta Complexidade
Número de fontes de informação	Até 2 fontes	3 a 5 fontes	Acima de 5 fontes
Complexidade do modelo analítico	Regras simples ou modelos estatísticos básicos	Modelos supervisionados ou preditivos	Redes neurais, RAG, modelos generativos
Integração com sistemas institucionais	Nenhuma ou até 1 integração	2 a 3 integrações	Mais de 3 integrações

- 14.3. Regra de Classificação da Complexidade
- 14.4. A complexidade da demanda deverá ser definida considerando o maior nível identificado entre os critérios avaliados.
- 14.4.1. Número de fontes: Média
- 14.4.2. Modelo analítico: Alta
- 14.4.3. Integração: Média
- 14.4.4. Classificação final: Alta Complexidade
- 14.5. Tabela fator de complexidade para projetos de IA

Complexidade	Fator
Baixa	1.0
Média	1.5
Alta	2.0

- 14.6. A aplicação do fator adicional deverá ser devidamente justificada na memória de cálculo da Ordem de Serviço.
- 14.7. Além do nível de complexidade técnica da solução, o volume de dados envolvidos na demanda poderá impactar diretamente o esforço necessário para execução dos serviços de Inteligência Artificial.
- 14.8. Para fins de estimativa de esforço, quando aplicável, deverá ser considerado o volume de dados a ser processado, armazenado, analisado ou utilizado para treinamento, ajuste ou inferência de modelos.
- 14.9. O volume de dados deverá ser classificado conforme as seguintes faixas:
- I - Volume baixo: até 100.000 registros ou até 1 GB de dados estruturados ou não estruturados;
- II - Volume médio: acima de 100.000 até 1.000.000 registros ou até 10 GB de dados;
- III - Volume alto: acima de 1.000.000 registros ou acima de 10 GB de dados.

14.10. Tabela de Fator x Volume de dados

Volume de Dados	Fator
Baixo	1.0
Médio	1.2
Alto	1.5

- 14.11. Quando identificado impacto significativo do volume de dados na execução do serviço, poderá ser aplicado fator adicional sobre o esforço-base estimado, conforme a tabela a seguir:
- 14.12. Aplicação do fator de complexidade
- 14.12.1. O fator de complexidade definido neste Catálogo deverá ser aplicado sobre o esforço-base total da demanda, correspondente à soma dos serviços selecionados para composição da Ordem de Serviço.
- 14.12.2. O esforço final estimado para a demanda deverá ser calculado conforme a seguinte fórmula:  $\text{Esforço Final (PF-eq)} = \Sigma (\text{PF-eq dos serviços aplicáveis}) \times \text{Fator de Complexidade} \times \text{Fator Volume de Dados}$
- 14.12.3. A classificação do nível de complexidade deverá observar os critérios estabelecidos neste Catálogo e ser devidamente justificada na documentação da Ordem de Serviço.
- 14.12.4. A CONTRATANTE realizará a validação da classificação de complexidade informada, podendo ajustar o fator aplicado sempre que identificada divergência entre as características técnicas da demanda e o nível de complexidade atribuído.

14.13. Justificativa técnica da estimativa

- 14.13.1. Toda estimativa de esforço com complexidade média e alta deverá ser acompanhada de justificativa técnica contendo, no mínimo:
- I - identificação dos serviços selecionados no Catálogo;
- II - justificativa para o nível de complexidade adotado;
- III - memória de cálculo do esforço estimado;
- IV - identificação dos artefatos e entregáveis previstos.
- V - A ausência de justificativa técnica poderá ensejar a revisão da estimativa ou o indeferimento da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

14.14. Parâmetros para classificação da complexidade

14.14.1. Complexidade baixa

- I - Características:
- base de dados estruturada
  - única fonte de dados
  - integração simples
  - modelo analítico simples.
  - Exemplo:
  - classificação básica de registros.

14.14.2. Complexidade média

- I - Características:

- múltiplas bases de dados
- modelos supervisionados
- integração com sistemas existentes.
- Exemplo:
- Previsão de demanda com múltiplas variáveis.

14.14.3. complexidade alta

I - Características:

- grande volume de dados
- uso de modelos avançados
- múltiplas integrações
- necessidade de explicabilidade ou governança como : rastreabilidade dos dados utilizados; versionamento dos modelos; registro de métricas de desempenho; mecanismos de auditoria e explicabilidade; documentação das fontes de dados.
- Exemplo:
- assistente institucional baseado em RAG.

14.15. Governança da Estimativa

14.15.1. A estimativa de esforço deverá ser validada pela CONTRATANTE antes da execução da Ordem de Serviço.

14.15.2. A validação deverá considerar:

- escopo da demanda
- dados disponíveis
- complexidade técnica da solução.

14.16. Nos casos em que a solução de Inteligência Artificial envolver múltiplas atividades técnicas distintas, a estimativa de esforço deverá ser realizada por meio da composição dos serviços aplicáveis constantes neste Catálogo.

14.17. A utilização isolada de um único item do Catálogo não será admitida quando a demanda envolver atividades heterogêneas ou etapas técnicas distintas, tais como, mas não se limitando a:

- I - preparação e tratamento de dados;
- II - integração de múltiplas fontes de dados;
- III - desenvolvimento ou ajuste de modelos;
- IV - implantação de pipelines de processamento;
- V - implementação de interfaces de acesso ou APIs;
- VI - monitoramento, validação ou re-treinamento de modelos.

14.18. Nessas situações, o esforço estimado deverá corresponder à soma dos esforços individuais dos serviços aplicáveis à demanda, devidamente justificados na Ordem de Serviço.

14.19. A CONTRATANTE poderá solicitar revisão técnica da estimativa apresentada sempre que identificar inconsistência entre a natureza da demanda e os serviços selecionados.

14.20. O esforço final da demanda será calculado aplicando-se o **fator de complexidade ao esforço base. PF equivalente = PF base × fator de complexidade** incidente sobre a soma da demanda/OS.

15. Revisão do catálogo

15.1. A estimativa do esforço necessário para execução de cada demanda deverá considerar fatores como volume e qualidade dos dados, complexidade do problema analítico, número de variáveis envolvidas, necessidade de integração com sistemas existentes e requisitos de desempenho da solução, podendo o catálogo ser atualizado pela CONTRATANTE ao longo da vigência contratual, mediante justificativa técnica, com o objetivo de incorporar novos serviços ou ajustar a pontuação de esforço.

15.2. A pontuação apresentada neste catálogo constitui referência inicial para estimativa de esforço e poderá ser ajustada conforme:

- I - complexidade da demanda
- II - volume de dados
- III - nível de integração necessário.

16. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) PARA SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

16.1. O presente Acordo de Nível de Serviço estabelece os níveis mínimos de desempenho, disponibilidade e qualidade esperados para as soluções baseadas em Inteligência Artificial desenvolvidas ou mantidas no âmbito do contrato.

16.2. Os indicadores definidos neste Anexo serão utilizados para monitoramento da qualidade dos serviços prestados e para avaliação do cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

16.2.1. Indicadores de disponibilidade da solução

Indicador	Definição	Nível Mínimo
Disponibilidade do serviço	percentual de tempo em que o serviço de IA permanece acessível aos usuários	≥ 95%
Tempo máximo de indisponibilidade mensal	período máximo de interrupção do serviço	≤ 7 horas/mês
Tempo de recuperação de falha	tempo necessário para restabelecimento da solução	≤ 2 horas

16.2.2. Indicadores de desempenho

Indicador	Definição	Nível Mínimo
Tempo médio de resposta	tempo médio para geração de resposta da IA (pelo menos 95% das requisições)	Consultas simples ≤ 3 segundos Consultas complexas ≤ 8 segundos
Tempo máximo de resposta	tempo máximo para resposta em situações excepcionais	≤ 10 segundos
Capacidade de processamento	número mínimo de requisições simultâneas suportadas	definido conforme projeto

16.2.3. Indicadores de qualidade do modelo

Indicador	Definição	Valor Mínimo
Acurácia do modelo	percentual de previsões corretas	≥ 85%
Precisão	proporção de previsões positivas corretas	≥ 75%
Recall	capacidade de identificar corretamente eventos relevantes	≥ 75%
Taxa de erro	percentual de respostas incorretas	≤ 20%
Qualidade do dataset	Percentual de dados válidos após tratamento	≥ 95%

16.2.4. Indicadores de qualidade para IA generativa

Indicador	Definição	Valor Mínimo
Taxa de respostas relevantes	percentual de respostas consideradas adequadas	≥ 90%
Taxa de alucinação	percentual de respostas factualmente incorretas	≤ 10%
Coerência da resposta	avaliação qualitativa de consistência	conforme critérios definidos pela CONTRATANTE
Taxa de recuperação relevante (RAG)	Percentual de respostas que utilizam corretamente documentos relevantes.	≥ 85%

16.2.5. Indicadores de manutenção e suporte

Indicador	Definição	Nível Mínimo
Tempo de resposta a incidente crítico	tempo para início do atendimento	≤ 4 horas
Tempo de resolução de incidente crítico	tempo para solução do problema	≤ 24 horas
Tempo de correção de falhas não críticas	prazo para correção de defeitos	≤ 5 dias úteis

16.3. As penalidades por descumprimento do SLA devem obedecer o disposto no **ANEXO B – TABELAS DE PENALIDADES**

17. **Conclusão**

Este documento apresentou um roteiro para o dimensionamento de tamanho de vários tipos de projetos de software da EMATER-DF

É importante ressaltar que o uso de métricas em contrato de software é uma boa prática, visando proporcionar uma gestão efetiva dos contratos com base em dados quantitativos e objetivos. A implantação desta modalidade de contrato implica na definição de processos de gestão de requisitos e de gestão de projetos baseados nas melhores práticas.

Como trabalho futuro, recomenda-se a revisão e atualização deste roteiro sempre que for verificada inconsistência entre alguma definição do IFPUG publicada em versões futuras do CPM ou em white paper, ou quando for detectado um novo tipo de serviço associado ao desenvolvimento de software não previsto neste roteiro.

Para a contagem de projetos de data warehouse, devem ser seguidas as diretrizes do guia de contagem de pontos de função do sisp para projetos de data warehouse. Ainda neste sentido, recomendamos que para situações não previstas no CPM ou neste roteiro, sejam realizadas uma busca as mesmas nos materiais do IFPUG, tais como: White papers, itips, utips entre outros.

18. **Referências**

- Manual de Práticas de Contagem de Pontos de Função, Versão 4.3.1 (Português), International Function Point Users Group (IFPUG), 2010;
- Roteiro de Métricas de Software do SISP, Versão 2.3;
- Guia de Contagem de Pontos de Função – Ministério do Planejamento, versão 1.0, 2015;
- Guia de Contagem de Pontos de Função – CAIXA, versão 18.9, 2019;
- Guia de Contagem de Pontos de Função – SEFAZ-BA, versão 01.00.02, 2018;
- Guia de Contagem de Pontos de Função – BRADESCO, versão 2.4, 2019;
- Guia de Contagem de Pontos de Função – MAPFRE, versão 2.1, 2019;
- Guia de Contagem de Pontos de Função – TRF5, versão 5.0, 2019;
- Guia de Contagem de Pontos de Função – SERPRO, versão 7.0, 2015;
- Guia de Contagem de Pontos de Função – SEE-PE, versão 3.00, 2015;
- Guia de Contagem de Pontos de Função do SISP para Projetos Data Warehouse, versão 1.0, 2015.

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – EMATER-DF**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

Apresentamos proposta de preços de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no **Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2026 - EMATER-DF**, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

00072-00002664/2024-81

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR DO PONTO DE FUNÇÃO	VALOR TOTAL
1	Desenvolvimento de sistemas, portais, aplicativos para dispositivos móveis e manutenções evolutivas e corretivas para novos sistemas e legados, importação e tratamento de dados	Ponto por função	4.828	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

- Valor Total por Extenso R\$
- I - Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.
- II - Declaramos que esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da licitação.
- III - O prazo de execução dos serviços será de acordo com estabelecido no item 8.3 do Termo de Referência, Anexo I do edital.
- IV - Declaramos ainda que nos preços estão incluídos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, bem como as despesas com mão-de-obra administrativa, gerencial, técnica, especializada e de supervisão, impostos, encargos sociais e trabalhistas; contribuições previdenciárias, fiscais e comerciais; despesas, taxas e obrigações financeiras de qualquer natureza; viagens, deslocamentos, diárias, alimentação, estadas, horas-extras, plantões, feriados, vale alimentação, vale transporte, telefone celular e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados; despesas, taxas administrativas, emolumentos, prêmios de seguros, material de consumo e todas as demais obrigações e despesas diretas ou indiretas, outras previstas em lei, enfim, todos os componentes de custo dos serviços, inclusive o lucro, os custos de todos os profissionais envolvidos na realização dos serviços, e outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da contratação objeto do Edital, não cabendo ao Contratante quaisquer custos adicionais
- V - Declaramos que não incorremos nas vedações previstas no art. 38º da Lei nº 13.303/2016;
- VI - Declaramos que esta proposta corresponde exatamente às exigências contidas no Edital e seus Anexos, às quais aderimos formalmente.

Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – EMATER-DF

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

A) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., declara a EMATER/DF, para fins de participação no procedimento licitatório sob a modalidade de **Pregão nº 0xx/20xx**, cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação, estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

.....-....., ..... de ..... de 2026.

.....

(assinatura do representante legal)

B) DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., RG ..... e CPF ....., DECLARA, para fins do disposto no edital do **Pregão nº 0xx/20xx** e no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

.....-....., ..... de ..... de 2026.

.....

(assinatura do representante legal)

C) DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., declara à EMATER-DF, sob as penas da Lei, que inexistente fato impeditivo de sua participação no **Pregão nº 0xx/20xx** e que se compromete a informar qualquer fato superveniente que a impeça de participar de licitação.

.....-....., ..... de ..... de 2026.

.....

(assinatura do representante legal)

D) DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., declara à EMATER-DF, sob as penas da Lei, que é (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso).

.....-....., ..... de ..... de 2026.

.....

#### E) DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade nº xxxx, residente e domiciliado no endereço xxxxxxxx, nº xxx, bairro xxxxx, CEP xxxx, cidade xxxx, Estado xxxx, representante legal da (Empresa) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado (ou o tipo que for), com sede na xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que NÃO sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de qualquer integrante do quadro de Dirigentes/funcionários da EMATER-DF e ex-empregados até 6 (seis) meses após sua demissão do quadro de pessoal da Entidade, conforme exigência de vedação ao nepotismo prevista na Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal e regulamentada pelo Decreto n.º 7.203, de 04 de Junho de 2010.

Esta declaração visa atender as orientações do TCU, Acórdão 1195/2006 e artigo 1º do Decreto n. 7.203 de 04/06/2010, bem como, do artigo 8º do Decreto Distrital 32.751/2011.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade pela declaração ora prestada, sob as penas da lei. Local e Data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa (Pessoa devidamente autorizada pelo ato constitutivo para assinar pela empresa - Nome Legível)

\*Parentesco: pai/mãe, padrasto/madrasta, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, avós, netos, bisavós, bisnetos do servidor e de seu cônjuge/companheiro, bem como nas relações homoafetivas.

#### F) DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

ÓRGÃO/ENTIDADE

PROCESSO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

NÚMERO DA LICITAÇÃO

LICITANTE

CNPJ/CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL

REPRESENTANTE LEGAL

CPF

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Assinatura

#### G) DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., declara à EMATER-DF que possui o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770/2012.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

#### H) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

#### I) DECLARAÇÃO ART. 38 DA LEI Nº 13.303/2016

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., declara que não incorre nas vedações constantes no art. 38 da Lei nº 13.303/2016.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – EMATER-DF**

**ANEXO IV**

**DAS PENALIDADES**

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS/EMATER-DF

SEÇÃO IV  
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 86. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º. A multa a que alude este artigo não impede que a Emater-DF rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Regulamento.

§ 2º. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Emater-DF ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Emater-DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emater-DF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Emater-DF, cobrada administrativamente ou ainda judicialmente

§ 2º. As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 88. As sanções previstas no inciso III do art. 87 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Emater-DF em virtude de atos ilícitos praticados.

Art. 89. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput deste artigo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste artigo.

§ 4º A sanção de suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a EMATERDF será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a XII do caput deste artigo.

Art. 89-A. A multa de que trata o art. 87, inciso II, deste Regulamento, será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;  
II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 6º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – EMATER-DF

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº \_\_\_\_\_.  
Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_

A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominado (EMATER/DF), inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, representado neste ato pela \_\_\_\_\_, portadora do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, (CARGO QUE OCUPA), nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, conforme art. 18, §4º, do RILC, do Decreto distrital nº 44.330/2023, de acordo com o Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_, conforme consta no Processo SEI nº \_\_\_\_\_ RESOLVE registrar o(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, objetivando os Serviços Técnicos de Fábrica de Software para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos e portais, através de metodologia descrita no Anexo I do Termo de Referência, contemplando todas as fases do ciclo de desenvolvimento de software, utilizando tecnologia do contratante, demandados mediante Ordens de Serviço (OS) dimensionadas pela técnica de contagem de Pontos de Função (PF), pagas por produto aceito e homologado conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e as condições da prestação de serviços com o fornecimento do material constantes no Termo de Referência, atendidas as cláusulas e condições abaixo:

1. DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a prestação de Serviços Técnicos de Fábrica de Software para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos e portais, através de metodologia descrita no Anexo I do Termo de Referência, contemplando todas as fases do ciclo de desenvolvimento de software, utilizando tecnologia do contratante, demandados mediante Ordens de Serviço (OS) dimensionadas pela técnica de contagem de Pontos de Função (PF), pagas por produto aceito e homologado, especificado(s) no(s) item(ns) \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão nº \_\_\_\_/20\_\_ (prot. \_\_\_\_\_), que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora (prot. \_\_\_\_\_), independentemente de transcrição.

1.2. A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL não está obrigada a firmar contratações oriundas da presente ARP, nem mesmo nas quantidades indicadas no Item \_\_\_\_\_, podendo a Administração promover a contratação em quantidades de acordo com suas necessidades

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Descrição da Atividade	Quantidade de Ponto por Função	Custo Unitário PF	Custo total
Desenvolvimento de sistemas , portais , aplicativos para dispositivos móveis e manutenções evolutivas e corretivas para novos sistemas e legados, importação e tratamento de dados			

EMPRESA \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_

RELAÇÃO DE FORNECEDORES QUE IGUALARAM SUAS PROPOSTAS DE PREÇOS (CADASTRO DE RESERVA)

EMPRESA \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_

Descrição da Atividade	Quantidade de Pontos por Função	Custo Unitário PF	Custo total
Desenvolvimento de sistemas , portais , aplicativos para dispositivos móveis e manutenções evolutivas e corretivas para novos sistemas e legados, importação e tratamento de dados			

3. ÓRGÃO(S) / ENTE(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. Não há órgãos participantes, na forma do art. 197, inciso III, do Decreto nº 44.330/2023.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

4.2. Quando da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Não serão admitidas adesões à presente ata de registro de preços, com fulcro no art. 197, inciso III, do Decreto nº 44.330/2023, e o artigo 58, inciso I, do RILC/EMATER-DF.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à EMATER-DF promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), observados os termos do Decreto Distrital nº 44.330./2023.



6.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os requisitos constante do art. 204 do Decreto Distrital nº 44.330./2023.

6.3. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata é superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao(s) fornecedor(es), mediante comunicação formal, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

6.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e o gerenciador da Ata convocará os demais fornecedores do cadastro reserva, caso existam, visando igual oportunidade de negociação.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a EMATER-DF poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores do cadastro reserva, caso existam, visando igual oportunidade de negociação.

6.5.3. Na ausência de cadastro reserva, seguir-se-ão as disposições do artigo 204, do Decreto Distrital nº 44.330./2023.

6.6. Não havendo êxito nas negociações a EMATER-DF deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do preço do fornecedor será cancelado, nos termos do art. 205 do Decreto Distrital nº 44.330./2023, quando:

I - for liberado pelo EMATER-DF;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela EMATER-DF.

6.8. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela EMATER-DF:

I - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados; e

II - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.9. O Registro de Preços será cancelado, ainda, por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

6.10. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da EMATER-DF, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.11. O fornecedor será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

## **7. DOS ACRÉSCIMOS QUANTITATIVOS**

7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, conforme § 8º do art. 198 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

## **8. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO**

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrados, nos termos dos art. 201 e 202 do Decreto Distrital nº 43.330/2023, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 202 do Decreto Distrital nº 44.33./2023.

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os requisitos contemplados no art. 204 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

## **9. DO CONTRATO**

9.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços (ARP), a(s) empresa(s) beneficiária(s) poderá(ão) ser convocada(s) para assinar o termo de Contrato, ou retirar documento equivalente, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento do Termo de Convocação.

9.2. As contratações decorrentes desta ata de registro de preços serão formalizadas por meio de contrato, conforme prevê art. 210 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

9.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

9.4. O contrato deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços

## **10. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

10.1. O objeto da licitação deverá ser prestado, nos prazos e condições previstas no Termo de Referência (Anexo I ao Edital) no \_\_\_\_\_ (citar o local de entrega dos bens registrados, com o respectivo endereço).

10.3. O serviço deve ser executado no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme previsto no Termo de Referência que segue como Anexo I ao Edital de PE nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_ (prot. \_\_\_\_\_).

10.4. O objeto desta licitação será recebido, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma do art. 44 Decreto Distrital nº 44.330/2023.

## **11. DO PAGAMENTO:**

11.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

11.2. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011), exceto:

11.2.1. Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

11.2.2. Os pagamentos efetuados a conta de recursos originados de acordos, convênios ou Contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

11.2.3. Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

## **12. DAS SANÇÕES e INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições durante a vigência da Ata de Registro de Preços serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Anexo A do Termo de Referência, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos - EMATER-DF e na Lei 13.303/2016.

## **13. DAS REQUISIÇÕES:**

13.1. As contratações do objeto da presente ARP serão solicitadas pela Gerência de Material e Patrimônio/EMATER-DF, por força do artigo 60, do RILC.

#### 14. DAS ALTERAÇÕES NA ARP

14.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A ata do Cadastro de Reservas, contendo a relação dos Licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do Licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Brasília – DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

ASSINATURAS

Autoridade competente dos órgãos ou entidade

Representante legal da Empresa

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]

#### EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – EMATER-DF

#### ANEXO VI

#### MINUTA

#### CONTRATO Nº 0XX/2026 - GCONV

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE FÁBRICA DE SOFTWARE PARA O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO A SER CELEBRADA ENTRE A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – EMATER-DF E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, NA FORMA E CONDIÇÕES A SEGUIR.

PROCESSO SEI Nº 00072-00002664/2024-81

A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER/DF, empresa pública integrante da Administração Pública indireta do Distrito Federal, criada pelo Decreto Distrital nº 4.140, de 7 de abril de 1978, conforme autorização contida na Lei Federal nº 6.500, de 7 de dezembro de 1977, com foro nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.509.612/0001-04, no CF/DF sob o nº. 07.331.793.001-57, sediada no Parque Estação Biológica, Edifício EMATER-DF, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.770-915, denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente **CLEISON MEDAS DUVAL**, matrícula 0827-3, residente e domiciliado em Brasília-DF, nos termos das atribuições previstas no art. 43, XVII, do Estatuto Social, no art. 5º, XXI, do Regimento Interno, ambos da EMATER-DF, em conformidade com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada Contratada, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do CPF sob nº XXXXXXXXXXXXX, resolvem celebrar o presente contrato, mediante cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

1.1. A presente contratação será regida pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-DF (RILC/EMATER-DF), e pelas disposições, no que for compatível da Lei nº 14.133/2021, e do Decreto nº 44.330/2023, nos termos do art. 18, §4º, e do art. 58 do RILC.

1.2. Também vinculam e regem a presente contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência (192794496);
- 1.2.2. O Convênio nº 977703/2025 - MDA
- 1.2.3. O Edital de Licitação do Pregão Eletrônico Nº XXXXX/2026 – EMATER-DF(XXXXXXXXXX);
- 1.2.4. Proposta comercial (XXXXXXXXXX);
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços Técnicos de Fábrica de Software para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, aplicativos e portais, através de metodologia descrita no Anexo I – Termo de Referência, contemplando todas as fases do ciclo de desenvolvimento de software, utilizando tecnologia do contratante, demandados mediante Ordens de Serviço (O.S) dimensionadas pela técnica de contagem de Pontos de Função (PF), pagas por produto aceito e homologado, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência e seus anexos..

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O Contrato será executado sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme dispõem os artigos 42, inciso I, e 43, inciso I, da Lei nº 13.303/2016.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Os serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas abrangem a execução de todas as tarefas inerentes às disciplinas típicas de um processo de software :

- 4.1.1. Requisitos e Análise.
- 4.1.2. Arquitetura de Software e de Dados.
- 4.1.3. Implementação (codificação).
- 4.1.4. Teste.
- 4.1.5. Gestão de Configuração.
- 4.1.6. Implantação.
- 4.1.7. Apoio técnico, suporte e operação de software.
- 4.1.8. Gestão de Projeto.

4.2. Ponto de Função (PF) é uma unidade de medida que segue um método padrão para medição funcional de tamanho de software a partir do ponto de vista do usuário, e não depende do número de linhas de código ou do tempo gasto no desenvolvimento.

4.3. O SNAP (Software Non-funtional Assessment Process/ Processo de avaliação não funcional de software) mede o software por meio da quantificação do tamanho dos requisitos não-funcionais no software que o usuário solicita e recebe.

4.4. Os serviços de novo desenvolvimento, manutenção de sistemas, documentação de sistemas e migração de dados serão medidos pela perspectiva funcional, considerando a aplicação do método de contagem detalhada, segundo a técnica de Análise em Pontos de Função - APF preconizada pelo Roteiro de Métricas CINEP V1.0 ou superior que se baseia na técnica de contagem do IFPUG – International Function Point Users Group (www.ifpug.org), considerando as regras publicadas no Function Point Counting

Practices Manual (CPM) e pela perspectiva não funcional pela aplicação do SNAP - Software Non-funtional Assessment Process, conforme definido pelo IFPUG no Manual de Práticas de Avaliação v2.3 ou superior.

4.5. Conforme o levantamento estimado da demanda e do tamanho e esforço a ser exigido por cada sistema proposto e a experiência da equipe de desenvolvimento, a Emater-DF tem necessidade de 4.828 pontos por função (PF) aproximadamente, para desenvolvimento e manutenção evolutiva, corretiva e adaptativa de software durante a vigência de um contrato de 60 meses. Tendo como base em percentagem o quadro a seguir:

Descrição da Atividade	Estimativa Pontos por Função	Custo Unitário PF	Custo total
Desenvolvimento de sistemas , portais , aplicativos para dispositivos móveis e manutenções evolutivas e corretivas para novos sistemas e legados, importação e tratamento de dados	4.828		

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos da Emater-DF, a ser informada quando da lavratura do instrumento contratual.

**CLÁUSULA SEXTA - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1. MODELO DE CONTRATAÇÃO**

6.1.1. A CONTRATADA deverá entregar os produtos requeridos pela CONTRATANTE conforme especificidades, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.1.2. O modelo de prestação de serviço será por solicitação, ou seja, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE uma Ordem de Serviço para a elaboração dos produtos.

6.1.3. Nesse modelo de contratação, não se caracteriza a subordinação direta e nem pessoalidade, visto que:

6.1.4. Não se requer a exclusividade, pois não há óbice ao compartilhamento de qualquer profissional com outros contratos que porventura a CONTRATADA possua;

6.1.5. Não haverá controle de frequência ou de número de horas de presença nas dependências da CONTRATANTE;

6.1.6. Não haverá qualquer relação de subordinação jurídica entre os profissionais da equipe da CONTRATADA e a CONTRATANTE;

6.1.7. A prestação de serviço não é baseada em horas de serviço ou posto de trabalho.

6.1.8. A prestação de serviço deverá ser iniciada em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato.

**6.2. FERRAMENTAS FORNECIDAS PELA CONTRATADA**

6.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias úteis antes do início da prestação do serviço, as ferramentas descritas neste item, totalmente operacionais, e com os respectivos treinamentos e orientações que se fizerem necessárias à sua operação pela CONTRATANTE:

6.2.1.1. Sistema para registro e acompanhamento das Ordens de Serviço, contendo todas as informações da Ordem de Serviço previstas no Termo de Referência.

6.2.1.2. Ferramenta de apoio à contagem de pontos de função que permita o registro e o acompanhamento da contagem dos PF, com o indicativo de complexidade dos elementos identificados, arquivos, interfaces e casos de uso relacionados.

6.2.1.3. Sistema para abertura e acompanhamento dos chamados técnicos, ocorrências e defeitos com interfaces de avisos e a possibilidade de enviar, por e-mail, informações relativas aos chamados.

6.2.2. Os sistemas descritos neste item deverão:

6.2.2.1. Permitir acesso por meio de navegador WEB a partir de estações de trabalho Linux e Windows;

6.2.2.2. Permitir consultas detalhadas e consolidadas às informações neles armazenadas;

6.2.2.3. Permitir a emissão de relatórios operacionais e gerenciais;

6.2.2.4. Possuir indicadores e métricas que permitam aferir a qualidade e o desempenho dos serviços prestados;

6.2.2.5. Ser integrados, de forma que as informações de um alimentem automaticamente os outros e vice-versa, quando pertinente;

6.2.2.6. Utilizar autenticação por meio de login e senha pessoais;

6.2.2.7. Possuir perfis de acesso;

6.2.2.8. Registrar e permitir consulta a logs de acesso;

6.2.3. Algumas das funcionalidades acima exigidas poderão ser implementadas após o prazo de 10 (dez) dias úteis anteriores ao início da prestação de serviços, desde que justificado e com a anuência do Executor/Gestor do Contrato.

6.2.4. Os sistemas acima deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

6.2.5. As aplicações e os bancos de dados contendo os dados históricos deverão ser fornecidos à CONTRATANTE no encerramento do Contrato.

**6.3. TIPOS DE DEMANDA**

**6.3.1. Desenvolvimento de novas funcionalidades**

6.3.2. Refere-se à criação de novas funcionalidades de software do tipo nova transação, novo relatório, novo módulo, novo subsistema, novo sistema, novos sites ou páginas dinâmicas ou ainda ao desenvolvimento de software já implantado em outra linguagem de programação.

**6.3.3. Engenharia Reversa**

6.3.3.1. Refere-se à análise de um sistema em produção, extração de regras de negócio, requisitos funcionais, formulários , relatórios e demais componentes e construção de um novo sistema incluindo documentação e contemplando todas as fases do desenvolvimento.

**6.3.4. Manutenção Evolutiva**

6.3.4.1. Refere-se à alteração das características de funcionalidades de software já codificado, desde que não caracterizado como Manutenção Corretiva, sendo classificado como:

6.3.4.2. Adequações Perfectivas – representam alterações no software para melhorar desempenho, facilidade de manutenção e outros atributos do software; e

6.3.4.3. Adequações Adaptativas – correspondem às mudanças no software direcionadas à necessidade de acomodar modificações no ambiente (alterações arquiteturais, tecnológicas, de regras de negócio ou ainda de requisitos técnicos).

**6.3.5. Manutenção Preventiva**

6.3.5.1. Serão consideradas preventivas, manutenções que visam a evitar falhas e interrupções em serviços em execução (ex: migração de versão de banco de dados, compiladores, servidores web e de aplicação, sistemas operacionais, estruturas de componentes de sistemas, redundância de código etc).

**6.3.6. Manutenção Corretiva**

6.3.6.1. Consiste na correção de defeitos encontrados nos produtos de software ou soluções desenvolvidos pela CONTRATADA, com a respectiva atualização dos artefatos e da documentação correlata.

6.3.6.2. Para fins da prestação do serviço, entende-se por defeito o funcionamento inadequado de sistemas incluindo, entre outros identificados e reconhecidos como tal:

- Funcionamento do sistema em desacordo com a especificação;
- Erros de recuperação e/ou consolidação de dados;

- Erros em cargas ou extrações de dados;
- Erros de cálculo;
- Erros no conteúdo de sistemas, portais ou sítios;
- Problemas na arquitetura do sistema;
- Baixa performance do sistema em relação aos níveis de serviço estabelecidos para a demanda;
- Funcionamento descontinuo do sistema.

#### 6.3.7. Projetos de Inteligência Artificial

6.3.7.1. A solução deverá contemplar o desenvolvimento e implantação de modelos de Inteligência Artificial ou aprendizado de máquina capazes de processar dados institucionais, identificar padrões e gerar previsões ou recomendações automatizadas. Os modelos deverão ser treinados com dados fornecidos pela CONTRATANTE, possuir métricas de desempenho mensuráveis e permitir integração com os sistemas institucionais por meio de APIs ou serviços web, observando boas práticas de governança, explicabilidade e segurança da informação.

6.3.7.2. A solução deverá permitir:

- análise automatizada de dados estruturados e/ou não estruturados
- identificação de padrões e tendências
- geração de previsões ou classificações
- apoio à tomada de decisão baseada em dados
- Planejamento, especificação e treinamento de modelos de IA

6.3.7.3. Considerando que determinadas atividades relacionadas ao desenvolvimento de soluções de ciência de dados e inteligência artificial não são adequadamente capturadas pela métrica tradicional de Análise de Pontos de Função definida pelo IFPUG, será adotado catálogo de serviços com conversão em Pontos de Função Equivalentes, de forma a permitir mensuração objetiva do esforço e manter compatibilidade com o modelo de medição contratual.

6.3.7.4. A mensuração do esforço para execução dos serviços relacionados a projetos de Inteligência Artificial deverá obedecer as referências e equivalências em pontos de função descritas no ANEXO J - Catálogo de Serviços de Inteligência Artificial, correspondente ao conjunto de atividades especializadas necessárias para o desenvolvimento, treinamento, avaliação e implantação de modelos de Inteligência Artificial.

6.3.7.5. Os critérios mínimos de desempenho dos modelos deverão observar os parâmetros definidos no Anexo J – Catálogo de Serviços de Inteligência Artificial.

6.3.7.6. A medição dos serviços será realizada com base nas entregas efetivamente concluídas e aceitas pela CONTRATANTE, mediante apresentação de relatórios técnicos contendo a descrição das atividades executadas, os modelos desenvolvidos, as métricas de desempenho obtidas e a documentação técnica correspondente.

6.3.7.7. Nos projetos que envolvam treinamento ou ajuste de modelos de Inteligência Artificial, deverá ser considerado como produto obrigatório a entrega/publicação do dataset utilizado, devidamente estruturado, documentado e versionado.

6.3.7.8. O dataset deverá conter, no mínimo:

- dados tratados e utilizados no treinamento ou ajuste do modelo;
- documentação contendo descrição das fontes de dados utilizadas;
- registro das etapas de tratamento, limpeza e transformação realizadas;
- identificação da versão do dataset e data de geração;
- metadados necessários à sua reutilização futura;
- dicionário de dados contendo descrição dos atributos e variáveis utilizadas.

6.3.7.9. A entrega do dataset constitui condição obrigatória para aceite da respectiva etapa ou Ordem de Serviço.

6.3.7.10. Nos projetos de Inteligência Artificial que envolvam tratamento de dados pessoais, a EMATER-DF deverá avaliar previamente a base legal aplicável, a necessidade de anonimização ou pseudonimização dos dados, a eventual existência de dados pessoais sensíveis e a adequação do tratamento aos princípios da finalidade, necessidade, adequação, transparência, segurança e prevenção.

6.3.7.11. É vedada a utilização de dados pessoais, dados sensíveis ou bases institucionais da EMATER-DF para treinamento, ajuste fino, enriquecimento ou aperfeiçoamento de modelos externos à contratação, salvo autorização expressa da Controladora, justificativa técnica, base legal adequada e observância integral da LGPD.

6.3.7.12. Quando aplicável, deverá ser elaborado Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais — RIPD (a ser disponibilizado), especialmente nos casos que envolvam tratamento de dados sensíveis, decisões automatizadas, perfilamento, integração de bases ou risco relevante aos titulares.

#### 6.4. ETAPAS DAS DEMANDAS

6.4.1. O desenvolvimento de sistemas de informação, sítios e portais será dividido em etapas, compostas por artefatos de saída que deverão ser entregues e poderão compor um único documento.

6.4.2. As atividades que concorrem para a fabricação de um software serão agrupadas em etapas, com a produção de artefatos específicos para cada uma delas, visando a composição da solução final, quais sejam:

- Levantamento de Requisitos;
- Análise;
- Projeto;
- Implementação;
- Homologação;
- Implantação;
- Transferência do Conhecimento;
- Estabilização.

6.4.3. A etapa de Levantamento de Requisitos tem como objetivo realizar levantamentos detalhados sobre o que o sistema de informação, sítio e portal deverá fazer, incluindo os processos de negócio, os requisitos funcionais e não funcionais, a partir das informações constantes da Ordem de Serviço. Será obtido o consentimento inicial entre os envolvidos, os riscos e estimativas de custos e de duração. Resultará na especificação das características operacionais do sistema ou módulo (função, dados e comportamento).

6.4.3.1. São artefatos de saída desta etapa:

- Documento de Definição de Requisitos;
- Fluxo de Processo de Negócio;
- Requisitos Funcionais;
- Requisitos Não-Funcionais;
- Glossário.

- Regras de negócio;
- Protótipo Não Funcional;
- Modelo Conceitual de Dados;
- Atas de Reunião;
- Planilha de Contagem de Ponto por Função;
- Planilha de Contagem de Ponto por Função Revisada;
- Termo de Entrega da Etapa.

6.4.3.2. As demandas referentes à etapa de Levantamento de Requisitos serão remuneradas por hora técnica efetivamente executada, em razão de sua natureza exploratória e investigativa, cuja mensuração não pode ser realizada de forma objetiva por meio da técnica de Pontos de Função (PF), conforme diretrizes estabelecidas no Roteiro de Métricas de Software do SISP e nas práticas reconhecidas pelo IFPUG.

6.4.3.3. A utilização da unidade de medida em horas técnicas deverá observar, obrigatoriamente:

- vinculação da execução às entregas previstas nesta etapa, especialmente aos artefatos definidos no item correspondente;
- apresentação prévia de estimativa técnica contendo escopo, premissas, quantidade estimada de horas e justificativa técnica;
- validação formal da estimativa pela CONTRATANTE antes do início da execução;
- comprovação da execução por meio da entrega dos artefatos previstos e registros técnicos correspondentes;
- registro detalhado das atividades executadas, incluindo descrição das tarefas realizadas, profissionais envolvidos e resultados obtidos.

6.4.3.4. A utilização da medição por hora técnica não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade de entrega dos produtos previstos para a etapa, os quais constituem condição necessária para validação e aceite da demanda.

6.4.4. A etapa de Análise tem como objetivo entender os requisitos dos clientes e usar esse entendimento para conduzir o desenvolvimento do projeto e da implementação.

6.4.4.1. São artefatos de saída desta etapa:

- Casos de uso;
- Regras de apresentação;
- Protótipo Não Funcional Navegável;
- Modelo Lógico de Dados;
- Atas de Reunião;
- Termo de Entrega da Etapa.

6.4.5. A etapa de Projeto tem como objetivo elaborar um plano detalhado do projeto, o qual se possa levar adiante para implementação.

6.4.5.1. São artefatos de saída desta etapa:

- Diagrama de Classe do Projeto;
- Modelo de Interação (Diagrama de Sequência e de Colaboração), quando solicitado pela CONTRATANTE;
- Documento de Arquitetura;
- Protótipo para prova de conceito, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- Modelo Físico de Dados;
- Atas de Reunião;
- Planilha de Contagem de Ponto por Função – Primeira Revisão e Atualização;
- Termo de Entrega da Etapa.

6.4.6. A etapa de Construção concentra os esforços para a codificação de versões operacionais dos produtos até a versão final a ser implantada no ambiente de produção da CONTRATANTE. Resultarão na geração, implementação e integração dos componentes projetados para o sistema ou módulo.

6.4.6.1. São artefatos de saída desta etapa:

- Códigos-Fonte;
- Classes de Testes Unitários;
- Roteiros de Testes Funcionais Automatizados;
- Roteiros de Testes de Performance Automatizados;
- Scripts de Carga de Dados;
- Plano de Implantação;
- Help On-line, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- Manual do Usuário;
- Atas de Reunião;
- Planilha de Contagem de Ponto por Função – Segunda Revisão e Atualização;
- Termo de Entrega da Etapa.

6.4.7. A etapa de Homologação enfatiza a qualidade dos produtos, envolvendo rotinas necessárias para identificar e expor desconformidades. Serão verificados todos os requisitos especificados para o sistema ou módulo.

6.4.7.1. São artefatos de saída desta etapa:

- Relatório de Solução de Ocorrências; Termo de Homologação do Projeto;
- Atas de Reunião;
- Termo de Entrega da Etapa.

6.4.8. A etapa de Implantação visa a instalação da versão final dos produtos no ambiente de produção da CONTRATANTE.

6.4.8.1. São artefatos de saída desta etapa:

- Relatório de Implantação;
- Manual de Instalação/Operação;
- Atas de Reunião;

- Termo de Entrega da Etapa.

6.4.9. A etapa de Transferência de Conhecimento visa a instalação da versão final dos produtos no ambiente de produção da CONTRATANTE.

6.4.9.1. São artefatos de saída desta etapa:

- Relatório de Implantação;
- Manual de Instalação/Operação;
- Atas de Reunião;
- Termo de Entrega da Etapa.

6.4.10. A etapa de Estabilização garante as manutenções dos produtos em ambiente de produção da CONTRATANTE.

6.4.10.1. São artefatos de saída desta etapa:

- Plano de Manutenção;
- Relatório de Solução de Ocorrências;
- Atas de Reunião;
- Termo de Encerramento do Projeto.

6.4.11. Em cada etapa, poderá haver a necessidade natural de revisão e atualização de alguns artefatos construídos nas etapas anteriores. A CONTRATADA deverá manter, dessa forma, os artefatos compatíveis e coerentes com o produto final gerado.

6.4.12. A geração de produtos/artefatos poderá ser excepcionalizada pela CONTRATANTE, a seu critério, quando o tamanho do projeto, a complexidade, a natureza ou outra característica justificar a exceção, mediante justificativa técnica formal registrada.

6.4.13. A dispensa, pela CONTRATANTE, de qualquer produto ou artefato somente poderá ser feita formalmente e com o registro da devida motivação técnica.

6.4.14. Nos casos que envolvam treinamento de modelos de Inteligência Artificial, o aceite da etapa somente ocorrerá após a validação formal do dataset entregue.

## 6.5. MÉTRICA

6.5.1. As métricas do contrato estão definidas no item 5.4 (ETAPAS DAS DEMANDAS) e no ANEXO I deste documento.

## 6.6. REQUISITOS TÉCNICOS DOS PRODUTOS

6.6.1. REQUISITO 1: Atendimento a normas e padrões.

6.6.1.1. Os produtos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA e entregues à CONTRATANTE, deverão:

- Atender às normas de segurança definidas ou adotadas pela CONTRATANTE para sistemas informatizados;
- Seguir as boas práticas definidas no PMBOK, ITIL, CMM, CMMI, MPS-BR e nas normas ABNT e ISO/IEC relacionadas a Tecnologia da Informação;
- Ser elaborados, fabricados ou evoluídos de maneira a permitir sua perfeita integração aos sistemas de informação, sítios e portais existentes no ambiente da CONTRATANTE, buscando a eliminação de redundâncias, a integridade das informações e o reuso de objetos, classes e componentes;

6.6.2. REQUISITO 2: Qualidade de Software

6.6.2.1. Os produtos entregues deverão, ainda, atender aos seguintes requisitos de qualidade de software:

- Funcionalidade: adequação, acurácia, segurança de acesso;
- Confiabilidade: maturidade, tolerância a falhas, recuperabilidade;
- Usabilidade: inteligibilidade, apreensibilidade, operacionabilidade, atratividade; ser de fácil entendimento, aprendizagem, uso e controle.
- Eficiência: tempo de resposta aceitável, consumo racional de recursos computacionais;
- Manutenibilidade: analisabilidade, modificabilidade, estabilidade, testabilidade, baixo acoplamento e alta coesão; códigos-fonte bem estruturados e documentados;
- Portabilidade: adaptabilidade a diferentes plataformas.

6.6.3. REQUISITO 3: Arquitetura, tecnologias e padrões técnicos.

6.6.3.1. Na fabricação dos produtos, a CONTRATADA deverá observar as especificações a seguir indicadas ou tecnologias equivalentes que estejam classificadas como padrão de mercado e garantam a interoperabilidade com o ambiente existente:

- Desenvolvimento sob o paradigma de orientação a objetos;
- ANGULAR JS
- PHP
- FLUTTER
- HTML5
- IONIC
- JAVA
- JS
- NODE JS
- PYTHON
- REACT
- TYPESCRIPT
- Implementação de web services;
- Importação e tratamento de dados;
- Construção dos componentes da camada de persistência de forma independente dos recursos específicos do banco de dados, garantindo o perfeito funcionamento do sistema de informação, sítio ou portal em caso de mudança posterior do SGBD da CONTRATANTE;
- Implementação de regras de negócios exclusivamente na camada de negócios da aplicação. Deverá ser evitada a implementação de regras de negócios dentro do banco de dados;
- Os componentes de negócio desenvolvidos deverão ser projetados de forma a permitir, quando possível, o reuso em outros sistemas de informação, sítios ou portais;
- Adesão aos padrões definidos e utilizados pela CONTRATANTE para estrutura de pacotes, nomenclatura de classes, numeração das versões, telas, leiaute web e de dados, e padrões e convenções para código-fonte, na fabricação do sistema de informação, sítio ou portal.

6.6.4. REQUISITO 4: Compatibilidade com o Ambiente Computacional da CONTRATANTE

6.6.4.1. Os sistemas de informação, sítios e portais desenvolvidos deverão ser compatíveis com o seguinte:

- Linux (Ubuntu LTS ou equivalente), Windows 11 , navegadores modernos compatíveis com HTML5
- Navegador: navegadores modernos compatíveis com HTML5;
- Bancos de Dados: PostgreSQL 9.1.4, MySQL 8.4.3 e versões posteriores;
- Servidor de aplicação: JBoss Application Server 6 e versões posteriores.
- Servidor WEB: Apache.

#### 6.6.5. REQUISITO 5: Aspectos Metodológicos

6.6.5.1. Metodologia de Desenvolvimento – A CONTRATADA poderá aplicar metodologia de desenvolvimento de software própria, desde que gere os artefatos exigidos no Termo de Referência e seus anexos.

6.6.5.2. Modelo de Equipe – a CONTRATADA deverá especificar o(s) papel(is) de cada profissional envolvido.

6.6.5.3. Modelo de Documentação – a CONTRATADA deverá utilizar técnica de modelagem orientada a objetos, usando notação UML (Unified Modeling Language), a qual servirá para complementar a documentação do sistema de informação, sítio ou portal. Para esta função, deverá ser utilizada, preferencialmente, a ferramenta StarUML (<http://staruml.sourceforge.net>) ou outra ferramenta baseada em Software Livre, com geração de documentação na notação UML 2.0, ou superior.

6.6.5.4. Modelo de Dados – para esta função, a CONTRATADA deverá utilizar, preferencialmente, ferramenta baseada em Software Livre.

6.6.5.5. Para a modelagem UML e a modelagem de dados a CONTRATADA poderá utilizar outras ferramentas desde que os artefatos finais gerados e entregues sejam compatíveis e integráveis com as ferramentas preferenciais acima elencadas. Entenda-se por “compatíveis e integráveis” os artefatos entregues que não requeiram intervenção manual para ajustes, adequações e/ou configurações por parte dos técnicos da CONTRATANTE, para torná-los acabados e prontos para utilização através das ferramentas preferenciais;

6.6.5.6. Sistema para controle de Versões, Modelos e Componentes – para esta função, a CONTRATANTE utiliza a ferramenta GIT;

#### 6.6.6. REQUISITO 6: Possibilidade de funcionamento sem internet

6.6.6.1. Considerando a precariedade da conexão à internet na Área Rural, alguns módulos ou componentes que integrarão a plataforma, por exemplo, um aplicativo para dispositivo móvel, que poderá ser operado em áreas remotas, deverá captar informações de forma off-line e sincronizá-las quando houver conexão à internet.

6.6.7. Os manuais do sistema de informação, sítio e portal a serem desenvolvidos ou evoluídos deverão estar de acordo com os padrões de editoração adotados pela CONTRATANTE. Os manuais e demais documentos originados nas etapas de construção, deverão ainda ser atualizados permanentemente pela CONTRATADA até o encerramento da Etapa de Estabilização.

#### 6.7. REQUISITOS DA EQUIPE DA CONTRATADA

6.7.1. A equipe técnica da CONTRATADA envolvida diretamente na execução dos serviços deverá contar, no mínimo, com os seguintes profissionais:

##### 6.7.2. Gerente de Projetos

- Especialização na área de TI, que some no mínimo 360hs e seja reconhecido pelo MEC;
- Experiência comprovada em gerenciamento de projetos de desenvolvimento de software baseada em metodologia de Processo Unificado ou similar;
- Experiência comprovada em contagem de pontos de função;
- Certificação Project Management Professional (PMP) em vigor emitida pelo Project Management Institute (PMI);

##### 6.7.3. Analista de Métricas

- Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou qualquer curso superior com especialização na área de TI, que some no mínimo 360hs e seja reconhecido pelo MEC;
- Experiência comprovada em desenvolvimento em J2EE;
- Experiência comprovada em projetos com utilização de modelos em linguagem UML;
- Experiência comprovada em ciclo de produção baseada em metodologia Rational Unified Process (RUP);
- Certificação Certified Function Points Specialist (CFPS), emitida por instituição qualificada e autorizada para este fim.

##### 6.7.4. Preposto

- Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou qualquer curso superior com especialização na área de TI, que some no mínimo 360hs e seja reconhecido pelo MEC;
- Experiência comprovada em projetos de desenvolvimento e gerenciamento de sistemas baseado em métodos reconhecidos pelo mercado;
- Experiência comprovada em contagem de pontos de função;
- A experiência exigida nos papéis acima deverá ser comprovada através de documentos que demonstrem a participação do profissional em projetos nos quais a atividade em questão foi executada.
- Os papéis de Preposto, Gerente de Projetos e Especialista em Métricas poderão ser exercidos cumulativamente, desde que o profissional indicado atenda simultaneamente a todos os requisitos técnicos de cada um dos papéis acumulados, e que tal acúmulo não implique em prejuízo para boa execução do Contrato e para os prazos de entrega dos produtos.
- Os documentos de comprovação de experiência profissional, certificados técnicos e acadêmicos deverão ser apresentados à CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da requisição formal desses.
- Os profissionais a serem disponibilizados pela CONTRATADA para a execução dos serviços objeto dessa contratação deverão estar integralmente contratados ou sob o regime CLT ou com contrato formalizado na modalidade Pessoa Jurídica e atender aos requisitos de qualificação profissional estabelecidos nesse Edital.

6.7.5. A exigência dos perfis/papeis acima é justificada pela complexidade dos produtos a serem entregues, visando garantir que o processo de desenvolvimento de software seja cumprido na íntegra, garantindo o mínimo de qualidade dos entregáveis , evitando o retrabalho e prejuízos de tempo e custo do projeto. Os perfis poderão ser desempenhados cumulativamente por um único colaborador, desde que comprovados as exigências e certificados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. A CONTRATADA deverá encaminhar expediente, conforme especificado no edital, solicitando o pagamento referente à prestação dos serviços para o endereço do Edifício Sede Emater-DF, situado em Parque Estação Biológica, CEP: 70.770.915 Brasília - DF, acompanhado dos seguintes documentos:

7.1.1. Nota Fiscal/Fatura emitida em nome da instituição, constando o valor mensal e os valores a serem retidos referentes aos impostos e contribuições, se for o caso, sem emendas ou rasuras, preenchida corretamente, em compatibilidade com os serviços executados, contendo:

- a) Nome, Endereço e CNPJ da Emater-DF.
- b) Nome, Inscrição Estadual e CNPJ do Estabelecimento e Natureza da operação.
- c) Data de emissão da nota fiscal/fatura dentro do seu prazo de validade.

- d) O número de controle da nota fiscal.
- e) A discriminação do período em que os serviços foram realizados.
- f) Dados do serviço (discriminação exata do serviço executado) com a quantidade total de Pontos de Função executados/realizados no período.
- g) Valor total da nota fiscal/fatura.
- h) Número do Processo na Emater-DF.

7.2. Verificada a execução do serviço em conformidade com as exigências contratuais, o fiscal do contrato encaminhará o processo, com o devido atesto na nota fiscal, para pagamento.

7.3. Antes do pagamento, ao receber da CONTRATADA a nota fiscal/fatura, serão conferidos, ainda, pela Contratante:

7.4. Se o serviço executado guarda conformidade com o estabelecido no contrato;

7.5. Se as certidões negativas de débito perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Previdência Social e junto ao FGTS, bem como CND Trabalhista, estão dentro do prazo de validade, devendo ser exigidos da CONTRATADA tais documentos quando estiverem com prazo de validade vencido;

7.6. Ao verificar situação de descumprimento contratual ou irregularidade fiscal, a Contratante devolverá, por ofício, a nota fiscal à CONTRATADA, expondo os motivos da devolução, solicitando a sua adequação às cláusulas contratuais e o prazo começará a correr após a nova apresentação da nota fiscal.

7.7. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo

7.8. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

7.9. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

7.10. Passados 30 (trinta) sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "pro rata tempore" do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto 37.121/2016

7.11. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão efetuados exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o decreto nº 32.767/2011;

7.12. Empresas de outros estados que não tenham filiais ou representações no Distrito Federal poderão indicar conta corrente de outro banco, conforme decreto nº 32.767/2011.

7.13. O pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal;

7.14. O pagamento dos itens de serviços serão feitos mensalmente, levando-se em consideração os descontos previstos no item 5.7 DOS INDICADORES DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO dispostos na tabela 08 - Níveis Mínimos de Serviço Nível Mínimo de Serviço (NMS) acordado em contrato, para o período de faturamento avaliado, deverá ser efetuado em até 30 dias corridos após o recebimento definitivo referente à ordem de serviço, em conformidade com a legislação vigente;

7.15. De forma a viabilizar a análise da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar, na forma de relatório, informações acerca da aferição dos níveis de serviço contratadas. Deverão ser detalhados todos os índices para verificação de atingimento de metas, conforme Nível Mínimo de Serviços exigidos. Além disso, os relatórios devem apresentar a descrição de todas as atividades realizadas no período, elencadas e o cálculo detalhado dos diversos fatores de abatimento previstos no Termo de Referência.

7.16. O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade junto à fazenda pública federal, estadual e municipal, assim como regularidade junto à receita federal (CND), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), Tribunal Superior do Trabalho (CNDT) e apresentação de nota fiscal eletrônica conforme protocolo icms 42, de 3 de julho de 2009 e suas alterações.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Art. 94.** Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado à multa de mora, na forma prevista no edital ou no contrato.

§1º A multa a que alude este artigo não impede que a Emater-DF rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas neste RILC.

§2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Emater-DF ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**Art. 95.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Emater-DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa, na forma prevista no instrumento convocatório
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emater-DF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Emater-DF, cobrada administrativamente ou ainda judicialmente.

§2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Art. 96.** As sanções previstas no inciso III do art. 95 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Emater-DF em virtude de atos ilícitos praticados.

**Art. 97.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Emater-DF, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Emater-DF; e

V - implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* deste artigo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste artigo.

§ 4º A sanção de suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Emater-DF será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a XII do *caput* deste artigo.

**Art. 98.** A multa de que trata o art. 95, inciso II, deste RILC, será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Emater-DF ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na Emater-DF, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança

§ 5º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade requisitante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do *caput* deste artigo.

§ 6º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do *caput* deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

## **CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

9.1. Toda e qualquer alteração poderá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, vedada a modificação do objeto.

9.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, previstas no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Fornecer produtos conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência, Anexos e Ordens de Serviço.

10.2. Adaptar-se a mudanças, quando da evolução da arquitetura, dos aspectos metodológicos e da estrutura da CONTRATANTE especificados no Termo de Referência, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados e sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE. Para isso deverá implementar em seu ambiente as evoluções tecnológicas necessárias para a execução plena dos serviços contratados.

10.3. Dimensionar, por etapas, o esforço dos serviços necessários para a fabricação dos produtos, não cabendo, posteriormente, acréscimos nos preços contratados por conta de eventuais desconhecimentos das condições previstas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos.

10.4. Recrutar e selecionar profissionais especializados com conhecimento e experiência nas diversas áreas de tecnologia da informação inerentes ao objeto de cada Ordem de Serviço emitida. A CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a qualquer momento as comprovações que se fizerem necessárias para verificação da especialização e experiência dos profissionais alocados.

10.5. Capacitar, às suas expensas, os profissionais utilizados na prestação dos serviços nas competências necessárias ao atendimento dos serviços contratados.

10.6. Substituir, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, qualquer um dos seus profissionais, cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, decorrente da execução do serviço, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

10.7. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do Contrato, dentro dos prazos e condições estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas contratualmente, caso os prazos e condições não sejam cumpridos.

10.8. Manter seus profissionais adequadamente trajados para o ambiente de trabalho na CONTRATANTE, com trajes em bom estado de conservação e portando crachá de identificação da CONTRATADA, arcando com o ônus de sua confecção.

10.9. Responder por quaisquer prejuízos que seus profissionais causarem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, por ocasião da prestação dos serviços, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

10.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATANTE referente a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades.

- 10.11. Utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e contidas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos.
- 10.12. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato, todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do serviço contratado.
- 10.13. Arcar com os salários e todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do serviço contratado, bem como custos relativos ao deslocamento e estadia de seus profissionais, caso existam, inclusive nas situações nas quais se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.
- 10.14. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócios, devendo orientar seus profissionais nesse sentido. A quebra de sigilo caracterizará, ademais, a inexecução total do Contrato, com as consequências previstas no tópico “Sanções Administrativas”.
- 10.15. Garantir a qualidade dos produtos e assegurar que esses sejam eficientes quanto ao desempenho e consumo de recursos computacionais, de acordo com os requisitos definidos para os produtos.
- 10.16. Reparar, remover e reconstruir, às suas expensas, no total ou em parte, os artefatos elaborados durante o processo de desenvolvimento, bem como os serviços efetuados referentes ao objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.
- 10.17. Identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser instalado nas dependências da CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança etc.
- 10.18. Cumprir as normas regulamentadoras da Medicina e Segurança do Trabalho.
- 10.19. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
- 10.21. Registrar todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE para acompanhamento e controle da execução dos serviços;
- 10.22. Atender prontamente as orientações e exigências, do Gestor do Contrato, inerentes à execução do objeto do Contrato;
- 10.23. Indicar formalmente Preposto apto a representá-la junto a CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientar a equipe, bem como comparecer à CONTRATANTE sempre que convocado;
- 10.24. Não utilizar, na execução dos serviços, mão de obra de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE.
- 10.25. Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 10.26. A contratada deverá entregar os serviços em conformidade com as especificações do objeto, da legislação vigente visando sempre cumprir os prazos e datas estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.27. Responder pelos danos causados à EMATER-DF e/ou a terceiros decorrentes da falha de equipamentos e/ou acessórios quando da sua montagem, ou mesmo pela culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos quando da manutenção dos referidos equipamentos.
- 10.28. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no cumprimento de suas obrigações;
- 10.29. Cumprir as normas internas da EMATER-DF, bem como aquelas que regulam as ações de higiene e segurança do trabalho;
- 10.30. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação bem como as que comprovem sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.31. A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso aos documentos e registros contábeis, aos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como aos órgãos de controle interno e externo;
- 10.32. Informar na Nota Fiscal o valor de retenção do ISS, observado na forma do disposto na legislação vigente, compreendendo inclusive a Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, Lei Distrital Complementar nº 687, de 17 de dezembro de 2003 e Lei Distrital nº 3.247, de 17 de dezembro de 2003, bem como, o valor de retenção do Imposto de Renda, quando houver, conforme Lei 7.450/85, art. 52, e portaria 314/86(MF) e suas alterações. Caso haja a celebração de Convênio entre a Área Federal e o Distrito Federal, nos moldes do previsto no artigo 33 da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, o contratado deverá informar ainda, na Nota Fiscal, o valor da retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP;
- 10.33. Cumprir por si e por seus gestores, empregados, prestadores autônomos de serviços, colaboradores, parceiros ou pessoas que, por qualquer outra forma e sob sua designação, venham a atuar no âmbito do objeto deste contrato, a Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em qualquer tratamento de dados pessoais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas no Contrato, e em especial:
- 11.2. Informar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento para a entrega dos serviços/subscrições;
- 11.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 11.4. Comunicar prontamente a Contratada toda e qualquer anormalidade verificada nos serviços e/ou problemas no acesso à plataforma;
- 11.5. Efetuar o recebimento dos serviços conforme especificações do objeto;
- 11.6. Designar empregado ou comissão para fiscalização da entrega e da prestação da garantia do objeto desse Termo de Referência;
- 11.7. Rejeitar no todo ou em parte os objetos entregue em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;
- 11.8. Verificar prazos, garantias, certidões e atestar notas fiscais;
- 11.9. Efetuar o pagamento em conformidade com a legislação vigente no Distrito Federal;
- 11.10. Ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto desta contratação;
- 11.11. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA;
- 11.12. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;
- 11.13. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA cumpra com suas obrigações dentro das condições contratuais;
- 11.14. A falta de fiscalização não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, nem significará aceitação tácita por parte do CONTRATANTE.
- 11.15. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas tarefas dentro das normas e condições contratuais;
- 11.16. Comunicar à CONTRATADA eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços e/ou nos produtos entregues, para adoção das providências saneadoras;
- 11.17. Aplicar as penalidades previstas contratualmente no caso do não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.
- 11.18. Executar a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- 11.19. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA que estejam em conformidade com o contrato;
- 11.20. Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço entregue fora das especificações constantes no contrato;
- 11.21. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do contrato;
- 11.22. Atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega dos serviços;

11.23. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionado no Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.1. A aquisição será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação e será exercida pelos empregados (titular e suplente) devidamente designados para os fins que se sugerem as referidas aquisições, conforme as regras previstas na Norma Operacional de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Contratos, aprovada pela Instrução Normativa nº 6/2023-EMATER-DF.

12.2. A Contratante indica o empregado Emerson Ferreira do Nascimento, matrícula 0000904-0, como executor titular, e Fernando Augusto da Silva - Matr.0001253-X, como suplente, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, conforme preceitua a legislação vigente.

12.3. A fiscalização será exercida no interesse da EMATER-DF e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quais não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

12.4. Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

12.5. A fiscalização do contrato verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Edital e seus anexos.

12.6. Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pelo gestor técnico do contrato e enviados para o pagamento.

12.7. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do contrato entregue, se em desacordo com a especificação do Edital e do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

13.1. As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da EMATER-DF, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. A CONTRATADA deverá seguir as instruções recebidas da EMATER-DF em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. A CONTRATADA se responsabilizará como “Controladora de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização EMATER-DF, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. A CONTRATADA deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela CONTRATADA, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação;

VIII. A CONTRATADA dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para tratamento dos dados;

IX. A EMATER-DF possui direito de regresso em face da CONTRATADA em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais;

XI. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à EMATER-DF todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela EMATER-DF e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas;

XII. A CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela EMATER-DF, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

XIII. Qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à EMATER-DF, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada;

XIV. Ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

13.1. As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a EMATER-DF será considerada “Controladora de Dados”, e a CONTRATADA “Operadora” ou “Processadora de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário neste Contrato.

13.2. Contudo, caso a CONTRATADA descumpra as obrigações previstas na legislação de proteção de dados ou as instruções da EMATER-DF, será equiparada a “Controladora de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

13.3. Caso a CONTRATADA disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no caput desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a EMATER-DF venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da CONTRATADA, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da EMATER-DF, sem prejuízo das penalidades deste contrato.

13.4. A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à CONTRATADA, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela EMATER-DF, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela EMATER-DF dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

13.5. Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional da EMATER-DF e em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

13.6. As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO LOCAL, PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

14.1. O prazo de vigência e de execução será de 60(sessenta) meses.

14.2. A justificativa para o prazo de execução extenso, se dá pelas seguintes características:

14.2.1. natureza continuada e estratégica da solução;

14.2.2. amortização de curva de aprendizado;

14.2.3. complexidade e demanda reprimida referente à desenvolvimento de sistemas da CONTRATANTE;

14.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a convocação, a LICITANTE adjudicatária deverá assinar o contrato.

14.4. A partir da assinatura do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, o contrato deverá ser iniciado, quando então as solicitações de serviço e ordens de serviço poderão ser demandadas.

14.5. Os objetos constantes deste Termo deverão ser entregues e/ou prestados integralmente na sede da Emater-DF, situada em: Parque Estação Biológica, CEP: 70.770.915 Brasília - DF.

14.6. Caso haja inconsistência entre componentes e/ou serviços previstos na documentação técnica apresentada pelo CONTRATADO e os de fato entregues à Emater-DF, esta notificará o CONTRATADO formalmente a respeito da inconsistência, ficando reservado a Emater-DF o direito de recusar-se a receber tais componentes, além da aplicação de eventuais sanções previstas no instrumento contratual.

14.7. Caso haja atrasos na entrega dos componentes de solução e/ou serviços conforme prazos descritos neste Termo, caberá a Emater-DF notificar o CONTRATADO formalmente a respeito do referido atraso, e aplicação de eventuais sanções previstas;

14.8. Todo componente entregue e/ou serviços prestados em desacordo com a proposta fornecida pelo CONTRATADO, deverá ser substituído/refeito, bem como deverão ser supridos aqueles componentes cuja falta seja verificada em relação à citada proposta técnica, obedecido, em ambos os casos, o prazo de entrega definido, sem quaisquer custos a CONTRATANTE.

14.9. O contrato deverá prever a possibilidade de reajuste anual, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme a Lei nº 13.303/2016;

14.10. O Contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no RLC da Emater-DF, de acordo com a Lei nº 13.303/16 e demais legislações, atualmente, vigentes; e,

14.11. A Contratada poderá optar por aceitar ou não, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões nos termos do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016 e demais legislações, atualmente, vigentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

15.1. Será considerada habilitada, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, a licitante que apresentar:

15.2. Atestados de Capacidade Técnica comprovando a experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas de informação com volume igual ou superior 50% (cinquenta por cento) dos pontos de função em período ininterrupto de 12 meses, utilizando processo de produção de software definidos de acordo com modelos de melhores práticas de mercado, tais como CMMI, ou o seu equivalente aqui no Brasil, o MPS-BR, de acordo também com o padrão PMBOK para as partes do processo que se referirem a gerenciamento de projetos. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para comprovar o volume exigido. Desta forma, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações:

15.3. Relação clara e inequívoca das ÁREAS e PROCESSOS abaixo relacionados, comprovando que eles foram utilizados na execução dos serviços por parte da empresa licitante:

15.3.1. Área de ENGENHARIA DE SOFTWARE

15.3.2. Processo de DESENVOLVIMENTO DE REQUISITOS

15.3.3. Processo de GESTÃO DE REQUISITOS

15.3.4. Processo de INTEGRAÇÃO DE PRODUTO

15.3.5. Processo de SOLUÇÃO TÉCNICA

15.3.6. Processo de VALIDAÇÃO

15.3.7. Processo de VERIFICAÇÃO

15.3.8. Área de GESTÃO DE PROJETO

15.3.9. Processo de GESTÃO INTEGRADA DE PROJETO

15.3.10. Processo de MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETO

15.3.11. Processo de PLANEJAMENTO DE PROJETO

15.3.12. Processo de GESTÃO DE RISCOS

15.3.13. Área de GESTÃO DE PROCESSO

15.3.14. Processo de DEFINIÇÃO DOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO

15.3.15. Processo de FOCO NOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO

15.3.16. Processo de TREINAMENTO NA ORGANIZAÇÃO

15.3.17. Área de SUPORTE

15.3.18. Processo de GESTÃO DE CONFIGURAÇÃO

15.3.19. Processo de MEDIÇÃO E ANÁLISE

15.3.20. Processo de GARANTIA DE QUALIDADE DE PROCESSO E PRODUTO

15.4. Fator de Conversão por Atestado UST x PF

15.4.1. Caso a empresa apresente um atestado de serviço prestado utilizando a métrica 'Unidade de serviço Técnico - UST' ou equivalente, será contabilizado que cada UST equivale a 1 hora de trabalho realizado;

15.4.2.. Caso a empresa apresente um atestado de serviço prestado por 'ponto de função – PF', será contabilizado que cada PF equivale a 10 (dez) horas de trabalho;

15.4.3. Para cada PF temos uma produtividade máxima de 10 horas, resultando no deflador de 0,1. Exemplo: para 10.000 horas representa 1.000 pontos de função

15.5. Para cada PROCESSO acima a LICITANTE deverá demonstrar, ainda, que foram produzidas as evidências e os artefatos que comprovem que as PRÁTICAS ESPECÍFICAS, relacionadas abaixo, foram efetivamente utilizadas na execução dos serviços. A comprovação de que essas PRÁTICAS ESPECÍFICAS foram utilizadas poderá ser feita por meio da apresentação das evidências e artefatos produzidos, de forma anexa ao(s) atestado(s) apresentado(s).

15.6. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas utilizando a UML (Unified Modeling Language), com elaboração dos seguintes diagramas: Diagrama de Casos de Uso, Diagrama de Sequência, Diagrama de Transição de Estados, Diagrama de Atividades, Diagrama de Classe, Diagrama de Componentes, Diagrama de Implantação;

15.7. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência em Métrica de Pontos de Função e Gerência de Projetos, considerando que utilizou-se técnica de Análise de Ponto de Função (APF) do International Function Point Users Group (IFPUG) ou do SISP; que a contagem dos pontos de função foi realizada por Especialista Certificado em Ponto de Função (Certified Function Point Specialist – CPFS) pelo IFPUG, com certificação válida no período da contagem e que a gerência de Projeto foi realizada por profissional PMP.

15.8. Atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência na prestação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de sistemas utilizando sistemas para controle de demandas de desenvolvimento ou manutenção de sistemas, em período ininterrupto de 12 (doze) meses, e com registro de, no mínimo, 100 (cem) ordens de serviços em sua base de dados, acompanhado de relatórios e demais evidências geradas pela ferramenta, comprovando as seguintes funcionalidades:

15.8.1. acompanhamento dos serviços e das respectivas Ordens de Serviço, possibilitando a análise da situação e a comparação dos serviços realizados em relação ao previsto;

15.8.2. quantitativos de erros, defeitos, atraso na execução dos serviços, acompanhamento dos custos dos serviços e suas respectivas faturas, possibilitando a análise do custo

realizado em relação ao previsto;

15.8.3. relatórios gerenciais com informações de ocorrências de atendimento a demandas emergenciais e corretivas;

15.9. Com o objetivo de comprovar e aferir a capacidade em prestar os serviços com a qualidade e volume compatíveis com as especificações técnicas apresentadas no Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar TODOS os atestados de capacidade técnica abaixo discriminados:

15.10. Atestado de Utilização de Processo Formal de Desenvolvimento de Software: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do total de Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde:

15.10.1. utilizou-se um conjunto preestabelecido de atividades, métodos, práticas e tecnologias;

15.10.2. os papéis e responsabilidades dos profissionais envolvidos estavam claramente definidos;

15.10.3. foram aplicadas as melhores práticas de Gerenciamento de Projetos, Desenvolvimento de Software e Segurança da Informação (PMBOK, ITIL v.3, CMMI, MPSBR, COBIT 4.1, ISO/IEC 27002, ISO/IEC 27001, ISO/IEC 20000, ISO/IEC 17799, ISO/IEC 15504, ISO/IEC 12207, ISO/IEC 9196 ou equivalentes);

15.10.4. foi implementado processo de Gerenciamento de Escopo, com práticas de planejamento, detalhamento, verificação, rastreabilidade e controle de mudanças do escopo;

15.10.5. foi implementado processo de Gerenciamento de Custos, com práticas de estimativa, planejamento e controle de custos;

15.10.6. foi implementado processo de Gerenciamento de Riscos, com práticas de planejamento do gerenciamento, identificação, análise, planejamento de resposta, monitoração e controle de riscos;

15.10.7. foi implementado processo de Gerenciamento de Configuração, com práticas de planejamento do gerenciamento, estabelecimento de baselines e auditorias de configuração;

15.10.8. foi implementado processo de Revisões Técnicas, com práticas de planejamento, execução e acompanhamento de revisões técnicas;

15.10.9. foi implementado processo de Testes, com práticas de planejamento, elaboração de casos e roteiros de testes, registro de resultados de testes e validação de produtos;

15.10.10. foi implementado processo de Implantação, com práticas de elaboração de manuais de implantação, documentos de transferência de conhecimentos, processos de homologação e aceite de produtos;

15.10.11. foi implementado processo de Manutenção, com definição de procedimentos de manutenção, indicadores de desempenho e registros de atualização de versões.

15.11. Atestado de Experiência em Métrica de Pontos de Função: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do total Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde:

15.11.1. utilizou-se técnica de Análise de Ponto de Função (APF) do International Function Point Users' Group (IFPUG) ou do SISP;

15.11.2. a contagem dos pontos de função foi realizada por Especialista Certificado em Ponto de Função (Certified Function Point Specialist – CPFS) pelo IFPUG, com certificação válida no período da contagem.

15.12. Atestado de Experiência em Bancos de Dados Relacionais e Tecnologia Java: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 1/12 (um doze avos) Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde:

15.12.1. utilizou-se banco de dados relacional;

15.12.2. as regras de negócio foram implementadas exclusivamente fora dos bancos de dados;

15.12.3. os sistemas foram desenvolvidos usando Tecnologia Java.

15.13. Atestado de Experiência em Acordo de Níveis de Serviço: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 1/12 (um doze avos) Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde utilizou-se Acordo de Níveis de Serviço;

15.14. Atestado de Experiência em Diagramas UML: atestando que a empresa executa ou executou, de forma satisfatória, serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas de informação, no modelo de Fábrica de Software, em volume igual ou superior a 1/12 (um doze avos) Pontos de Função POR MÊS, durante período ininterrupto de, no mínimo, 12 (doze) meses, onde foram utilizados diagramas UML para a elaboração/manutenção de Diagramas de Classes e Diagramas de Sequência;

15.15. Será permitido o cômputo de Pontos de Função em contratos e clientes distintos, desde que executados num mesmo período consecutivo de 12 (doze) meses.

15.16. A exigência de 12 (doze) meses consecutivos, para a comprovação da compatibilidade da quantidade de da licitante em executar o volume de serviços previsto. Trata-se de limitação de prazo relacionada à comprovação da capacidade de execução do objeto (TCU Acórdão nº 2.048/2006 – Plenário e Acórdão nº 1.287/2008 – Plenário).

15.17. Os atestados deverão ser emitidos por empresas privadas brasileiras ou órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, em papel timbrado do Atestante, devendo conter:

15.17.1. Identificação do órgão público ou empresa emissora do atestado, com dados de contato;

15.17.2. nome do projeto, número de pontos de função e período de prestação dos serviços;

15.17.3. informação sobre o uso do modelo de Fábrica de Software;

15.17.4. etapas de Ciclo de Desenvolvimento/Manutenção Evolutiva executadas e metodologia formal utilizada;

15.17.5. plataforma tecnológica (arquitetura, linguagem de programação e bancos de dados) utilizada;

15.17.6. nome, cargo/função, CPF, dados do documento de identidade, telefone e e-mail do contato do seu representante, ou qualquer outra forma de que a CONTRATANTE possa se valer para estabelecer contato;

15.17.7. assinatura do representante legal do órgão público ou empresa emissora do atestado;

15.17.8. No caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá, ainda:

15.17.9. ser reconhecida a firma do signatário;

15.17.10. ser anexada cópia do contrato social, no caso de sócio-proprietário;

15.17.11. ser anexada procuração com outorga de poderes, juntamente com documento que comprove a autoridade para a outorga.

15.18. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos e/ou documentos comprobatórios e, ainda, efetuar diligências, nos termos do Art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a fim de verificar as informações constantes nos atestados.

15.19. A recusa do emitente do atestado em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, desconstituirá o atestado de capacidade técnica e poderá configurar prática de falsidade ideológica, ensejando apuração de responsabilidades.

15.20. A licitante arrematante deverá fornecer, junto com os atestados de capacidade técnica, declaração(ões) do(s) emitente(s) dos atestados manifestando concordância em, a critério da CONTRATANTE, ser diligenciada com o objetivo de averiguar a veracidade, esclarecer ou complementar as informações neles constantes.

15.21. A licitante deverá apresentar junto com a documentação de habilitação, declaração que possui ferramenta de gestão dos serviços de desenvolvimento e manutenção, contemplando no mínimo os requisitos abaixo para o início da operação:

15.21.1. registrar e acompanhar Ordens de Serviço;

15.21.2. controlar prazos, entregas e aceite;

15.21.3. gerar relatórios gerenciais;

15.21.4. Capacidade de medir o cumprimento do processo de desenvolvimento estabelecido;

15.21.5. Junto com esta declaração, deverá ser anexado imagens da ferramenta contemplando cada um dos requisitos acima mencionados, sob pena de inabilitação.

15.22. Documentação a ser apresentada para assinatura da Ata de Registro de Preços e para a assinatura dos contratos que sejam oriundos deste Certame:

15.23. Dentre a documentação a ser apresentada quando convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos contratos a serem celebrados, a licitante vencedora da etapa de lances do pregão, já devidamente habilitada e tendo cumprido todas as condições e exigências do edital para a fase de habilitação, deverá apresentar a documentação listada a seguir. Caso a documentação não seja apresentada, ou apresentada de forma incompleta, a licitante será desclassificada, sendo convocada a próxima licitante na ordem do resultado da etapa de lances, e assim sucessivamente:

15.23.1. Para contratos celebrados com Contratantes do Poder Público Estadual, a Licitante Vencedora deverá apresentar, até 30 (trinta) dias após a homologação do Certame e antes da assinatura do primeiro contrato, um CNPJ logrado no Estado do Distrito Federal e os documentos que comprovem a existência de pelo menos um escritório próprio neste Estado (documento de propriedade do imóvel ou contrato de locação com período igual à contratação e possíveis prorrogações. O citado CNPJ será o usado nos contratos celebrados entre o Poder Público Estadual e a Licitante Vencedora, inclusive para fins de faturamento. Esta exigência é justificável devido a necessidade de presença física; atendimento no local, suporte contínuo e integração operacional com usuários;

15.23.2. A Licitante Vencedora deverá apresentar a relação dos funcionários que fazem parte da equipe contratada para compor o quadro do(s) Escritório(s) local (is) no momento da assinatura dos Contratos de Prestação de Serviços.

15.23.3. A equipe do escritório local da Licitante Vencedora deverá conter pelo menos 01 (um) gerente de relacionamento residente no Estado.

15.23.4. Certificado de Maturidade de Processos Capability Maturity Model Integrator (CMMI) nível 3 ou superior, ou certificado do Programa de Melhoria de Processo do Software Brasileiro (MPS-Br) nível “C” ou superior, vigente e expedido por instituição devidamente qualificada e autorizada para este fim.

15.23.5. a Justificativa Técnica: A CONTRATANTE pretende assegurar que a qualidade dos serviços e produtos entregues atenda aos requisitos por ela estabelecidos e utilizados, exigindo que o processo padrão de desenvolvimento de software da Prestadora de Serviço inclua processos de gestão da engenharia de software, de forma planejada, medida e controlada, perfazendo um conjunto coerente e consistente.

15.24. A empresa deverá apresentar os seguintes certificados na assinatura do contrato:

15.24.1. a ABNT NBR ISO 9001:2005 - Sistema de Gestão da Qualidade;

15.24.2. b ABNT NBR ISO 27.001:2013 – Sistema de Gestão de Segurança da Informação;

15.24.3. c ABNT NBR ISO 20.000:2018 – Sistema de Gestão de Serviços;

15.25. A exigência das certificações acima busca assegurar que a empresa contratada possua maturidade organizacional compatível com a complexidade dos serviços a serem executados, reduzindo riscos operacionais, melhorando a qualidade das entregas e garantindo maior confiabilidade na prestação dos serviços contratados.

15.26. Comprovação de que a empresa possui um Código de ética, Guia de Conduta ou documentos correlatos que descrevem as condutas éticas que devem ser observadas pelos integrantes da Alta Administração, empregados próprios e/ou terceirizados.

15.27. Apresentar juntamente com o documento de habilitação, a declaração formal de disponibilidade. A licitante deverá comprovar a aptidão e entendimento obrigatório operacional mediante a apresentação, junto aos documentos de habilitação, sob as penas da lei e de desclassificação, relação explícita e declaração formal de disponibilidade, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, de acordo com as especificações.

15.28. Tabela Resumo

15.28.1. Os licitantes deverão apresentar a tabela resumo para demonstrar o atendimento aos requisitos de qualificação técnica definidos no Termo de Referência.

15.28.2. Para cada atestado apresentado, deverá ser elaborada a respectiva tabela resumo de comprovação, conforme o lote ao qual a LICITANTE estiver concorrendo.

15.28.2. Cada tabela deverá ser devidamente preenchida com a indicação do tamanho dos projetos, expresso em pontos de função, a serem contabilizados;

15.29. Justificativa:

15.29.1. É necessário que a licitante demonstre capacidade de atendimento ao volume médio consumido pela EMATER-DF que representa 50% (cinquenta por cento) do total do contrato anual aderente às melhores práticas de mercado no quesito de gerenciamento de projetos, processos e referência na mensuração de projetos baseados em Pontos de Função regidos por regras internacionais de organismo próprio e competente;

15.29.2. É necessário que a licitante demonstre capacidade de atendimento e aderência ao ambiente tecnológico da EMATER-DF, contemplando as principais tecnologias envolvidas face à maturidade desta Empresa tanto no processo de desenvolvimento quanto em seu ambiente tecnológico. Exigem também que a licitante detenha conhecimento prático das tecnologias e arquiteturas aplicadas às soluções existentes na Emater-DF, de forma a ser capaz de suportá-las ou migrá-las para novas tecnologias na presente contratação.

15.29.3. A utilização de Acordos de Níveis de Serviços, aderência aos padrões de processo unificado, medições e outros, são necessários devido ao amadurecimento dos processos da Emater-DF os quais tendem a evoluir ainda mais neste padrão.

15.29.4. As exigências demonstram a necessidade da licitante dispor de experiência prática com a construção, implantação, administração e evolução de sistemas voltados para as áreas: tributária, contábil, finanças e orçamento público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

16.1. Deverá ser apresentada garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, que deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis, em uma das modalidades previstas no art. 64, do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da EMATER-DF, ou seja:

I - caução em dinheiro;

II - seguro-garantia, ou

III - fiança bancária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

17.1. Será admitida a concessão de REAJUSTE do valor do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, a contar da apresentação da proposta, conforme a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 e o Decreto nº 37.121/2016.

17.2. O reajuste consiste em um direito disponível e, por essa razão, a sua concessão pela Emater- DF depende da apresentação de requerimento formal da contratada até a data da prorrogação subsequente ou, não existindo esta, até a data da extinção do contrato, sob pena de preclusão do direito.

17.3. A contagem do prazo de reajustamento será a data limite para a apresentação da proposta, sendo considerado o último dia do prazo para o cadastramento da proposta de preços no site: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), conforme orientado na Decisão TCDF nº 3.188/2023.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO**

18.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente em comum acordo, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a EMATER-DF e não haja motivo para rescisão unilateral do ajuste, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.2. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da EMATER, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 91 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF, assegurada a defesa prévia, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas na Seção IX do RILC/EMATER-DF, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

19.1. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Presidência, a contar da intimação da decisão de:

- I – aplicação das penalidades;
- II – rescisão do contrato;
- III – revogação ou anulação do contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Emater-DF, na Imprensa Oficial e no site da Empresa, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, de acordo com o art. 105, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC/EMATER-DF) e § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/16.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A empresa contratada, para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, deverá informar à EMATER-DF, no ato da assinatura do contrato, o nome do preposto, o número do telefone fixo e/ou celular, o whatsapp e e-mail para possíveis contatos, o qual ficará responsável pelo atendimento e consultoria aos representantes legais da EMATER-DF.

21.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060 (Decreto Distrital nº 34.031, de 2012).

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da circunscrição Judiciária de Brasília -DF, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento, para surtir os efeitos legais.

P/ CONTRATANTE:

**CLEISON MEDAS DUVAL**

Presidente EMATER-DF

P/CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

*\* Visto pela Assessoria Jurídica da EMATER-DF*



Documento assinado eletronicamente por **GERARDA DA SILVA CARVALHO - Matr. 0001206-8, Pregoeiro(a)**, em 24/06/2026, às 09:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **206233024** código CRC= **30779A78**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Parque Estação Biológica, ed sede Emater-DF - Bairro Asa norte - CEP 70770-715 -

Telefone(s): 3311-9303

Sítio - [www.emater.df.gov.br](http://www.emater.df.gov.br)

00072-00002664/2024-81

Doc. SEI/GDF 206233024